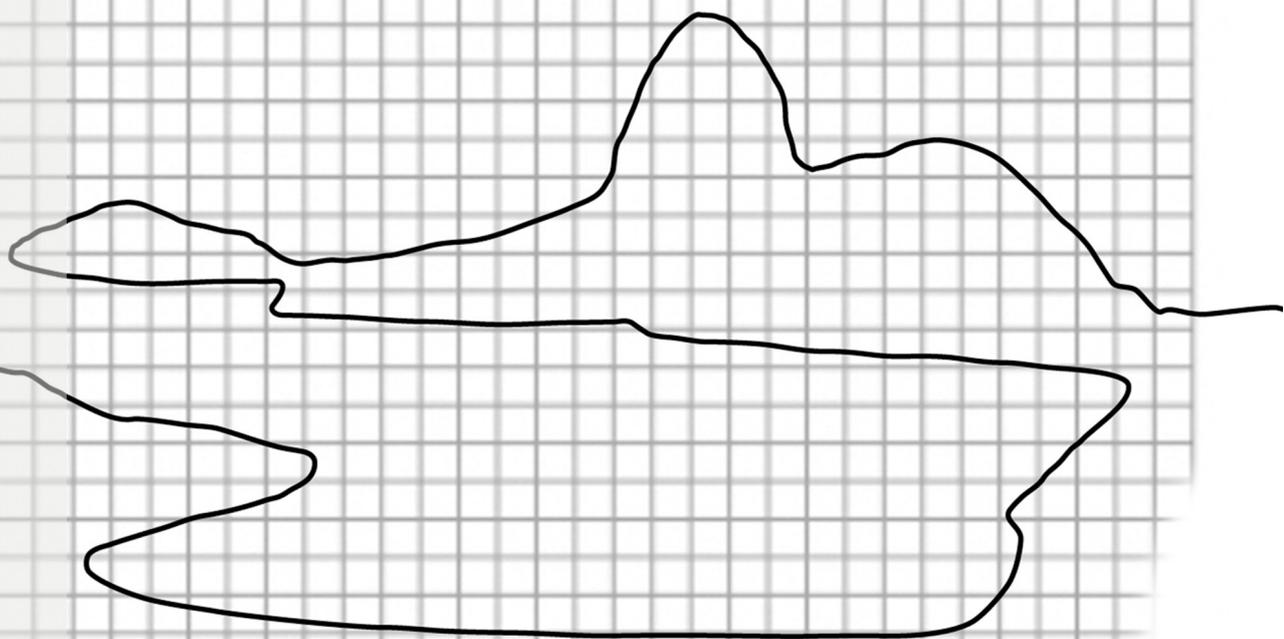


13

ano 4 | junho 2013

Revista eletrônica de  
estudos urbanos  
e regionais

@metropolis



# revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato "pdf", visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrôpoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

**Observatório das Metrôpoles**  
Prédio da Reitoria, sala 522  
Cidade Universitária - Ilha do Fundão  
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932  
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:  
emetropolis@bservatoriodasmetrolopes.net

Website:  
www.emetropolis.net

## editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

## editores

Ana Carolina Christóvão  
Carolina Zuccarelli  
Eliana Kuster  
Fernando Pinho  
Juciano Martins Rodrigues  
Marianna Olinger  
Patrícia Ramos Novaes  
Paula Silva Gambim  
Renata Brauner Ferreira  
Samuel Thomas Jaenisch

## assistente

Daphne Besen

## conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)  
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)  
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)  
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)  
Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)  
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)  
Prof Dr. João Seixas (ICS)  
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)  
Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)  
Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)  
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)  
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)  
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)  
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)  
Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)  
Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)  
Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)  
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)  
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)  
Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)  
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)  
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)  
Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)  
Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)  
Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

# Editorial

nº 13 • ano 4 | junho de 2013

**A**presentamos, enfim, a vocês, mais uma edição da revista e-metropolis, na qual estamos trazendo temas que abordam aspectos bastante atuais das metrópoles brasileiras.

Começamos já com nosso artigo de capa, no qual é abordado o tema dos megaeventos esportivos, discutindo as atuais disputas travadas entre as cidades por sua atratividade, que aconteceria em função de um consenso autoritário característico do mundo globalizado, dominado pela lógica de mercado. De acordo com a autora, neste contexto, onde até o planejamento urbano se curva ao jogo neoliberal, a participação seria possível apenas de modo seletivo, fazendo emergir a Cidade de Exceção. Aqui, toma-se como exemplo principal desta interação entre a produção da cidade e a produção dos espetáculos esportivos, o caso do Rio de Janeiro. A cidade, preparada para a realização dos megaeventos esportivos, encontraria-se numa situação de exceção, já que desde o seu ordenamento institucional, até as suas práticas políticas teriam sido tomadas por este objetivo; tornando a exceção, uma regra; levando a uma crise do Estado Democrático. Diante destas transformações, as tradicionais formas de representação política já não seriam mais suficientes, o que poderia, ao menos em parte, apontar para as motivações que levaram tantos brasileiros a se manifestar pelas ruas de nossas cidades no último mês.

Em “Pessoas ou Investimentos? A especulação imobiliária, as violências públicas e a expulsão dos mais pobres das grandes metrópoles”,

Miracy Gustin, Fábio Merladet e Isabella Miranda discutem – a partir do caso da cidade de Belo Horizonte (MG) – as estratégias que vêm sendo utilizadas para remover núcleos residências associados à população de baixa renda das novas frentes criadas pelo mercado imobiliário, ressaltando o papel desempenhado pelas políticas públicas urbanas na efetivação desse processo. Ao invés de promover ações que visem melhorar as condições de moradia das famílias ou melhorar a integração destes espaços com o tecido da cidade, as intervenções realizadas em geral tendem a reforçar os processos de exclusão social e de segregação sócio-espacial. Nesse sentido, o artigo questiona o quanto as políticas urbanas, habitacionais ou de segurança pública vêm de fato sendo construídas de forma democrática e inclusiva ou apenas operando a favor de um projeto de cidade voltado para a realização dos interesses da especulação imobiliária e das grandes construtoras.

Prosseguindo, temos o artigo “Configurações Espaciais da Metropolição Brasileira”, no qual a autora Rosa Moura busca analisar as transformações na configuração espacial na urbanização atual brasileira, verificando como as recentes dinâmicas de concentração e mobilidade se manifestam nos diversos espaços do território e quais os desafios à gestão territorial advêm desta refuncionalização dos polos e periferias. No artigo, a autora explora duas dimensões do processo de metropolição no Brasil: de um lado, avalia as dinâmicas territoriais da população brasileira em termos de crescimento,

aglomeração e mobilidade populacional; de outro, analisa o processo de institucionalização de unidades territoriais, revelando a disjunção entre esse processo e a formação de aglomerações urbanas em si. O texto, por fim, destaca as dificuldades de gestão dessas unidades territoriais, cuja institucionalização é mais formal que prática.

Em nosso último artigo, intitulado “De Pereira Passos ao Porto Maravilha”, Nelson Diniz, busca entender como se expressa a colonialidade do saber e do poder nas representações e nas intervenções sobre a cidade. Para exemplificar essa ideia, o autor toma o caso da região portuária do Rio de Janeiro em dois momentos históricos: o início do século XX, com a “modernização” do Porto durante a reforma Pereira Passos, e o início do século XXI, com a “revitalização” proposta pelo projeto “Porto Maravilha”. O contraste entre estas intervenções revela que uma mudança foi produzida (nem por isso, positiva), em que se observa uma passagem do eurocentrismo (como manifestação da superioridade do saber produzido no continente europeu) para um “globocentrismo” (enquanto imaginário vinculado à necessidade de inserção competitiva da cidade na economia mundializada), embora se mantenha a colonialidade dos saberes que sustentam as transformações da região portuária carioca.

Como se vê, embora abordando períodos temporais diversos, as questões levantadas pelos autores permanecem totalmente pertinentes às discussões atuais a respeito das metrópoles, e aos questionamento que

vêm sido insistentemente levantados a respeito de que tipo de cidade queremos e a quem ela deve atender em suas reformulações, sua espacialidade, seu planejamento e sua política.

Ainda no âmbito destas questões, trazemos a entrevista com o sociólogo Christian Topalov, diretor de estudos na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS)*, Paris. Durante a primeira parte de sua carreira acadêmica, Topalov atrelou intimamente trabalho intelectual e engajamento político, contribuindo nesse período para o desenvolvimento da sociologia urbana marxista francesa. Atualmente trabalhando com a história das políticas de reforma urbana e social, a sociologia das ciências sociais relacionada com as questões urbanas; sua obra representa uma abordagem original interrogando em particular a construção histórica das categorias e os objetos da sociologia nas suas relações com a ação.

Na resenha “Corpos d’água, caixões de concreto”, Pablo Pimentel Pessoa nos traz um comentário sobre o livro de Maria Cecília Barbieri Gorski, “Rios e cidades: ruptura e reconciliação”. Nele, a autora faz um apanhado histórico de como os centros urbanos, em especial, brasileiros e norte-americanos, foram se desenvolvendo ligados às bacias hídricas e percebendo, a partir daí, problemas a serem equacionados: inundações, desbarrancamentos, proliferação de vetores, insalubridade e contaminação hídrica. O livro divide-se em uma primeira parte teórica e uma segunda que se compõe de seis estudos de caso, nacionais e internacionais.

Continuamos com a nossa seção especial, trazendo o texto “Colapso econômico, catástrofe ecológica, tecnologia e arte: à beira do apocalipse ou no limiar de transformações tecnológicas sem precedentes?”, de Keren Moscovitch e Marianna Olinger, no qual os autores apresentam a EXPO 1: New York, uma exploração dos desafios ecológicos no contexto de instabilidade econômica e sociopolítica do início do século XXI, aberta em maio no MoMA PS1, em Nova Iorque.

Por fim, em nosso ensaio fotográfico, apresentamos o trabalho de André Mantelli, intitulado “Devolvam o Rio de Janeiro”, uma série de imagens sobre as recentes manifestações políticas que tomaram as ruas brasileiras.

Despedimo-nos aqui, desejando ao nosso leitor uma agradável leitura desta edição, e torcendo para que o conteúdo da revista e-metropolis o instigue e o faça refletir cada vez mais sobre qual deve ser o perfil social, político e morfológico das nossas cidades. Até a próxima edição! ■

**Os editores**



# Índice

nº 13 ▪ ano 4 | junho de 2013

## Capa

- 08** A produção da cidade através do espetáculo esportivo: quando a exceção se torna regra  
*The building of a city through the sporting events: when the exception becomes a rule*

Por Nelma Gusmão de Oliveira

## Artigos

- 20** Pessoas ou Investimentos? A especulação imobiliária, as violências públicas e a expulsão dos mais pobres das grandes metrópoles  
*People or Investments? Real estate speculation, public violence and expulsion of the poorest at the large metropolises*

Por Miracy Gustin, Fábio Merladet e Isabella Miranda

- 29** Configurações espaciais da metropolização brasileira  
*Spatial configurations of Brazilian Metropolization*

Por Rosa Moura

- 40** De Pereira Passos ao Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro  
*From Pereira Passos to Porto Maravilha: Coloniality of Knowledge and Urban Transformations from the Dock Region of Rio de Janeiro*

Por Nelson Diniz

## Entrevista

- 48** A ciência e a cidade: entrevista com Christian Topalov  
*The science and the city: interview with Christian Topalov*

Por Michael Chetry

## Resenha

- 58** Corpos d'água, caixões de concreto  
*Water Bodies, coffins of concrete*

Por Pablo Pimentel Pessoa

## Especial

- 60** Colapso econômico, catástrofe ecológica, tecnologia e arte: à beira do apocalipse ou no limiar de transformações tecnológicas sem precedentes?  
*Economic collapse, ecological catastrophe, technology and art: on the edge of the apocalypse or in the threshold of technological transformations without precedents?*

Por Keren Moscovitch e Marianna Olinger

## Ensaio

- 65** Devolvam o Rio de Janeiro  
*Give back Rio de Janeiro*

Por André Mantelli



**65** ensaio

## ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Paula Sobrino

Revisão

Aline Castilho

A Ilustração de capa foi feita por **Jonas Arrabal**, artista visual.

jarrabal@gmail.com

capa

Nelma Gusmão de Oliveira

# A produção da cidade através do espetáculo esportivo

quando a exceção se torna regra

## Nelma Gusmão de Oliveira

*é graduada em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia (1985), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2003) e doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Teoria do Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: megaeventos, descentralização industrial, urbanização, planejamento urbano, políticas públicas e uso e ocupação do solo.*

[nelmaoliveira@hotmail.com](mailto:nelmaoliveira@hotmail.com)

## RESUMO

A produção do espetáculo esportivo, quando se converte em estratégia de desenvolvimento vinculada ao modelo de gestão empresarial da cidade, se revela capaz de produzir ampla mobilização de capitais econômicos, políticos e simbólicos, resultando em rupturas e realinhamentos nas diversas dimensões do espaço social nos territórios onde é recebido. O trabalho objetiva explorar as relações de poder envolvidas na convergência entre o campo onde se produz o espetáculo esportivo e aquele onde se produz a cidade e as rupturas na dimensão político-institucional resultantes desse encontro. A pesquisa adota como principal objeto de observação na escala local os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro e se concentra no entendimento das estratégias, disputas e coalizões entre sujeitos individuais e coletivos que constituem os grupos hegemônicos nos campos em estudos. Os dados observados sugerem que, ao se constituir como universo social relativamente independente em relação a pressões externas, o campo no interior do qual se produz o espetáculo esportivo funciona como meio para submeter a cidade e seus habitantes às pressões do campo econômico a cujo domínio também se sujeita.

**Palavras-chave:** Poder; Política urbana; Megaeventos esportivos; Coalizões; Escalas.

## ABSTRACT

The production of sports spectacle, when converted into a development strategy linked to the entrepreneurial model of city management, is capable of producing the widespread mobilization of economic, political and symbolic capital, resulting in disruptions and realignments in various dimensions of social space and territories. This paper aims to explore the power relations involved in the convergence between the universe where sporting spectacle is produced and that where the city is produced, while also analysing the disruptions in the political-institutional dimension resulting from this meeting. This research adopts as its main object of observation at the local scale the preparations for the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games in the city of Rio de Janeiro, focusing on the strategies, coalitions and disputes between actors that constitute the hegemonic groups in the fields studied. The data collected suggest that in becoming a social universe relatively independent of external pressures, the field within which the sporting spectacle occurs serves as a means to subject the city and its inhabitants to the dominion and pressures of the capital.

**Keywords:** Power; Urban politics; Sports mega-events; Coalitions; Scales.

## INTRODUÇÃO

A disputa pela atração de megaeventos tem se tornado cada vez mais acirrada no mundo contemporâneo em que uma agenda determinada pela lógica do mercado tem dominado as teorias e práticas do planejamento de cidades. A festa brasileira em Copenhagen, no dia 02 de outubro de 2009, diante do anúncio da cidade Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, sintetiza a expressão do “consenso” entre os grupos hegemônicos no país em torno do objetivo de inserir a cidade no circuito mundial de produção do espetáculo esportivo.

A percepção do caráter autoritário do consenso em torno de táticas competitivas, que são oferecidas como resposta à leitura neoliberal do fenômeno da globalização, não se apresenta como novidade entre os estudiosos que observam a sociedade capitalista. Žižek (2009) utiliza a expressão *pos-politics* numa referência específica à forma de autoritarismo associada ao consenso neoliberal. Swyngedouw (2010) fala de *governance-beyond-the-State* ou *zero-ground of politics*, para descrever tal condição. Na mesma linha de raciocínio, Rancière (1995) enfatiza a prioridade que a luta política pelo direito de participar do debate, de ser ouvido e reconhecido como interlocutor deve assumir em relação às lutas por demandas específicas. Vainer (2000) chama a atenção para a negação radical do espaço da política intrínseca à metáfora cidade-empresa.

Embora utilizando pontos de vista diferentes, um aspecto comum a todos esses autores é a ênfase conferida ao caráter autoritário do consenso que, propugnado pelo pensamento neoliberal, se abriga sob a égide da participação seletiva. O que se apresenta como novo no debate atual é a convergência entre as práticas autoritárias do planejamento vinculado ao pensamento neoliberal e a produção do espetáculo esportivo. Vainer (2011) tem colocado a provocativa ideia de “cidade de exceção”, por analogia ao “estado de exceção”. Stavrides (2008) faz referência a um “estado de emergência olímpico” na preparação para os Jogos Olímpicos de 2004 em Atenas.

Na tentativa de aprofundar o assunto, acredita-se que algumas questões podem ser colocadas. Existe, de fato, a possibilidade de se desenvolver um conceito de cidade de exceção a partir de uma analogia entre os estados de exceção e os atos autoritários relacionados ao planejamento neoliberal? Seria esse conceito passível de aplicação em relação à experiência brasileira de preparação para a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos? Em caso afirmativo, quais os principais argumentos que lhe conferem substância? Por fim, quais os mecanismos acionados

para a sua viabilização?

Sem a pretensão de esgotar o assunto, o que se pretende aqui é levantar algumas considerações que possam contribuir ao debate. A partir da ideia de “cidade de exceção” de Carlos Vainer e à luz das discussões contemporâneas em torno do autoritarismo inerente ao consenso neoliberal, buscou-se observar os principais arranjos institucionais que, em diferentes escalas de poder, se vinculam à organização dos megaeventos esportivos no Brasil e especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, a partir da produção crítica dentro do campo das ciências sociais, procura-se observar como interagem a produção da cidade e produção do espetáculo esportivo e, desse modo, se tornam capazes de engendrar formas autoritárias de exercício do poder e de organização da gestão pública.

Com base na tese de Agamben (2004) que indica uma tendência do estado de exceção a se apresentar como paradigma de governo na política contemporânea, argumenta-se que, sustentado numa autonomia política e jurídica construída durante mais de um século, o espetáculo esportivo oferece a possibilidade de criação de institucionalidades próprias e formas particulares de exercício do poder e, desse modo, parece constituir as condições ideais para a radicalização do caráter autoritário inerente às práticas neoliberais de gestão urbana, facilitando assim a existência da cidade de exceção.

## O CARÁTER AUTORITÁRIO DO CONSENSO NEOLIBERAL E O ESTADO DE EXCEÇÃO

Sempre que tinha notícia de algum fato que colocava a República em situação de risco, o Senado romano emitia um *senatus consultum ultimum*. Por meio desse instrumento, ele convocava, numa escala sucessiva de hierarquia, os cônsules, seus substitutos em Roma, pretores, tribunos da plebe, ou mesmo, em última instância, cada cidadão a tomar qualquer medida que considerassem necessária à salvação do Estado. O *senatus consultum* tinha por base um decreto que estabelecia o estado de *tumultus* – situação de emergência em Roma provocada por qualquer condição excepcional – e dava lugar habitualmente à proclamação do *iustitium*. Foi nesse instituto do direito romano, o *iustitium*, cujo termo significa a “interrupção, suspensão do direito”, que Agamben (2004) foi buscar o arquétipo para o estado de exceção.

Compreendendo, assim como Poulantzas (1974), as medidas excepcionais como frutos de crise política e que, nessa condição, devem ser entendidas no ter-

reno do político e não do jurídico-constitucional, ele identifica a situação paradoxal em que se encontram tais medidas na qualidade “de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no campo de direito”. Estaria aí evidente a circunstância contraditória do estado de exceção, que “apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p.11-12). É nessa situação limite entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida que conduz suas investigações.

Seu conceito do estado de exceção como “uma suspensão do ordenamento vigente para lhe garantir a existência” (AGAMBEN, 2004, P.48) e aplicabilidade numa situação normal apresenta-se como contraponto ao argumento de que a exceção não suspende a lei, mas preenche uma lacuna existente em seu regulamento em relação a uma situação não prevista “de necessidade”. O autor chama a atenção para o forte caráter subjetivo envolvido na determinação do que é uma “necessidade”.

Com base nesse raciocínio, Agamben (2004) procura definir o estado de exceção como o lugar em que a oposição entre a “norma” e “sua realização” atinge a máxima intensidade. O aporte específico do estado de exceção, para o autor, consiste exatamente no emprego do sintagma “força de lei”: decretos que o poder executivo pode, em alguns casos e especialmente no estado de exceção, promulgar e que, mesmo não sendo lei, assumem a força de lei, representando uma espécie de “isolamento da ‘força de lei’ em relação à lei. Estaria aí definido um ‘estado de lei’ em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem ‘força’) e, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua ‘força’” (AGAMBEN, 2004, p.61). O estado de exceção seria, então, aquele que define a própria anomia (ausência de norma).

Dentre as contribuições da obra de Agamben, uma das mais significantes para o enriquecimento do debate aqui posto é a tese que indica uma tendência do estado de exceção a se apresentar como paradigma de governo na política contemporânea.

Este deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional dos diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p.13).

Agamben não é o único a tentar trazer a discussão do estado de exceção para a contemporaneidade. Na publicação *Carl Schmitt in the Age of Post-Politics*, Žižek (1998) também busca discutir o paradoxo da

teoria da soberania schmittiana, estabelecendo elos entre o momento político, ideológico e econômico vivido nas denominadas democracias atuais e o estado de exceção. Para Žižek (2009), através do consenso, estaríamos lidando com uma forma de degeneração da política, que deixa de ser apenas ‘uma repressão’ à política, na tentativa de conter e pacificar os “retornos dos reprimidos”, mas que, com muito mais eficácia, trata de “encerrar” a política.

Na pós-política o conflito das visões ideológicas globais encarnado nas diferentes partes que competem pelo poder é substituído pela colaboração de tecnocratas “esclarecidos” (economistas, especialistas da opinião pública...) e de multiculturalistas liberais; mediante o processo de negociação de interesses, chega-se a um compromisso na forma de um consenso mais ou menos universal (Žižek, 2009, p.203).

Segundo o autor, a essência do discurso do consenso se viabiliza no argumento da necessidade de deixar para trás velhas divisões ideológicas e enfrentar os novos problemas, armados com o conhecimento especializado.

Já Ranciere (2007) apresenta o consenso como um elemento que reduz a política à polícia. Para ele, é o fim da política e não a realização dos seus fins. Nas palavras do autor:

*The essence of consensus is not peaceful discussion and reasonable agreement as opposed to conflict or violence. Its essence is the annulment of dissensus as the separation of the sensible from itself, the annulment of surplus subjects, the reduction of the people to the sum of the parts of the social body, and of the political community to the relationship of interests and aspirations of these different parts (RANCIERE, 2007, p.15).*

Também criticando o discurso supostamente “técnico” de que as estratégias de competição são mobilizadas como resposta à “inevitabilidade” de uma ordem econômica neoliberal global, Swyngedown (2010) argumenta que, ao contrário, são exatamente essas estratégias que criam as condições simbolicamente definidoras de um urbanismo global. Atrelado a esse fenômeno, o autor identifica uma profunda redefinição da “governamentalidade”<sup>1</sup>, constituída entre atores que compartilham alto grau de consenso e confiança, dentro de um processo de participação organizacional ou institucionalmente estabelecido, cuja essência encontra-se na seletividade. Independente dos conflitos internos e divergências nas agen-

<sup>1</sup> Expressão cunhada por Foucault (2007) para definir as “táticas de governo” que, segundo o autor, são as responsáveis por definir a cada instante as competências do público e do privado.

das de prioridades, esse regime de governo, denominado pelo autor como *governance-beyond-the-State*, estaria preocupado em policiar e controlar, acentuando os imperativos da economia de mercado neoliberalizada e globalmente conectada. Embora legitimado no argumento da ampliação da democracia e da participação, ele estaria, na verdade, anulando a democracia e determinando uma condição definida pelo autor como “zero grau de política”.

Vainer (2000a) também deixa clara a essência seletiva do planejamento neoliberal quando identifica, no argumento teórico de seus principais defensores, a referência à institucionalização de diferentes tipos de cidadãos e diferentes tipos de intervenção para o processo de elaboração e execução das estratégias. O mesmo autor identifica uma enorme assimetria, em favor dos empresários e associações patronais, nas metodologias e modalidades de organização da participação da sociedade durante a elaboração do primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (VAINER, 2000b). Para Vainer (2000a) o autoritarismo da cidade-empresa se realiza na forma do consenso e apresenta como bases para a sua sustentação a consciência de crise e o “patriotismo cívico”. Em suas tentativas de compreensão dos processos de fascistização, Poulantzas (1974) também confere ênfase ao caráter político e ideológico das crises que lhes dão origem.

À luz dos conceitos apresentados, a proposta é fazer uma leitura da reorganização das relações de poder na cidade do Rio de Janeiro que, através de articulações de sujeitos em diferentes escalas, conseguem produzir profundas transformações nos marcos institucionais e regulatórios no âmbito da cidade, do estado e do país, de modo a atender interesses envolvidos dentro da coalizão dominante responsável pela construção do consenso.

## AS NOVAS ESTRUTURAS DE PODER E DE GESTÃO SOB A PERSPECTIVA DA EXCEÇÃO

Em sua busca do entendimento do processo de ascensão do fascismo, Poulantzas (1974) identificou, em primeiro lugar, que ela esteve sempre diretamente relacionada a uma crise política e, em segundo lugar, que essas crises se caracterizavam como marcadas por um profundo acirramento das contradições internas no bloco no poder, nos planos da política e da ideologia, que conduziam a uma crise de hegemonia, isto é, uma conjuntura na qual nenhuma fração das classes dominantes conseguia impor-se no bloco de poder, resultando numa profunda desorganização de forças

desse bloco.

Durante os anos 1980 a cidade do Rio de Janeiro vivia uma situação percebida pelas elites e academia como de profunda crise e perda da centralidade política, econômica e cultural. A crise não se resumia à dimensão econômica; haveria mesmo uma grande dificuldade em determinar, dentro do grupo dos dominantes, lideranças capazes de assumir o controle da situação e restabelecer a unidade para o exercício da hegemonia sobre as classes dominadas. Apresentado em 1996 no primeiro Plano Estratégico da cidade, como estratégia competitiva capaz de devolvê-la ao caminho do desenvolvimento, o projeto de atração de megaeventos se tornou o elemento catalisador na construção da procurada hegemonia.

Sustentado por uma nova coalizão dominante pró-crescimento econômico<sup>2</sup>, esse projeto se revelou suficientemente consistente para produzir uma reorganização das estruturas de poder, (re)unificar as classes dominantes locais, construir alianças transescalares e, *last but not least*, atrair setores não dominantes. Em outras palavras, tendo como palco principal a cidade do Rio de Janeiro, o processo envolve um sistema de articulação transescalar de forças que, ao mesmo tempo, unifica as elites e consegue o consentimento para a dominação das classes subalternas.

Não obstante tenha se articulado a partir de uma conjunção de interesses locais, tal projeto só ganhou força suficiente para se consolidar quando conseguiu envolver uma forte articulação de interesses atuantes em diferentes esferas e escalas e acabou se conformando como projeto político prioritário nacional. Construído progressivamente através de uma trajetória que envolve duas candidaturas fracassadas aos Jogos Olímpicos e a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, ele conseguiu finalmente se concretizar com a conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014. Sua organização tem produzido profunda mobilização de capitais econômicos, políticos e simbólicos, cuja viabilidade implica em rupturas e realinhamentos na ordem política e institucional do país.

<sup>2</sup> Tendo em vista as pressões macroestruturais e a divisão da capacidade de ação entre agentes públicos e privados, os “Regimes Urbanos” ou as coalizões “pro-crescimento” são definidos por Stone (2008) como acordos informais estabelecidos entre líderes políticos e atores do setor privado, através dos quais se garantem as condições de governo. Como Stone (2008), outros autores tratam de situações empíricas de conteúdo similar, conferindo abordagens e nomenclaturas diferentes. Outras terminologias utilizadas são, por exemplo, a da “máquina do crescimento” de Logan e Molotch (1987), a do “regime empreendedor” de Elkin (1987), ou ainda, a da “coalizão pró-crescimento” tratada por Mollenkopf (1983).

Na construção do consenso em torno de uma proposta que nega completamente o espaço para a política, a percepção da crise e o desejo de sua superação através da competição com outras cidades pela atração de investimentos tornaram-se ingredientes fundamentais. A redução radical do espaço público é apresentada como o caminho natural para um resultado vitorioso, numa disputa que “exige” agilidade e eficácia. A *polis*, no sentido concebido como o local do encontro e do conflito, do dissenso e da negociação democrática, enfim, como espaço da política, sucumbe moribunda cedendo espaço para a *city, locus* do negócio e do consenso (Vainer, 2000; Swyngedouw, 2010).

Se a percepção da crise, durante os anos 1980, lançou as bases para o consenso em torno do projeto cidade-empresa no Rio de Janeiro, a substancial carga simbólica associada aos megaeventos viabilizou o patriotismo cívico necessário à sua sustentação. Capacazes de mobilizar elementos cuja legitimidade parece inquestionável ao senso comum, como a “paixão”, a “união entre os povos” e outros ideais igualmente universalistas ligados à “celebração esportiva”, os megaeventos esportivos conseguem promover o discurso consensualista de maneira tão plena e radical que a simples ideia de uma ação ou omissão passível de criar eventual obstáculo à sua realização é posta como inaceitável.

Viabiliza-se, assim, a completa transformação da cidade em arena de oportunidades de negócios para grandes investidores estreada em um consenso político no qual críticas, conflitos ou reivindicação de direitos sociais são classificados como atitudes “conservadoras” e “antipatrióticas”. O argumento da honra aos compromissos de candidatura torna-se imperativo. Com base em tal argumento, uma rede de decretos, medidas provisórias e projetos de lei, votados em regime de emergência, têm produzido rupturas nos marcos políticos e institucionais em múltiplas escalas.

## MUDANÇAS INSTITUCIONAIS ESTABELECIDAS NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

Na escala federal uma série de mudanças foi operada na ordem jurídica. Benefícios fiscais e creditícios foram concedidos para as instituições internacionais organizadoras dos eventos, seus parceiros, prestadores de serviços e empresas de construção, através do Ato Olímpico (Lei nº 12.035/2009) e da Lei dos Benefícios Fiscais (Lei nº 12.350/2010); barreiras migratórias foram flexibilizadas, também no Ato Olímpico (Lei nº 12.035/2009) e na Lei Geral da Copa (Lei

nº 12.663/2012); vantagens foram concedidas para aquisição e utilização de bens públicos, no Ato Olímpico (Lei nº 12.035/2009) e na Lei para o Endividamento dos Municípios (Lei nº 12.348/2010); facilidades especiais para os contratos de obras públicas foram estabelecidas no Regime Diferenciado de Contratação (Lei 12.462/2011); as cidades-sede foram autorizadas a se endividarem acima de sua capacidade de pagamento, também na Lei para o Endividamento dos Municípios (Lei nº 12.348/2010); medidas de controle do espaço público foram anunciadas para a proteção das marcas associadas aos eventos e para prevenção do denominado “marketing de emboscada” no Ato olímpico (Lei nº 12.035/2009) e na Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012), que também impõe à União a responsabilidade civil perante a Fifa, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano que surja em decorrência de incidente ou acidente de segurança relacionado aos eventos; tipos especiais de criminalidade foram introduzidos também na Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012) e outros estão sendo propostos, ao lado de varas judiciais especializadas e ritos de celeridade para processo judiciais, no Projeto de Lei do Senado 728/2011 (PLS 728/2011).

Ainda em discussão no Senado, o PLS728/2011, vulgo AI 5 da Copa, além de criar crimes especiais como o terrorismo, definido em seu artigo 4º como “o ato de provocar terror ou pânico generalizado mediante ofensa à integridade física ou privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político ou/e preconceito racial, étnico ou xenófobo” com pena prevista de até 30 anos de detenção, limita o direito de greve de categorias consideradas de “especial interesse social”<sup>3</sup>.

Na escala municipal, com exceção do Decreto nº 30.379/2009 que repete basicamente o conteúdo do Ato Olímpico no âmbito do município, as mudanças legislativas, expressas principalmente através do Plano de Estruturação Urbana das Vargens (Lei Complementar 33/2009), do conjunto de leis do Projeto Porto Maravilha (Lei Complementar 101/2009, Lei Complementar 102/2009 e Lei Or-

<sup>3</sup> No Relatório aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado em 04 de junho de 2013 foi inserida a emenda de nº1, que suprime, no texto do PLS nº728/2011, o Capítulo VI, composto dos arts. 41 a 51, que limitam os direitos de greve das categorias consideradas de “especial interesse social”. Vale ressaltar que o processo de tramitação se viu acelerado após a intensa onda de manifestações públicas deflagrada em todo o País nas últimas semanas, o que reforça a ideia da existência de uma intenção de emprego da ameaça de enquadramento no crime de terrorismo para inibir eventuais manifestações durante a realização Copa do Mundo em 2014.

dinária 5128/2009) e do Pacote Olímpico (Leis Complementares nº 44/2010, 716/2010 e 715/2010 e Decretos de Lei nº 32.575/2010 e 32.666/2010), têm se concentrado principalmente em mudanças de parâmetros urbanísticos nas áreas de interesse dos eventos, que coincidem com áreas já valorizadas ou com potencial de valorização imobiliária, incentivos fiscais e creditícios para a indústria de serviços, especialmente a hotelaria, privatização de serviços públicos e estabelecimento de Operações Urbanas Consorciadas através de Parcerias Público-Privadas<sup>4</sup>.

Ferramenta largamente utilizada nesse tipo de coalizão pelo crescimento econômico, as PPPs, realizadas no Rio de Janeiro sob o argumento de viabilidade dos megaeventos esportivos, seguem um padrão de envolvimento de grandes parcelas do patrimônio público – seja em propriedades imobiliárias, investimentos em infraestrutura ou mesmo em dinheiro em espécie – que são apropriadas pela iniciativa privada. Tal envolvimento reforça o papel dos agentes políticos na coalizão.

Nesse sentido, o Projeto Porto Maravilha, que estabelece uma Parceria Público-Privada (PPP) inédita no Brasil, ao atrelar em um mesmo contrato a realização de obras, sua manutenção e a privatização de serviços públicos, é emblemático. A PPP estabelecida inclui a cobrança de outorga para a construção acima do índice de aproveitamento básico através da produção de Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs)<sup>5</sup>. Na qualidade de títulos mobiliários, regulados pela Comissão de Valores de Mercado (CVM), os CEPACs podem ser negociados na bolsa de valores sucessivas vezes até se vincularem a um lote.

Acontece que o conjunto de 6,4 milhões de CEPACs – equivalentes a aproximadamente 4 milhões de m<sup>2</sup> – da PPP Porto Maravilha foi vendido em lote único no valor de R\$ 3,4 bilhões a uma única empresa de capital 100% público, a Caixa Econômica Federal, que usou o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do Trabalhador (FGTS) para pagar, não apenas os R\$ 3,4 bilhões –valor do lance vencedor pela compra dos CEPACs – mas a

quantia total de R\$ 8 bilhões referente ao montante de todas as despesas relacionadas à Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Para integralizar esse capital, a Caixa Econômica terá que repassar, através do Fundo de Investimentos Imobiliários (FII), além dos CEPACs, uma quantidade de terrenos públicos – transferidos a partir das três esferas de governo através da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP) – que deverá ser suficiente para consumir cerca de 60% do estoque desses certificados. Cabe então à Caixa Econômica assumir todos os riscos de repasse dos certificados e terrenos para a iniciativa privada e, caso o mercado demonstre pouco interesse em comprar índices construtivos acima do básico, forçando os preços para baixo, bancar o prejuízo com o dinheiro do trabalhador.

A venda de terrenos públicos – que corresponde a 75% do total de 5 milhões de metros quadrados inseridos no perímetro do projeto –, com o objetivo de viabilizar o consumo do estoque de CEPACs e, ao mesmo tempo, financiar as obras e serviços relacionados à operação, põe ao chão o argumento de financiamento privado da operação. Por outro lado, a prioridade estabelecida para essa comercialização junto aos compradores de CEPACs, que se destinam à construção de empreendimentos de alta valorização no mercado imobiliário, vai em uma direção oposta ao que determina a Lei 11.124/2005 que dispõe sobre Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cujas diretrizes estabelecem a utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social.

Embora a autoria do projeto de lei apresentado pelo executivo municipal tenha sido assinada pelo Instituto Pereira Passos (IPP)<sup>6</sup>, a essência do documento reproduz, quase que na íntegra, a proposta de planejamento expressa no “Relatório Urbanístico da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha”, por um consórcio constituído entre as empresas OAS, Odebrecht Engenharia e Construções e Carioca Engenharia (CONSÓRCIO CONSTRUTORA OAS, CONSTRUTORA CARIACA ENGENHARIA, CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT, 2009). Um ano depois, com o nome de Consórcio Novo Porto, o mesmo consórcio seria o único concorrente habilitado no processo de licitação de Con-

<sup>4</sup> Para ver discussão mais detalhada de todas as leis, nas diferentes escalas, e de todos os processos, disputas e interesses envolvidos na produção de cada uma delas ver Oliveira (2012).

<sup>5</sup> As bases para a comercialização dos CEPACs, estão expressas no “Edital do Leilão da oferta pública de distribuição secundária no mercado de balcão organizado – modulo plataforma eletrônica da cetip – negociacao por leilão relativamente a colocação de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)”, de titularidade do Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto. Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/canalInvestidor/edital.pdf>. Acesso em: 03 de ago. de 2011.

<sup>6</sup> O IPP se organiza em forma de autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Entre suas atribuições se incluem as funções de elaboração, planejamento e coordenação das diretrizes estratégicas para o desenvolvimento econômico e a de implantação de projetos estratégicos da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

cessão Administrativa para a prestação dos serviços e realização das obras associadas à revitalização, operação e manutenção da Área Especial de Interesse Urbano do Porto do Rio de Janeiro, cujo contrato inicial é no valor de 7,6 bilhões de reais.

Situação semelhante ocorreu com a PPP para concessão administrativa de gestão, operação e manutenção do estádio Mário Filho (Maracanã) – cujo custo aos cofres públicos foi na ordem de R\$ 1 bilhão – e do ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho), anunciada através do Decreto Estadual nº 44.082 de 22 de fevereiro de 2013. O Edital de licitação<sup>7</sup> e a proposta de contrato da PPP se baseiam em estudo de viabilidade realizado<sup>8</sup> pela Empresa IMX Holding S.A, de propriedade de Eike Batista, que também integra, juntamente com a empresa Odebrecht e o grupo americano AEG, o consórcio Maracanã S.A., vencedor da licitação para exploração comercial do complexo.

Outro caso emblemático de PPP é aquele para a construção do Parque Olímpico na Barra da Tijuca. Segundo o edital (PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2011), o consórcio vencedor da licitação para concessão administrativa dos serviços de implementação e manutenção do Parque Olímpico e realização de algumas obras arcaria com os custos de construção e manutenção de algumas instalações por 15 anos, mas, em troca, receberia, além de uma contrapartida pecuniária, a contrapartida imobiliária na forma de transferência de propriedade de uma área de 1.180.000 m<sup>2</sup>, equivalente a 75% da área onde se localizará o Parque, para a construção de condomínios de luxo. Ganharia o proponente que implicasse uma menor contrapartida pecuniária do poder público. Conforme o acordo firmado após o resultado da licitação, seu vencedor, o consórcio Rio Mais, composto pelas construtoras Odebrecht<sup>9</sup>, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken, ficará responsável por apenas algumas instalações, que incluem um hotel, o Centro Principal de Mídia e três pavilhões que constituirão o futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT) para atletas de alto rendimento. À prefeitura caberá então, além das citadas contrapartidas pecuniária e imobiliária, a responsabilidade pelas obras de vários equipamentos do Parque Olímpico que não estão contemplados na PPP e serão realizadas com recursos federais, como o Parque Aquático,

o Centro de Tênis, o Centro Internacional, vencedor da licitação. Uma negociação foi feita em troca da autorização de aumento dos gabaritos para a construção dos referidos condomínios de 12 para 18 andares.

Sob o argumento de agilizar a gestão pública, foram também criadas estruturas especiais de exercício do poder nos diferentes níveis de governo. Na esfera federal destacam-se a Autoridade Pública Olímpica (APO), o Comitê Gestor da Copa e até mesmo uma Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos e na escala municipal destaca-se a Empresa Olímpica Municipal, principal responsável pela coordenação das obras destinadas à realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, mesmo daquelas de responsabilidade do Governo Federal.

São dignas de atenção especial as medidas excepcionais adotadas na política de segurança pública do Brasil e mais especialmente na cidade do Rio de Janeiro sob a justificativa de controle do território para garantir segurança ao grande número de atletas, autoridades e turistas que visitarão o país durante os referidos eventos. Implementadas à revelia do conjunto da sociedade civil, tais medidas incluem, além das novas criminalidades instituídas no Código Penal, operações militares em favelas, incremento nos autos de resistência<sup>10</sup> como justificativa para a execução sumária da população pobre, implementação de Unidades de Polícia Pacificadora em territórios específicos e recolhimento e internação compulsórios de menores em situação de rua<sup>11</sup>.

Alerta-se para o desrespeito aos aparatos ideológicos do Estado anteriormente instituídos, a exemplo dos conselhos e outras instâncias participativas, construídas como conquistas do movimento pela reforma urbana no Brasil e das funções historicamente delegadas ao poder legislativo, ou a ausência de qualquer outro espaço de participação da sociedade civil.

## OS PROCESSOS E INTERESSES ARTICULADOS: ALGUMAS REFLEXÕES

As medidas provisórias têm sido o principal caminho escolhido para o estabelecimento do novo arcabouço

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.rj.gov.br/web/casacivil/exibeconteudo?article-id=1457206>. Acesso em 23/02/2013.

<sup>8</sup> De acordo com o Edital o valor a ser pago à Empresa IMX Holding S.A pela realização do estudo é de R\$ 2.380.427,00.

<sup>9</sup> Note-se mais uma vez a presença da empresa de Norberto Odebrecht que se faz presente nas 3 PPPs citadas.

<sup>10</sup> O Relatório 2009-2012 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (2012a) aponta, conforme pode ser visto na tabela 4 e no gráfico 2, um total de 9.285 autos de resistência de 2003 a 2011, o que representa uma média de 2,82 autos por dia.

<sup>11</sup> Ver também o Relatório 2009-2012 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (2012a).

jurídico na escala nacional. Já na escala municipal, a recorrência aos decretos de lei e votações excepcionais em regime de urgência tem sido a principal estratégia<sup>12</sup>.

Conforme a Constituição Federal do Brasil, as Medidas Provisórias podem ser adotadas em caso de relevância e urgência, como ato unipessoal do presidente, assumindo imediatamente a força de lei e devendo ser submetida de imediato ao Congresso Nacional. Sua validade é de 60 dias com possibilidade de prorrogação por prazo igual. Ocorre que, uma vez editada, a medida provisória deverá ser apreciada no prazo de 45 dias sob pena de trancamento da pauta da Casa do Congresso Nacional onde se encontra em apreciação.

A expansão do poder presidencial no desempenho da função de legislar, através de Medidas Provisórias, estabelece um desequilíbrio na ordem democrática, com a preponderância institucional de um dos poderes sobre o outro. Além de viabilizar a ingerência do Chefe do Poder Executivo no tratamento de questões pertinentes à esfera do legislativo, ela subtrai do Congresso Nacional a capacidade de determinar não apenas que propostas serão consideradas em suas Sessões Plenárias mas também quando serão. Estabelece-se, nesse caso, a anomia definida por Agamben como característica do estado de exceção, no qual o legislativo se limita “a ratificar disposições promulgadas pelo executivo sob a forma de decretos com força de lei”.

Além disso, observa-se um vazio jurídico na determinação dos limites entre o interesse público e o privado. Agamben apresenta a anomia das determinações jurídicas, especialmente no que se refere à distinção entre o público e o privado, como uma das características mais importantes do estado de exceção.

De modo geral, realinhamentos institucionais atendem de forma privilegiada a interesses de agentes que atuam numa determinada escala em relação a outras. O atendimento aos grupos que atuam na escala global – Comitê Olímpico Internacional (COI), *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) e outros por eles representados – parece se localizar na base do novo quadro institucional estabelecido na escala nacional. Na medida em que realizam os interesses de tais grupos, cada instrumento instituído pode também legitimar a realização de ambições de grupos que atuam nas demais escalas.

Segundo Payne (2006), ex-diretor do COI e principal responsável por transformar a marca olímpica na mais valorizada do mundo, é o compromisso com o “valor” dessa marca que determina o interesse da

instituição no controle sobre a preparação dos eventos por ela coordenados. Algumas atitudes do poder público das cidades-sede, mesmo que em defesa de seus cidadãos, podem por em risco a credibilidade do COI junto às empresas que o financiam, aos patrocinadores e às redes de televisão.

É à luz dessa lógica que cresce o número de compromissos exigidos das cidades ainda durante a candidatura. Para ordenar tais exigências, além do sofisticado Caderno de Encargos e seus manuais técnicos, que normatizam e padronizam projetos de candidatura, uma rede de empresas de consultoria internacional, algumas delas fomentadas pelo próprio COI, trata de estabelecer e aperfeiçoar mecanismos de controle através de um não menos sofisticado sistema de transferência de tecnologia<sup>13</sup>.

Em algumas situações, a acomodação da articulação transescalar de interesses parece ter funcionado de forma perfeitamente adequada, como no caso dos benefícios fiscais concedidos através da lei nº 12.348/2010. Ao mesmo tempo em que atendem à FIFA e a interesses por ela representados, contempla aos grandes grupos locais e localizados (na escala nacional), responsáveis pela construção, reforma e fornecimento de materiais e equipamentos dos estádios envolvidos nos eventos.

Se as leis produzidas na escala federal privilegiaram os interesses em jogo na escala global, são os interesses atuantes na escala local que estão no cerne do arcabouço jurídico produzido na escala municipal. A maioria das leis produzidas nessa escala não obedece a nenhuma exigência específica do COI ou FIFA. Embora se apoiem na justificativa de preparar a cidade para os eventos, elas vêm viabilizar antigos projetos, há muito tempo reivindicados por grupos que integram a coalizão de poder. Em alguns casos, como no citado Porto Maravilha, chegou a acontecer certa pressão para seu enquadramento na condição de “necessário” à realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Tal façanha se deu através de uma articulação que, envolvendo, entre outros, o Poder Público Municipal, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, uma rede de consultores internacionais e as instituições promotoras do evento, conseguiu transferir parte das instalações destinadas ao evento para a área portuária<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Para entender melhor a evolução desse sistema de controle das instituições internacionais sobre a cidade e os interesses envolvidos nesse processo durante todo o século XX e início do século XIX ver Oliveira (2012).

<sup>14</sup> O seminário “As Olimpíadas e a Cidade: Conexão Rio – Barcelona”, realizado nos dias 18 e 19 de março de 2010, veio culminar nessa mobilização. Promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ, a Câmara

<sup>12</sup> Todos os processos e disputas envolvidos nas votações das leis, na edição de decretos e Medidas provisórias, sua perda de validade e reedição estão detalhadas em Oliveira (2012).

Embora, de modo geral, os fatos apresentados apontem para uma correlação de forças favorável aos integrantes da coalizão, é importante destacar que, em alguns casos, quando efetivamente mobilizada, a sociedade civil consegue impor alguns recuos à exceção em nome da garantia de seus direitos. Observa-se que as leis propostas antes da cidade ser escolhida a sede aos Jogos Olímpicos (Ato Olímpico) ou ainda sob a euforia da vitória (principais pacotes de leis municipais) foram aprovadas sem qualquer tipo de resistência. Condição diferente pode ser observada para as leis propostas quando já existia ampla mobilização de capitais envolvida nos preparativos dos eventos, RDC, a APO ou a Lei Geral da Copa. Nesses casos as disputas se manifestaram de forma evidente e alguns recuos foram impostos pela sociedade aos governantes<sup>15</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados, o quadro político-institucional montado para a realização dos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro instaura uma situação de exceção, tanto no que tange ao conteúdo dos ordenamentos jurídicos e políticos, quanto no que tange às práticas políticas para sua efetivação. Quase sempre através da ingerência direta do executivo no ato de legislar, ele se estabelece à margem das disposições legais e constitucionais existentes. Quando a exceção, de tão recorrente, torna-se regra, é o próprio paradigma do Estado Democrático e de sua ordem jurídica que se revela em crise.

---

Oficial Espanhola de Comercio no Brasil e o Consulado da Espanha no Rio de Janeiro, o evento teve como tema mais recorrente a transferência de equipamentos olímpicos para a área portuária. Presentes no seminário estavam também representações dos três níveis de governo, do COI e do COB, empresas de consultoria local, alguns acadêmicos e outras Instituições não-governamentais. Como convidados de honra, estavam Jordi Borja e Manoel de Forn, principais responsáveis pelo Plano Estratégico de Barcelona e atuais proprietários de empresas de consultoria, assim como o ex-prefeito daquela cidade, Pasqual Maragall. Apoiaram o evento as seguintes empresas: Telefônica, Gás Natural, Grupo *Agbar* (catalão, com destaque na área de serviços urbanos, particularmente água e saneamento), *Abengoa* (grupo sevilhano da área de energia, transporte e telecomunicações), Banco Santander, empresa de consultoria *PricewaterhouseCoopers*, *Acción para la Innovación e Internacionalización de la Empresa Catalá* (ACC10, empresa pública catalã consagrada a promover a internacionalização de empresas catalãs) e Clube Brasileiro-Catalão de Negócios (CB-CN).

<sup>15</sup> Cita-se como exemplo o caso de RDC, onde o artigo que quebrava os limites de aditivos contratuais em obras públicas – de 25% para obras novas e 50 % para reformas –, nos casos de atendimento a exigências da FIFA ou do COI, foram rejeitados por pressão da sociedade.

Se, como nos mostra Agamben (2004), a aplicação do estado de exceção tem encontrado historicamente relação com a guerra, é a metáfora bélica que é acionada, em períodos não beligerantes, para a criação voluntária de um “estado de emergência permanente”, ainda que não declarado, “como uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”. Períodos que apresentem sintomas de crise se apresentam como propícios a essa situação. É esteada na metáfora de guerra contra a crise que a competição por investimentos transforma-se, ela própria, numa “guerra entre cidades”, nos termos estabelecidos pelo modelo neoliberal (*market oriented*) de planejamento. É essa metáfora que é acionada para justificar o emprego de medidas de exceção na preparação para os megaeventos esportivos em cidades brasileiras e, especialmente, no Rio de Janeiro.

Tais medidas, implementadas a despeito dos esforços de parte dos integrantes de órgãos como Ministério Público, Defensoria Pública e movimentos da sociedade civil, não se resumem às mudanças no ordenamento jurídico e político apresentadas, elas compreendem mais algumas, entre as quais citam-se as constantes violações de direitos humanos registradas durante os deslocamentos forçados de grandes contingentes de população<sup>16</sup> e a perseguição a vendedores ambulantes e moradores de rua. Tudo, certamente, se instaura em nome de acabar com a alardeada “desordem urbana” e vender ao mundo a imagem de uma cidade asséptica, sem conflitos e, portanto, competitiva.

Se é verdade que a organização dos megaeventos tem produzido rupturas de caráter autoritário nos marcos regulatórios e institucionais do país, isso se viabiliza graças a mecanismos de legitimação cuidadosamente elaborados. A aproximação entre os textos das novas leis e o dossiê de candidatura aos Jogos Olímpicos de 2016 (COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016, 2009) indica sua centralidade entre esses mecanismos. Elaborado por empresas de consultoria, sob a coordenação do COB, com o objetivo de atender às diretrizes do COI, o documento, produzido à revelia do conjunto da sociedade e garantido pelas três esferas de governo, possui “o poder quase mágico de enunciar” (Bourdieu, 2007) os projetos considerados “necessários” para a realização do evento. A matriz de responsabilidades da Copa do

---

<sup>16</sup> Um vídeo produzido pela Articulação Nacional da Copa (ANCOP), enviado às Nações Unidas e amplamente divulgado no Brasil aponta um total de 250.000 deslocamentos forçados relacionados aos megaeventos no Brasil. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=aAX0zSfrJK4#at=62](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=aAX0zSfrJK4#at=62). Acesso em 02/06/2013.

Mundo de 2014 veio ratificar alguns desses projetos, agora comprometidos também junto à FIFA.

Ao justificar a “necessidade” de medidas excepcionais para sua implementação, tais projetos atendem a uma perfeita coordenação entre os interesses das instituições internacionais e as demandas dos grupos políticos locais por formas paralelas e ágeis de exercício do poder que garantam a viabilidade de outros interesses locais e localizados por eles representados. Para suprir eventuais lacunas nos compromissos assumidos durante o processo de candidatura, uma grande coalizão de forças opera na construção de novos mecanismos que, com o posterior aval do COI, se tornam igualmente eficazes, como no caso da transferência de instalações para o Porto Maravilha.

A sólida imbricação entre agentes públicos e interesses privados, que se manifesta na capacidade de influência de grandes empresas na definição de políticas públicas, não é novidade no Brasil. Tal fenômeno foi historicamente engendrado no processo de expansão e acumulação capitalista no setor de construção pesada do país que, dada a articulação funcional existente entre suas atividades e a atuação do Estado, representa um caso exemplar de acordo burocrático-empresarial<sup>17</sup>.

Tal fenômeno, que tem permanecido no tempo para além das mudanças de governo, vem encontrar na realização dos megaeventos esportivos as condições ideais para uma manifestação mais radical, ampliada e institucionalizada, através de um grande pacto que engloba também outros segmentos das classes dominantes em diferentes níveis escalares. Nesse contexto, a metáfora cidade-empresa, sugerida por Vainer (2000), perde a condição de metáfora, quando a cidade não é mais apenas gerida tal qual uma empresa, mas é a própria empresa privada que responde diretamente pelo planejamento e gestão da cidade.

Embora se reconheça a permanência de formas pretéritas de relação entre os interesses capitalistas privados e o Estado, há de se notar a existência de formas particulares de articulação entre o Capital, o Estado Burguês e a sociedade na época da “competição globalizada”, que não precisam obrigatoriamente estar articuladas à produção do espetáculo esportivo, mas que por ela são facilitadas. Os mecanismos de representação do capital são novos e introduzem novas dimensões ao ponto de colocar em questão também as tradicionais formas de representação política. O Estado Burguês passa a funcionar de uma forma particular que não aquela tradicionalmente conhecida.

Dentre esses novos mecanismos destacam-se a generalizada institucionalização e naturalização das

velhas formas já conhecidas de articulação entre o setor público e os interesses capitalistas que desafiam, inclusive, as tradicionais formas de mediação entre o Estado e os interesses privados. Por exemplo, o aniquilamento do poder de legislar tradicionalmente conferido ao legislativo e que, através da edição de medidas provisórias, decretos e votações em regime de urgência, se estende cada vez mais ao executivo. Relações que, em outras circunstâncias, poderiam ser consideradas escandalosas, assumem agora um caráter virtuoso e até se transformam em paradigma largamente recomendado<sup>18</sup>.

Vale destacar que não é a produção do espetáculo esportivo que instaura a exceção, mas, de forma inversa, é a exceção que, ao se estabelecer como paradigma de governo atrelado ao modelo econômico neoliberal, cria as condições para a conversão da busca pelos megaeventos esportivos em estratégia de desenvolvimento. Uma vez instalada, tal estratégia vem, por sua vez, possibilitar uma radicalização da exceção que poderá se estender para além da realização dos eventos.

Se o conteúdo do novo quadro institucional indica um realinhamento político e econômico no país, que privilegia as medidas de exceção no ato de governar, os processos pelos quais ele se institui revelam as coalizões e disputas, dentro e entre as diferentes escalas, no interior do bloco de poder estabelecido e entre ele e o restante da sociedade. Tais medidas também intensificam as contradições de classe e abrem brechas para o surgimento de forças capazes de desafiar o pensamento hegemônico. Não é à toa que a violação de direitos humanos e o gasto indevido de recursos públicos devido aos megaeventos no Brasil constituem alguns dos principais motes para a onda de multidões que desde o início do mês de junho tem tomado as ruas das principais cidades do país.

Ao mesmo tempo em que produzem uma profunda reestruturação institucional, as medidas de exceção também implicam em novas formas de conflitos e de articulações e na formação de novos sujeitos coletivos capazes de se inserir como protagonistas num processo para o qual nunca foram convidados a participar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>17</sup> Cita-se como exemplo os casos da construção de Brasília, da Transamazônica e das grandes barragens.

<sup>18</sup> Cita-se aqui o modelo das Parcerias Público-Privadas (PPPs), amplamente difundido pelo Banco Mundial e outras agências multilaterais.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016. *Candidature file for Rio de Janeiro to host the 2016 Olympic and Paralympics Games Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2009. 3 v. Disponível em: [http://www.rio2016.org.br/sumarioexecutivo/default\\_en.asp](http://www.rio2016.org.br/sumarioexecutivo/default_en.asp). Acesso em: 26 de fev. de 2009
- COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório 2009-2012*. Rio de Janeiro: ALERJ, 2012.
- ELKIN, Stephen L. *City and regime in the American Republic*. Chicago: University Chicago Press, 1987.
- MOLLENKOPF, John H. *The contested city*. Princeton: Princeton University Press, 1983.
- LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban fortunes: the political economy of place*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal da Casa Civil. Edital de Licitação para Contratação de Parceria Público-Privada – PPP – na modalidade de Concessão Administrativa. Rio de Janeiro, 2011.
- PAYNE, Michael. *A virada olímpica: como os Jogos Olímpicos tornaram-se a marca mais valorizada do mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/COB, 2006.
- POULANTZAS, Nicos. *Facismo y dictadura: La tercera internacional gente al facismo*. México: siglo veintiuno editores SA, 1974.
- RANCIÈRE, Jacques. *La Mésentente - Politique et Philosophie*. Paris: Editions, 1995.
- RANCIÈRE, Jacques. *Ten Theses on Politics. Theory & Event 5 (3)*, 2001. Disponível em: <http://kcleuresearch.files.wordpress.com/2010/04/rancieren-theses-on-politics.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2010.
- STAVRIDES, Stavros. *Urban Identities: Beyond the Regional and the Global. The Case of Athens*. In: AL-QAWASMI, Jamal; MAHMOUD Abdesselem and DJERBI, Ali (eds.). *Regional Architecture and Identity in the age of globalization, Proceedings of 2nd International Conference of CSAAR, Tunis, 2008*, pp. 577-588.
- STONE, Clarence. *Urban Regime and the Capacity to govern: A political economy approach*. *Journal of Urban Affairs*. Volume 15, Issue 1, Article first published online: 28 de jun. de 2008. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9906.1993.tb00300.x/pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2011.
- SWYNGEDOUW, Erik. *Post-democratic cities for whom and for what? paper presented in concluding session Regional Studies Association Annual Conference*. Pecs, Budapest, 26 May 2010. Disponível em: <http://www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/2010/may-pecs/papers/Swyngedouw.pdf>. Acesso em: 08 de out. de 2010.
- VAINER, Carlos Bernardo. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. In: *Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*, Rio de Janeiro, 2011.
- VAINER, Carlos Bernardo. *Os liberais também fazem planejamento urbano*. In: ARANTES, Otília. et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000b, pp. 117-119.
- VAINER, Carlos Bernardo. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, Otília. et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000a pp. 75-103.
- ŽIŽEK, Slavoj. *For a Leftist Appropriation of the European Legacy*. *Journal of Political Ideologies*, 1998. 3 (1):63-78. Disponível em: <http://www.lacan.com/zizek-leftist.htm>. Acesso em: 08 de out. de 2010.
- ŽIŽEK, Slavoj. *O Sujeito incómodo: o centro ausente da ontologia política*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2009. ■

Miracy Barbosa de Sousa Gustin  
Fábio André Diniz Merladet  
Isabella Gonçalves Miranda

# Pessoas ou Investimentos?

## A especulação imobiliária, as violências públicas e a expulsão dos mais pobres das grandes metrópoles

### Resumo

Este artigo tem como objeto de análise o movimento de remoção forçada dos mais pobres, do centro para as periferias das grandes metrópoles. Este trabalho é produto de investigação das políticas de reassentamento da Administração Municipal de Belo Horizonte através de três estudos de caso realizados na Vila Acaba Mundo, Vila UFMG e na favela da Serra. Constatou-se que essas políticas têm promovido novas formas de expulsão, particularmente severas para as populações mais vulneráveis, visando requalificar o espaço urbano e disponibilizá-lo para o mercado imobiliário. Ao fim, é apresentado um panorama geral de como o direito à cidade vem sendo negado a grandes grupos populacionais, encerrando com propostas para se reverter esse processo.

**Palavras-chave:** Reassentamentos; Remoções forçadas; Especulação urbana; Direito à cidade.

### Abstract

The main object of this article is to analyze the dynamics that displace the poorest people from the city center to the peripheries of the metropolis. The paper is a product of a research which has investigated municipal administration resettlement policies through three case studies made in “Vila Acaba Mundo”, “Vila UFMG” and “Favela da Serra”. It comes to the conclusion that these policies have promoted new forms of severe expulsion for vulnerable populations in order to rehabilitate urban space and make it available in the estate market. Finally, an overview is presented of how the right to the city is being denied to large part of the population, concluding with proposals to reverse this process.

**Keywords:** Resettlement; Forced Evictions; Estate speculation; Right to the city.

### Miracy Barbosa de Sousa Gustin

é professora do Programa de Pós-Graduação em Direito (UFMG). Coordenadora do Programa Pólos de Cidadania (UFMG) e do Projeto Cidade e Alteridade.

### Fábio André Diniz Merladet

é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG.

### Isabella Gonçalves Miranda

é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*Negam-se a ir embora. Foram os mais pobres do campo e são agora os mais pobres da cidade, sempre os últimos da fila, gente de braços baratos e pernas bailarinas; e pelo menos aqui moram perto dos lugares onde ganham o pão. Ficaram teimosos os moradores da praia do pinto e das outras favelas que cobrem as montanhas do Rio de Janeiro.*

**Eduardo Galeano, 1988 - O Século do Vento**

Nas primeiras palavras de seu livro *Ser como Eles*, publicado em 1993, Eduardo Galeano descreve poeticamente a situação dramática a que chegamos ao final do século XX: “Os sonhos e os pesadelos são feitos da mesma matéria, mas este pesadelo se diz o único possível, um sistema que despreza a vida e que adora as coisas.” (Galeano, 1993, p. 9).

Com a queda do Muro de Berlim e a desintegração da URSS foi-se o sonho do socialismo, a ponto de alguns decretarem o “Fim da História”<sup>2</sup>. O socialismo real da União Soviética e do Leste Europeu havia se revelado um fracasso e, portanto, estávamos todos condenados a aceitar as injustiças do capitalismo e as sociedades desiguais.

Mas eis que com o novo século surgem novas utopias, a começar pela proliferação de manifestações contra-hegemônicas, seguidas da construção de fóruns mundiais, regionais e locais, do fortalecimento do pensamento democrático radical e do surgimento de novos e numerosos movimentos sociais e grupos da sociedade civil organizada que reivindicam outra realidade diferente da que existe. Tãmanha é a intensidade dessas novas utopias que Santos (2008, p.43) chega a considerar que “nosso tempo está assistindo à crise final da hegemonia do paradigma sociocultural da modernidade ocidental e, portanto, é chegado o momento de uma mudança de paradigma”<sup>3</sup>.

Nesse contexto em que a aparente inevitabilidade do que existe se confronta com as aspirações de outros mundos possíveis é que se funda a questão das cidades e das políticas urbanas. Duas concepções de cidade chocam-se frontalmente na atualidade. De um lado está a concepção da cidade como mercadorria, a cidade como empresa, a cidade como espaço dos investimentos, da competição, da concorrência e da desigualdade. Do outro, a cidade como espaço de promoção da vida, a cidade como espaço do fazer e do prazer, do trabalho e da alegria, da igualdade e da convivência com a diversidade, da sustentabilidade e do bem-estar. “A natureza das cidades nos tempos atuais é aquela da ilegalidade e da violência de todos os tipos. Mas vale a pena torná-la um espaço de cidadania e de emancipação.” (Gustin, 2006, p.167).

Desde o ponto de vista da cidade-mercadoria que, há algum tempo, tem se apresentado como a única solução possível para as grandes metrópoles, cada pequena parcela da área urbana é entendida como um investimento, uma potencial fonte de lucro. Assim, a unificação do espaço segundo os interesses do capital e da cultura mercantil torna-se o grande objetivo da urbanização. Segundo essa concepção, as cidades devem se assemelhar a fábricas, racionalmente planejadas para serem absolutamente eficientes, mas nem sempre para todos.

Claro está que em metrópoles assim concebidas os mais pobres não têm lugar central, tanto que nas grandes cidades as políticas urbanísticas têm se orientado no sentido de remoção dos pobres e não da pobreza. Essa é a questão central deste artigo que tenta apresentar os mecanismos de expulsão das comunidades mais vulneráveis, utilizados não só pela especulação imobiliária mas também (e o que é ainda mais perverso) pelas políticas públicas que deveriam protegê-los, garantindo seus direitos fundamentais de cidadania.

O presente artigo fala, primordialmente, das políticas de reassentamento do Brasil, mais especificamente dos casos estudados em Belo Horizonte - Minas Gerais e está dividido em cinco seções. Nesta primeira introduz-se o tema. Na segunda seção será discutida a efetividade das políticas públicas de reassentamento em setores urbanos de exclusão e risco, bem como a pressão da especulação imobiliária nessas comunidades. Em seguida, na terceira seção, demonstra-se como, além da especulação imobiliária e das políticas urbanísticas, o paradigma da violência que permeia as políticas públicas em ações de remoção contra os moradores de vilas e favelas e contra os moradores e trabalhadores de rua também contribui para essa expulsão por ser um efeito e um instrumento das políticas de exclusão. Na quarta seção, apre-

<sup>1</sup> O presente artigo foi realizado no âmbito do Projeto “Cidade e Alteridade: convivência multicultural e justiça urbana”, uma parceria do Programa Polos de Cidadania com o CES financiada pelo CNPq e FCT. Deriva também da recente investigação “Efeitos do Vila Viva da Serra na condição socioeconômica dos moradores”, realizada pelo núcleo de Direito à Cidade do Programa Polos de Cidadania e de uma comunicação no Fórum Social Urbano, no Rio de Janeiro, em 23 de Março de 2010.

<sup>2</sup> A ideia, originalmente cunhada por Hegel, ressurgiu em um artigo publicado em fins de 1989 com o título “The end of history” e, posteriormente, em 1993, com a obra *O fim da história e o último homem*, ambos do estadunidense Francis Fukuyama.

<sup>3</sup> A ideia de “transição paradigmática” perpassa todo o trabalho de Boaventura de Sousa Santos. Para saber mais ver: Santos 1991, 2002; 2003; 2010 e 2011.

sentam-se os estudos de caso da Vila Acaba Mundo, da Vila UFMG e da favela da Serra, três exemplos emblemáticos de como os moradores de vilas e favelas são tratados pelo poder público e pela especulação imobiliária. Na quinta e última seção as considerações finais apresentam um panorama geral de como o direito à cidade vem sendo negado a grandes grupos populacionais, encerrando com propostas para se reverter este processo.

## A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REASSENTAMENTO EM SETORES URBANOS DE EXCLUSÃO E RISCO

De início, um conceito importante que fundamentará os argumentos a serem expostos. Aqui se entenderá por efetividade a correlação entre cumprimento de objetivos pré-determinados – políticos ou jurídicos – com as demandas e necessidades de determinados grupos sociais ou populacionais em situação de exclusão ou de risco.

Os padrões tecnológicos e econômicos que predominaram até o atual momento e após a segunda metade do século XX conduziram inúmeros grupos sociais ao desemprego e ao subemprego, ao isolamento nas cidades e a todo tipo de exclusão e de exploração. Começou-se a pensar, recorrentemente, na possibilidade de se estabelecer políticas internas que pudessem minimizar, de alguma forma, os efeitos perniciosos dessa ordem socioeconômica sobre as camadas sociais mais fragilizadas.

Gradualmente, começou-se a discutir, no âmbito acadêmico-científico e em fóruns internacionais, sobre a necessidade imediata de políticas públicas e de modelos de administração que permitam uma aproximação maior entre governo e sociedade organizada. Os fundamentos teóricos dessas reflexões giravam em torno da suposição de que em condições adversas e de exclusão, quando as políticas públicas permitissem a geração de injustiças sociais evidentes, tornar-se-ia inevitável uma nova lógica que pudesse instituir efetivas reações locais de proteção aos direitos fundamentais e humanos. Aqui se trabalha, pois, com a noção de esfera pública e argumenta-se em relação ao fato de como as políticas das administrações municipais não incorporam esse conceito em suas ações.

O que seria uma esfera pública? Dir-se-ia, em parte com Marramao (2007), que é o encontro-confronto de “narrativas” ou “comunicações” em torno da organização da sociedade global ou local proveniente dos diversos contextos de experiência e mundos de vida.

Assim, deve-se superar a noção de tolerância pela de respeito recíproco e subtrair da categoria de reconhecimento tentações tais como as políticas paternalistas ou falsamente inclusivas. Deve-se entender que as políticas públicas para setores urbanos de exclusão precisam ser pensadas a partir da noção de uma igualdade na diferença. Se assim não for, o espaço da exclusão será inevitavelmente ampliado.

Este artigo deriva de uma comunicação feita no Fórum Social Urbano, pela equipe do Programa Pólos de Cidadania (POLOS)<sup>4</sup>, e se estruturou após a divulgação do relatório da Organização das Nações Unidas sobre o “Estado das cidades do mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido” no qual constam quatro cidades brasileiras dentre as 15 cidades com maior desigualdade social do mundo e, nessas quatro, encontra-se Belo Horizonte; não há como se justificar negativamente essa inclusão na tentativa de recusar essa realidade. O relatório trabalha com o poder de consumo da população, ou seja, a desigualdade é vista a partir de um consumo que corresponde a um mínimo vital (que permite apenas a sobrevivência sem qualquer bem-estar), mas do outro lado um consumo de alto poder aquisitivo de bem-estar. De um lado, moradias de lata, tapume ou barracos sem qualquer acabamento que permita uma vivência digna; de outro, mansões ou apartamentos de alto luxo, quase sempre fechados em condomínios.

As comunidades e regiões de exclusão se perguntam “quem somos nós?” Essa pergunta remete à falta ou escassez de identidade nesses setores. As instituições “pseudodemocráticas” são hoje incapazes de resolver os conflitos que exigem respeito e universalismo na diferença, ou multiculturalismo em lugar de diversidade cultural. Para isso tornam-se imensamente importantes as políticas de inclusão que respeitem o diálogo da diversidade, pois hoje cada comunidade é um mundo, uma constelação de símbolos e de valores que devem ser analisados, antes de tudo, pelas políticas “públicas”, sem projetar sobre esse universo simbólico os parâmetros culturais das esferas técnicas das administrações locais.

Em termos fáticos, o que se percebe são identidades múltiplas. Grupos sociais, mesmo que periféricos nas cidades e no mundo, dotados de competência comunicativo-argumentativa. Todos são capazes de considerar suas próprias escolhas éticas ou as con-

<sup>4</sup> O Programa Pólos de Cidadania foi criado em 1995 na Faculdade de Direito da UFMG, como um projeto interdisciplinar e interinstitucional que se baseia na relação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a defesa, promoção e efetividade dos direitos fundamentais e da cidadania, por meio da emancipação social de grupos com histórico de exclusão e trajetória de risco.

seqüências que a adoção de determinadas normas e estilos de vida têm para a sua própria existência. Todos nós, excluídos ou não, somos capazes de narrar as nossas experiências cotidianas e nossas necessidades que não são apenas aquelas que formam o nosso mínimo existencial (não apenas saúde, educação, moradia; mas saúde e educação de boa qualidade e em período integral e moradia sustentável com acesso a todos os bens e serviços indispensáveis a uma cidade inclusiva).

Deve-se, agora, restabelecer o objeto inicial desta discussão, ou seja, é indispensável refletir sobre os limites das chamadas políticas públicas inclusivas. São elas efetivamente públicas e inclusivas? Pela interpretação já apresentada, as políticas públicas não podem ser concebidas apenas como políticas estatais, elas devem se voltar para a concepção mais ampla de esfera pública, ou seja, aquele espaço da inclusão pelo diálogo, pela argumentação/contra argumentação e pela incorporação da diversidade. Tudo isto realizado com efetividade, isto é, pelo cumprimento integral dos objetivos das legislações urbanas (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Cidade, planos diretores participativos etc.) e correspondendo às demandas e necessidades das comunidades que são objeto dessas políticas. Aqui a discussão se deterá sobre questões relacionadas aos reassentamentos de áreas de favelamento. Esses reassentamentos têm sido efetivamente inclusivos? O que se pode observar é que inúmeras vezes as políticas públicas de reassentamento se associam às estratégias da especulação imobiliária urbana prejudicando as comunidades.

Sabe-se que as políticas metropolitanas municipais e intermunicipais podem dar origem tanto a realizações com alta prosperidade social e econômica, como, ao contrário, podem gerar efeitos bastante perversos, como a favelização de novos setores urbanos pela remoção forçada ou dissimulada por políticas públicas apresentadas como inclusivas.

Ao se referir, neste texto, a regiões de depauperamento social não se pensa apenas nas estatísticas econômicas em relação às taxas de pobreza/indigência superiores a 40%, considerada tão só a renda familiar. No caso de regiões metropolitanas, esses locais de grande adensamento apresentam outros fatores sociais e ambientais que tornam mais severa essa condição. A RMBH, por exemplo, mostrou-se ao longo desses anos como a maior receptora de movimentos migracionais, e Belo Horizonte liderou não só essa atração populacional como também foi expulsora de população para as demais cidades da Região. E pior, essa expulsão de grandes levas populacionais, inúmeras vezes derivou de políticas públicas com uma argumentação em favor da inclusão e realizando exa-

tamente o oposto. Uma dessas políticas pode ser dita como o carro-chefe das ações de reassentamento de Belo Horizonte, o Programa “Vila Viva”.

Esse Programa, com suposto formato de política de melhoria das favelas, tem realizado intervenções com indenizações precárias àqueles que não permanecem nos mesmos locais de moradia em face das grandes obras urbanísticas. O que ocorre é que as indenizações cobrem apenas os custos das casas e não dos terrenos, localizados inúmeras vezes em setores de grande valorização urbana. Ora, não podendo arcar com a compra de nova casa ou barraco no mesmo local de residência, (inúmeras vezes, ai residente há décadas) esses moradores-trabalhadores tiveram como única alternativa o deslocamento com suas famílias para outras cidades da RMBH, formando favelamentos de grande precariedade.

A partir de estimativas feitas, em abril de 2009, pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) e pelo pessoal do canteiro de obras do Projeto “Vila Viva”, no Aglomerado de favelas da Serra, tem-se o seguinte cenário: seriam feitas 2.500 remoções de famílias. Dessas, apenas 856 permaneceriam nos apartamentos dos prédios construídos, ou seja, só 35% do total removido. Os demais 65% (1644 famílias) seriam indenizados, como já dito, de forma precária e insuficiente.

Assim, pelo deslocamento forçado, tem sido sofrida a sobrevivência em aglomerações domiciliares de favelamentos em outras cidades, distantes de seus antigos trabalhos, agora com ausência de serviços básicos como o acesso a esgotos sanitários, à água potável, à coleta de lixo, ao fornecimento de luz elétrica nos domicílios e nas vias públicas. Além de tudo isso, há a exposição a altos níveis de violência e a falta de segurança pública, características que tornam mais severos os índices de pobreza, segundo a renda. E, o que é pior, esses moradores já tinham certo bem-estar nos locais dos quais foram removidos com o epíteto de reassentados.

Nesse sentido, a efetividade das políticas públicas municipais tornou-se a não-efetividade ou a efetividade às avessas. Se as esferas técnicas tivessem se prestado a ouvir as demandas dos moradores e o relato de suas necessidades comunitárias não teriam incorrido em tantos erros e desajustes que afetaram várias áreas da RMBH. Um aprendizado permanece: políticas públicas efetivas devem realizar diagnósticos amplos das áreas onde se darão as intervenções e devem ser democráticas e participativas para não provocarem injustiças óbvias a famílias que já tinham vida estruturada em dado setor urbano, mesmo sem a qualidade de vida que merecem. Um reassentamento de famílias deve decorrer de um diálogo amplo e deve

considerar todos os fatores de melhoria de vida dessas populações, sem o uso de forças externas ou de argumentos falaciosos.

## A VIOLÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REPRESSÃO E EXPULSÃO DOS MAIS POBRES DOS CENTROS URBANOS

A estratificação da sociedade brasileira em camadas pobres, constituídas principalmente por negros e pardos, e as camadas ricas, marca um processo de segregação socioespacial e criação de territórios de anulação da cidadania de milhares de pessoas. Tal parece ser o caso das periferias e dos favelamentos urbanos onde o tratamento dado pelo poder público é desigual e inferior àquele tratamento oferecido aos cidadãos da chamada “cidade legal”. Isso significa que esses territórios não possuem acesso a bens e serviços da cidade como os demais setores e, frequentemente, seus moradores são tratados com menos dignidade e cuidado pelo poder público, em especial pela Polícia.

O Estado contribuiu para essa exclusão dos pobres das cidades não só por meio da negligência ao processo de urbanização ilegal que se expandia cada vez mais e pela não garantia de direitos sociais e de cidadania mas também por meio de políticas de segregação e expulsão que visavam garantir o funcionamento pleno da renda fundiária urbana. Tal tratamento desigual de bens e serviços baseado nos privilégios, cria uma situação em que a lógica da democracia, meramente formal, convive com um regime de opressão generalizada:

Nas zonas civilizadas, o Estado atua de forma democrática, comportando-se como um Estado protetor, ainda que muitas vezes ineficaz e não fiável. Nas zonas selvagens, ele atua de forma fascizante, comportando-se como um Estado predador, sem a menor consideração, nem sequer na aparência, pelo Estado de Direito. (Santos, 2003, p.21).

Nesse contexto de fascismo social (Santos 2002), as mais variadas formas de violência surgem em resposta a uma sociedade excludente e injusta, expressão da competitividade, do individualismo e do autoritarismo baseados em uma visão do outro como um adversário, uma ameaça, alguém a ser superado e não um ser dialogante com quem se deve cooperar e solidarizar. As pessoas passam a querer ser mais do que o outro e não mais com o outro. Dessa forma, a cidade se converte em um cenário de guerra e surgem as mais variadas formas de violações de direitos, de criminalidades e de desrespeitos e opressões multilaterais. Nessa luta de todos contra todos, o medo e a

insegurança passam a entranhar-se cada vez mais no imaginário das pessoas e os paradigmas do controle e da segurança passam a vigorar nas soluções que estas encontram para os problemas individuais e coletivos.

Os problemas da violência, do caos e da pobreza nas cidades passam, então, a ser também encarados pelo poder público sob a perspectiva desses paradigmas. Isso se expressa de forma bastante clara na arquitetura das cidades, onde altos muros são erguidos, vias obstruídas e câmeras instaladas, na utilização da repressão policial para a efetivação de políticas públicas que promovem remoções forçadas e a expulsão dos mais pobres dos centros urbanos, e na ênfase cada vez maior que o Estado dá às políticas de segurança como forma de combate aos efeitos de uma sociedade injusta, desigual e autoritária.

As políticas de segurança são importantes para assegurar a proteção dos cidadãos e, no Brasil, devem garantir direitos previstos pela Constituição Federal. No entanto, muitas vezes essas políticas foram e ainda são utilizadas para segregar e expulsar a população mais pobre dos espaços urbanos que o mercado destina aos mais ricos e para calar e oprimir todos os possíveis movimentos de contestação ao sistema excludente. São exemplos disso a atuação policial na execução de violentas remoções de favelas e de ocupações de terra promovidas pelos movimentos sociais; a instalação de unidades de polícias pacificadoras nas favelas que, com o objetivo de combater o crime e o tráfico, acabam por extrapolar suas ações e tratar a população local de forma violenta, desrespeitosa e ofensiva; a construção de muros nas favelas para conter o seu crescimento e, ao mesmo tempo, sitiar os mais pobres da cidade rica; a adoção de operações policiais como o “Choque de Ordem” no Rio de Janeiro<sup>5</sup>, que, objetivando remover espaços públicos ocupados ilegalmente na zona sul da cidade, têm o real efeito de afastar as populações mais pobres que trabalham, circulam e vivem nos espaços nobres da cidade; a fiscalização municipal que dá aos moradores e trabalhadores de rua um tratamento desumano e outras tantas políticas que se destinam mais a combater os pobres do que a própria pobreza.

Tais ações têm se agravado nas capitais que, como

<sup>5</sup> A Operação Choque de Ordem é uma política da Secretaria de Ordem Pública do Governo Municipal do Rio de Janeiro que tem como objetivo “pôr um fim a desordem urbana”, ou seja, policiar as ruas mais centrais da cidade, principalmente as zonas turísticas, com o objetivo de combater o comércio ambulante, os pequenos delitos e aumentar a sensação de ambiente público ordenado. Tal como observado por ativistas e intelectuais da área a política tem uma ação altamente preconceituosa e tem promovido uma espécie de “limpeza urbana”. Para mais informações ver: Laignier e Fortes, 2010.

Belo Horizonte, estão se preparando para a Copa do Mundo de 2014. Os preparativos para o Mundial conjugam interesses transnacionais com modelos políticos das elites locais de forma que se busca configurar, ainda com maior intensidade, um modelo hegemônico de cidade: limpa, moderna, desenvolvida, eficiente e sem pobreza ou problemas sociais visíveis.

Em Belo Horizonte alguns casos emblemáticos nos ajudam a perceber como tem sido a atuação do poder público no que diz respeito à reestruturação do espaço urbano conforme interesses que refletem um projeto de cidade elitista e segregacionista. Vale destacar, nesse sentido, o processo de higienização do hipercentro da cidade com a intensificação das atividades de fiscalização municipal e a reabilitação de espaços antes amplamente utilizados pela população excluída para eventos culturais e comércio. Espaços utilizados pelo Hip Hop, para festas e eventos que visam ao público mais pobre das cidades vêm sendo ameaçados; está se intensificando a fiscalização de mercadorias dos comerciantes de rua e os moradores de rua vêm sendo sistematicamente agredidos pela polícia e pela fiscalização municipal que com violências abordagens os impedem de permanecer em seus espaços e tiram os poucos pertences que possuem (remédios, bolsas, cobertores, comida, dinheiro e inclusive documentos). A violência policial serve nesses casos como instrumento de pressão pelo temor, sendo um elemento fundamental na remoção de famílias em assentamentos precários como ocorreu nos casos da Vila UFMG e do aglomerado da Serra.

As soluções repressivas e securitárias adotadas como forma de reprimir os efeitos perversos do crescimento da pobreza urbana, da falta de empregos e oportunidades aos mais pobres e do aumento da violência e da insegurança, nos fecham para a raiz do problema e acabam por acentuar ainda mais a divisão entre os cidadãos nas cidades e contribuir para a materialização das fragmentações entre espaços destinados a diferentes classes e pessoas. Como nos indica as palavras de Santos:

Aqueles que pensam que ainda podem ser protegidos, protegem-se com exércitos, protegem-se com polícias, protegem-se com condomínios fechados, protegem-se com todos os instrumentos de que podem dispor. A tragédia é que essa proteção nunca é total. Enquanto não houver o mínimo de dignidade para todos os seres humanos, não penso que nenhum ser humano se sinta, se possa sentir verdadeiramente seguro. (Santos, 2007, p.296).

A concepção das cidades sob uma lógica que separa as pessoas e impossibilita o diálogo deve, então, ser substituída por uma concepção de cidade participativa e intercultural, que possa de fato levar a concre-

tização de uma democracia social de alta intensidade com a igualdade efetiva entre os seres humanos.

O grito dos movimentos sociais e de vários setores da sociedade civil é cada dia mais contundente nas exigências de participação para a (re)construção conjunta das cidades. Mas a real democracia não pode existir onde as possibilidades de diálogo são minadas pela dominação de um grupo sobre outros e onde a repressão policial serve à manutenção de uma ordem violenta e autoritária.

## VILA ACABA MUNDO, VILA UFMG E PROJETO VILA VIVA NA FAVELA DA SERRA: TRÊS EXEMPLOS DE COMO SE DÁ A EXPULSÃO DOS MAIS POBRES DOS CENTROS URBANOS PARA AS PERIFERIAS

### A Vila Acaba Mundo

A Vila Acaba Mundo é uma pequena comunidade localizada em uma das regiões mais valorizadas de Belo Horizonte, próxima aos bairros Sion, Mangabeiras e Anchieta, possuindo cerca de 1400 habitantes<sup>6</sup>.

Apesar de terem iniciado a ocupação da região na década de 40, até hoje cerca de 97% dos moradores vivem em condição de informalidade por não possuírem os títulos de propriedade dos terrenos.

Há décadas, quando a ocupação se iniciou, a região onde atualmente se encontra a Vila Acaba Mundo era distante do centro de Belo Horizonte (Daí o nome Acaba Mundo), e praticamente desprovida de valor econômico. No entanto, com o passar dos anos a cidade se expandiu aceleradamente de modo que a pequena comunidade passou a sofrer os fortes impactos da especulação imobiliária na região. Os proprietários formais, que nunca tiveram nenhum vínculo com os terrenos da Vila Acaba Mundo<sup>7</sup>, em função do grande valor comercial que a área adquiriu, passaram a reivindicar seus lotes na justiça ameaçando gravemente o direito à moradia de uma população já vulnerabilizada pela exclusão social.

Houve uma série de ações movidas pelos supostos proprietários, por meio das quais foram reivindicados os terrenos e apesar de inúmeras nulidades processuais, em vários casos o Poder Judiciário decidiu a favor dos proprietários, ignorando o fato de que há mais de

<sup>6</sup> Dado retirado do “Plano Global Específico da Vila Acaba Mundo” realizado no ano 2000 pela URBEL.

<sup>7</sup> Muitos deles, já não são os proprietários originais, e seus herdeiros nem sequer conhecem a localização dos lotes.

40 anos os moradores da Vila exercem a posse plena dos terrenos fixando neles suas moradias e construindo suas relações sociais na comunidade.

Diante de tal situação, pressionados pela crescente especulação imobiliária e visto que a segurança da posse de seus terrenos era constantemente ameaçada, os moradores se organizaram em conjunto com entidades da comunidade e com o apoio de parceiros, como o POLOS, para reivindicar seus direitos e lutar por uma regularização fundiária que os reconhecesse como os legítimos proprietários dos terrenos onde vivem.

Apesar de algumas conquistas, como a aprovação de um decreto municipal impedindo o despejo das famílias mais ameaçadas e a elaboração de um plano para ações de usucapião coletivo, o que se pode observar nessa situação é um profundo descaso do poder público que, se omitindo de fornecer à comunidade as políticas públicas de urbanização e regularização fundiária necessárias, acaba sendo conivente com os efeitos perversos da especulação imobiliária e com os interesses de grandes empresas que veem na remoção da comunidade da Vila Acaba Mundo um possibilidade de lucrativos negócios.

Atualmente a situação da comunidade se vê seriamente agravada pelo anúncio de um grande empreendimento imobiliário que pretende construir prédios de luxo nas proximidades da Vila valorizando ainda mais os terrenos e, conseqüentemente, tornando ainda maior os interesses da especulação imobiliária na remoção dos moradores. Todavia, mesmo diante da conformação de uma clara situação de injustiça e mesmo diante da possibilidade concreta de violações do direito à moradia de centenas de famílias em condição de vulnerabilidade social, a resposta do poder público é um contundente silêncio revelador de seus compromissos com os investimentos e não com as pessoas.

### A Vila UFMG

A Vila UFMG era uma pequena favela situada na Avenida Antonio Carlos em Belo Horizonte com cerca de sessenta famílias que, apesar de residirem no local há mais de 10 anos, não possuíam a propriedade da terra. Em 2010, os moradores da vila receberam a notícia de que seriam removidos dentro do período de um mês<sup>8</sup>, pois seria construído um viaduto justamente no local onde moravam com a justificativa de que a obra seria necessária como preparação da cidade para a Copa do mundo de 2014.

<sup>8</sup> DIAS, Laércio Aparecido. Entrevista realizada com o morador pelo Programa Polos de Cidadania, dia 28 de junho de 2010.

O caso dessa remoção é emblemático porque o planejamento do viaduto foi realizado de modo que ele ocupasse exatamente a área onde vive a pequena comunidade. Como se não bastasse, a prefeitura de Belo Horizonte, por meio da URBEL, pretendia realizar a remoção forçada oferecendo apenas uma indenização de quantia ínfima comparada ao valor de uma moradia digna dentro da cidade. Tal indenização correspondia aos gastos dos moradores com a construção da casa, sem considerar o valor do terreno em que estas casas estavam construídas há mais de dez anos. Claro está, para nós, que o objetivo não dito de uma política como esta só pode ser a expulsão desses homens e mulheres das áreas valorizadas da cidade.

Com o risco eminente de terem seus direitos violados, os moradores da pequena comunidade se organizaram e, com a ajuda da igreja, de entidades da sociedade civil e de movimentos sociais, passaram a exigir um tratamento digno e humano de modo que a prefeitura não teve alternativa senão negociar outra remoção, atendendo aos direitos e reivindicações da comunidade.

Diante da mobilização da comunidade para resistir às remoções e das redes montadas com outros grupos para fazer frente à violação de seus direitos humanos, a prefeitura ofereceu reassentar os moradores da Vila UFMG em apartamentos do programa federal de habitação popular “Minha casa, minha vida”. Apesar de os apartamentos oferecerem condições dignas de habitação, pode-se verificar que na alternativa dada pela prefeitura a lógica da segregação não foi superada visto que a opção de reassentamento oferecida é longe do centro de Belo Horizonte e da região onde as famílias habitavam e tinham seus laços sociais de trabalho, de solidariedade e de ajuda mútua.

### O PROGRAMA “VILA VIVA” NO AGLOMERADO DA SERRA

Entre os anos 2005 a 2009 o programa de regularização fundiária sustentável “Vila Viva” foi executado pela prefeitura de Belo Horizonte supostamente conforme o Plano Global Específico (PGE) na Favela da Serra provocando enormes transformações na geografia do lugar e na vida dos 50 mil moradores do aglomerado.

No entanto, o POLOS, que há vários anos atua no aglomerado com ações de mediação de conflitos individuais e coletivos, percebeu diversos efeitos deletérios dessa política na vida das pessoas e, a partir dessa constatação, realizou a pesquisa intitulada “Efeitos do Vila Viva na condição socioeconômica dos moradores”.

Para os fins desse artigo, vale ressaltar alguns desses efeitos, principalmente aqueles que se referem à expulsão dos moradores para zonas periféricas.

Em primeiro lugar, percebeu-se que o “Vila Viva” conferiu prioridade às ações urbanísticas em detrimento das ações socioeconômicas e houve pouca integração entre essas duas dimensões da política. Um caso emblemático, porém não o único, foi a prioridade na construção de vias de transporte de forma mais ou menos desconectada às dinâmicas do aglomerado. Embora a construção de vias tenha facilitado o acesso de ambulâncias, viaturas de polícia, e demais veículos indispensáveis aos serviços sociais no aglomerado, a construção da Avenida do Cardoso, estabelecida como prioritária no aglomerado, não corresponde à maior demanda de circulação dos moradores. Ademais, a avenida serve mais como via de conexão entre as zonas Leste e Centro-Sul de Belo Horizonte, sendo utilizada majoritariamente por veículos de não moradores do aglomerado, sendo até mesmo estes muito poucos. Ou seja, a via, extremamente larga e longa, não serve a ninguém. Com um agravante, os serviços de transporte público não foram devidamente conectados a essa avenida. Disso se conclui que a maior intervenção urbanística foi, de certa forma, apartada das políticas sociais e, hoje, é fortemente criticada pelos moradores do aglomerado.

A priorização das intervenções de cunho urbanístico causou ainda outros efeitos deletérios, entre os que mais nos interessam estão o aumento da especulação imobiliária e o elevado número de remoções relacionado principalmente à construção da Avenida do Cardoso.

Esse elevado número de remoções, que, segundo a URBEL, foi de 2269 famílias, agrava-se ainda mais com a consideração das famílias que receberam indenizações em vez de serem reassentadas na própria comunidade, como é proposto pelos programas de regularização fundiária sustentável.

Ainda segundo a URBEL, 74% das famílias removidas permaneceram no próprio aglomerado e seu entorno, as demais famílias (26%) tiveram que se mudar para áreas distantes, em sua maioria áreas periféricas e, não raro, em outros assentamentos ilegais. Ou seja, cerca de 600 famílias foram basicamente expulsas do Aglomerado da Serra para regiões periféricas, fenômeno que está relacionado às baixas indenizações e a outros erros da política de reassentamento que não acompanharam ou facilitaram a procura de novas moradias dignas aos removidos e, não raro, dificultaram o processo de mudança dos moradores pela burocracia e ineficiência nos pagamentos das indenizações.

Outro aspecto negativo é o fato de que o despejo dos moradores foi realizado sob clara pressão da

URBEL para que as pessoas desocupassem suas casas em um prazo muito curto ameaçando-as de perderem tudo com a demolição das casas caso o prazo não fosse cumprido. Assiste-se assim, a ação violenta dos órgãos do poder público para a consecução ágil de seus objetivos.

Diante desses dados, o POLOS concluiu na pesquisa que o “Vila Viva” direta ou indiretamente dificultou enormemente a permanência dos moradores dentro do aglomerado, bem como seu reassentamento dentro da cidade formal. Podendo ser, face ao exposto, classificada como uma política eminentemente expulsora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos argumentos expostos ao longo do presente artigo, pode-se concluir que a pressão da especulação imobiliária, as políticas urbanas e as políticas de segurança pública têm, sistematicamente, resultado na expulsão dos mais pobres das grandes metrópoles. De fato, as populações dotadas de menores recursos estão sendo obrigadas a deixar os centros urbanos, e as principais causas dessa expulsão são:

- a) As pressões econômicas de grandes empresas que possuem interesses nas regiões onde moram;
- b) As políticas habitacionais que, sob o pretexto de melhorar suas condições de moradia, os empurram para conjuntos habitacionais, em geral, localizados a grandes distâncias dos centros urbanos e inadequados à cultura de moradia anterior;
- c) As políticas de segurança pública que em alguns casos têm assustadoramente se apresentado como políticas terroristas e de extermínio que, disseminando o medo e a violência nas regiões mais pobres, tornam insuportável a vida nestes lugares.

Sem a segurança da posse (já que a maioria das vilas e favelas são resultado de ocupações informais), sofrendo pressões e ameaças de todo tipo, privados de seus direitos e diante da ausência de oportunidades de trabalho e renda, as populações mais pobres não têm tido outra saída, senão aceitar resignadas, as políticas habitacionais do governo que as expulsa das grandes cidades.

Dante Alighieri em seu clássico “A Divina Comédia”, ao descrever o inferno diz que nos seus grandes portões de entrada se encontra escrito: “Vós que entrai deixai toda esperança”. (Alighieri, 1999). Nossas metrópoles têm se tornado espaços infernais não só por causa do trânsito, da violência e das desigualdades absurdas. Nossas metrópoles têm se tornado infernais, sobretudo, porque a condição de ingresso e de sobrevivência dos mais pobres nas grandes cidades tem sido a de deixar toda esperança de uma vida de

plenitude.

Daí a importância imensa de mobilizar e organizar as comunidades periféricas para que elas possam fazer frente a essa ausência de esperança apresentando alternativas a uma aparente inevitabilidade da realidade opressora que lhes é imposta.

Essas pessoas que foram ao longo do tempo exploradas, humilhadas e marginalizadas, esses homens e mulheres alvos de múltiplas exclusões, quando se unem e se organizam cooperativamente, passam a se possuírem, passam a possuir uns aos outros e, juntos, podem coletivamente reivindicar seus direitos e lutar não só pela superação da condição de pobreza em que estão mas também por novos modos de vida que sentem ser necessários. O destino comum, a amizade, o companheirismo e a ajuda mútua são, muitas vezes, o que esses homens e mulheres têm de mais valioso em suas vidas e tanto isso é verdade que as situações em que os processos de expulsão fracassaram, curiosamente, coincidem com os lugares onde os laços de amizade, de cooperação e de ajuda mútua são fortes e permanentes.

Por fim, os argumentos expostos neste artigo nos levam a crer que, para garantir o direito à cidade, é preciso se pensar em espaços públicos que sejam democráticos, que sejam integradores e plurais, que dialoguem com a diversidade e não espaços que promovam a segregação e o distanciamento socioespacial entre ricos e pobres. Para isso, torna-se necessário uma inversão no objetivo das políticas públicas: de políticas habitacionais que favorecem a especulação imobiliária e as grandes construtoras para políticas que beneficiem os que sofrem e que têm seus direitos cotidianamente violados. De políticas de segurança que coagem, oprimem e amedrontam para políticas de segurança que respeitem, defendam e protejam a dignidade dos moradores de vilas e favelas. Tudo isso se resume no básico cumprimento da lei e da Constituição Federal Brasileira.

Considerar possível a existência de cidades criativas, justas, igualitárias e inclusivas, concebendo-as como espaços de realização da plenitude humana, pode parecer uma utopia, e deve-se aceitar chamar de utópica essa concepção de cidade, desde que por utopia se entenda o que propõe Boaventura de Sousa Santos: “[...] a imaginação de algo radicalmente melhor do que o que existe, pelo que vale a pena lutar e para o que a humanidade está absolutamente capacitada”. (Santos, 2008, p.62).

## BIBLIOGRAFIA

- ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia: Inferno, Purgatório e Paraíso*. Tradução e notas de Ítalo Eugênio Mauro. São Paulo: Editora 34, 1999.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Consultado a 02/03/2012 em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm).
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Ed. Rocco, 1993.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of history. The national interest*, 1989.
- GALEANO, Eduardo. *Memórias do fogo: O Século do Vento*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2010.
- GALEANO, Eduardo. *Ser como Eles*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1993.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. *A cidade ilegal: espaço de anulação da cidadania*. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). *As Cidades da Cidade*. 1ª Ed, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- LAIGNIER, Paulo. FORTES, Rafael. *A criminalização da pobreza sob o signo do “choque de ordem”: uma análise dos primeiros cem dias do governo Eduardo Paes a partir das capas de O Globo*. *Revista Comunicação & Sociedade*, 53, 53-78, 2010.
- MARRAMAO, Giacomo. *O Mundo e o Ocidente Hoje – O problema de uma esfera pública global*. Tradução de Flaviane Magalhães Barros de palestra ministrada durante o Seminário Direito, política e tempo na era global. PUC-MG, Belo Horizonte, 2007.
- ONU-HABITAT. *O Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unindo o Urbano Dividido*. Rio de Janeiro, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *El Foro Social Mundial y la Izquierda Global*. *El Viejo Topo*, nº 240, 39-62, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A minha concepção de socialismo é de democracia sem fim*. *Cronos*, v. 8, 287-300, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Poderá o Direito ser Emancipatório?* *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 65, 3-76, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a New Legal Common Sense*. London: Butterworths, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A transição paradigmática: da regulação à emancipação*. *Oficina do CES*, nº 25, 1991.
- URBEL, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Plano Global Específico da Vila Acaba Mundo*. Belo Horizonte, 2000. ■

Rosa Moura

# Configurações espaciais na metropolização brasileira

## Resumo

O atual estágio da urbanização brasileira caracteriza-se por transformações expressivas na configuração espacial e na natureza das metrópoles, inseridas no rol de mudanças produzidas pela reestruturação produtiva. Dinâmicas de concentração e mobilidade refuncionalizam polos e periferias, provocam valorização fundiária e ativação do mercado imobiliário e projetam uma nova forma urbana, que reconfigura cidades e metrópoles em categorias regionais. Ao mesmo tempo, características metropolitanas se reproduzem em espaços dispersos do território. Identificar essas configurações, caracterizar sua natureza e discutir desafios à sua governança são propósitos deste artigo, que se estrutura em duas dimensões: da metropolização, enquanto processo socioespacial, e da institucionalização de unidades territoriais para gestão.

**Palavras-chave:** Metropolização; Aglomeração metropolitana; Região metropolitana; Institucionalidade metropolitana; Gestão metropolitana.

## Abstract

The current stage of the Brazilian urbanization is characterized by significant changes in the spatial configuration and the nature of the metropolis, inserted in the list of changes produced by the productive restructuring. Dynamics of concentration and mobility refunctionalize poles and peripheries, cause land valuation and real estate market activation, and design a new urban form, that rewrites cities and metropolises in regional categories. At the same time, metropolitan features reproduce in scattered areas on the territory. Identify these settings, characterize its nature and discuss challenges to its governance are purposes of this article, which is structured in two dimensions: the metropolization, while social-spatial process, and the institutionalization of territorial units for management.

**Keywords:** Metropolization; Metropolitan agglomeration; Metropolitan region; Metropolitan institutions; Metropolitan management.

---

Artigo submetido em 23/04/2013.

Apresentado no VI Seminario Internacional Red de Investigación sobre Áreas Metropolitanas de Europa y América Latina (RIDEAL), "De la ciudad a la región urbana: desafíos para la calidad de vida en contextos complejos", promovido pelo Instituto de Estudios Metropolitanos y Regionales da Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín, Colombia, abril 2013.

## Rosa Moura

é geógrafa pela USP e doutora em geografia pela UFPR. Atualmente é pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Observatório das Metrópoles.

rosamoura@ipardes.pr.gov.br

## INTRODUÇÃO

A metropolização contemporânea vem provocando transformações expressivas na configuração espacial e na natureza das metrópoles brasileiras. Não só características metropolitanas permeiam espaços cada vez mais extensos e dispersos do território nacional como as próprias aglomerações se expandem, tornam-se ainda mais concentradoras e se consolidam como localizações privilegiadas à confluência de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias e informações. A dinâmica da concentração e a mobilidade, assim como os vetores de crescimento populacional, revelam padrões que apontam para a refuncionalização dos polos e periferias dessas aglomerações. Sugerem célere qualificação/desqualificação de espaços urbanos pela redefinição de funções, redirecionamento de investimentos e adequação às exigências da reestruturação produtiva, seguida pela valorização exorbitante do preço da terra e da moradia, não restritos aos polos metropolitanos, mas que provocam sua expansão física e a emergência de aglomerações em transformação contínua. O processo assinalado não é particular, mas se insere no rol de mudanças produzidas pela reestruturação produtiva, que desencadeou uma nova forma urbana ou uma metamorfose que reconfigura cidades e metrópoles em categorias territoriais regionais.

Neste trabalho, pretende-se identificar essas novas configurações, caracterizar sua natureza e discutir os desafios à sua governança. Para tanto, a análise se estrutura em duas dimensões: aquela dos fenômenos da metropolização, como processo socioespacial que resulta na configuração de aglomerações e arranjos espaciais mais complexos; e aquela da institucionalização de unidades territoriais para gestão. Na primeira dimensão, revisita-se a literatura especializada e, a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2010, examina-se a dinâmica de crescimento e distribuição da população, assim como os fluxos de deslocamentos para trabalho ou estudo em município distinto do de residência (comutação), e exploram-se comportamentos e tendências do movimento da população no território. Na segunda dimensão, comparam-se os espaços aglomerados aos territórios definidos por institucionalização de regiões metropolitanas (RMs), aglomerações urbanas (AUs) e regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) e se analisam os níveis de integração de seus municípios à dinâmica da metropolização brasileira. Observa-se que são territórios diversos e heterogêneos a enfrentarem o desafio premente à sua gestão, tema que se discute ao final do trabalho.

## O DEBATE TEÓRICO ACERCA DA METROPOLIZAÇÃO

No que pode ser considerada “uma nova fase de modernização capitalista”, pautada em um novo sistema tecnológico e em um enfoque de governança baseado na liberalização econômica (De Mattos, 2010, p. 3), a metropolização contemporânea deve ser compreendida como uma verdadeira metamorfose do processo de urbanização (Lencioni, 2006), que se reforça em funções superiores em matéria de decisão, direção e gestão – articuladoras das bases econômicas nacionais aos circuitos globais –, concentradas nos principais polos urbanos (Leroy, 2000). Longe de apenas reforçar aglomerações singulares, a metropolização passa a engendrar novas morfologias urbanas, muito mais articuladas e densas, ao mesmo tempo descontínuas, dispersas, sem limites precisos. Sustenta a ampliação geográfica do processo de acumulação, que fez com que a dispersão pelas empresas de seus processos produtivos, filiais e fornecedores tornasse as aglomerações metropolitanas as localizações mais capazes a oferecer as condições requeridas à valorização do capital. À medida que essas aglomerações foram se imbricando na dinâmica produtiva globalizada, deram-se mudanças substantivas em relação ao imposto no período industrial desenvolvimentista, *“mutaciones estas que afectan tanto a la organización y al funcionamiento, como a la morfología y apariencia, de cada una de estas aglomeraciones.”* (De Mattos, 2010, p. 264)

Tais mudanças na morfologia urbana, apoiadas pelo predomínio do automóvel e das tecnologias de informação, com ampliação territorial do campo de externalidades metropolitano, e pela localização de empresas e moradias em locais mais distantes, são apontadas por De Mattos (2004, 2010, 2012) como “metropolização expandida”, ou seja, uma expansão territorial metropolitana fruto de uma periurbanização praticamente incontrolável, mediante a qual o tecido urbano se prolifera e se estende. Tal expansão favorece a formação de sistemas produtivos centrais a numerosas atividades localizadas em diversos centros urbanos, até então independentes ou autônomos, do entorno da aglomeração metropolitana (similares ao norte-americano *urban sprawl*).

Esse processo resulta em uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole. “Metamorfoseiam-se as relações sociais e o espaço, anunciando que estamos vivendo um período de transição, uma transformação qualitativa para algo diferente do que conhecemos”, conforme Lencioni (2011, p. 51). Para a autora, as principais caracterís-

ticas que sintetizam a metamorfose da metropolização do espaço são que: (i) já não corresponde apenas à transição do rural para o urbano, embora possa contê-la, pois seu núcleo é a urbanização; (ii) conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos; (iii) região que expressa ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e uma transparente segregação social; (iv) região na qual se redefinem as hierarquias e a rede de relações entre as cidades; (v) emerge um expressivo número de cidades conurbadas com polinucleação intensa e múltipla rede de fluxos; (vi) diminui-se relativamente o crescimento demográfico da cidade central, ao mesmo tempo em que outros municípios da região expandem-se em população e ambiente construído; (vii) redefinem-se também as pequenas cidades da região, conformando um novo tipo de integração com os espaços polinucleados; (viii) intensificam-se os movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede.

A percepção desse processo se traduz em uma pluralidade de denominações alusivas à metrópole ou à configuração mais expressiva desse estágio da metropolização, os arranjos espaciais, posto que são considerados as novas formas e os novos conteúdos da cidade e da aglomeração, nos processos de reconfiguração territorial.

Entre correspondências que se encontram no debate internacional, destacam-se a cidade difusa (Indovina, 1990); as cidades desbordadas, extravasadas, ou dispersas (Dematteis, 1998); a megacidade (Borja; Castells, 1997), definida não pelo tamanho, mas como nó com a economia global; as hipercidades (Davis, 2004), que em países em desenvolvimento se envolvem em novas redes, corredores e hierarquias, criando megalópoles (Gottman, 1970; Castells, 2000; Lefebvre, 1991) urbano-industriais comparáveis às do mundo desenvolvido. Cidade-região (Scott et al., 2001) peculiariza-se em relação às noções anteriores por polarizar globalmente formas de articulação do poder, constituindo-se em plataforma territorial na qual empresas disputam mercados globais; avança ao que Sassen (2007) define como megaregião, um território reconfigurado em sua dimensão urbana e regional, onde cidades e áreas metropolitanas se mesclam entre si. Similar mescla se dá na noção de metápole, concebida por Ascher (1995), decorrente de uma metropolização metastásica, em unidades não contíguas, derivadas de movimentos de adensamento ou desdensificação, expansão, transformação e incorporação de novos espaços.

Soja (2002) refere-se à pós-metrópole, que sintetiza a ruptura da lógica socioespacial da metrópole

baseada em uma aglomeração física para um espaço descontínuo, um fenômeno poliédrico, decorrente da desindustrialização e reindustrialização e da desconcentração e reconcentração das nodalidades urbanas. A pós-metrópole ou exópole surge como metáfora da metrópole, no novo processo de urbanização, decorrente da globalização e reestruturação da economia.

Lencioni (2011) chama a atenção para o fato de que todas as denominações de alguma forma incorporam os vocábulos “cidade” ou “polis”, reafirmando na metrópole em transição esses sentidos, desprezando, portanto, ideias relativas ao sentido de anti-cidade. De Mattos *et al.* (2012) também se referem a essa variedade de denominações que diferenciam a forma urbana emergente da forma urbana da cidade industrial, acentuando seu caráter distinto e novo. Questionam, como reitera Lencioni (2011), se essa nova forma poderia seguir sendo considerada como uma “cidade” ou se deve-se reconhecer que estamos “frente a un fenómeno de otra naturaleza” (p.4), posto

*que nos encontramos frente a la evolución de un fenómeno urbano complejo que, en términos generales, como propone Castells (2010)<sup>1</sup> aparece como resultado de dos procesos entrelazados: por una parte, una extendida descentralización desde las grandes ciudades hacia áreas adyacentes y, por otra, la interconexión de pueblos pre-existentes cuyos territorios quedan integrados por nuevas capacidades comunicacionales.* (De Mattos et al. 2012, p. 5)

Na literatura nacional, muitas denominações são atribuídas ao caso de São Paulo, como macrometrópole (Meyer *et al.*, 2004, Emplasa, 2011), configuração em rede de grandes espaços urbanos (Castello Branco, 2003); outras ao Rio de Janeiro, como macroaglomeração urbano-metropolitana (Limonad, 2007). Esses conceitos e concepções confirmam a condição desses arranjos como “um novo fato de caráter metropolitano de dimensão inédita”, como particulariza Lencioni (2003, p. 7) ao caso de São Paulo. Sugere que as transformações econômicas recentes se fizeram acompanhar de uma forma urbana ainda mais densa e concentrada territorialmente. Trata-se de “um processo novo e de uma nova forma de produção do espaço” (2003, p. 2), que tem como ponto convergente na literatura nacional e internacional que a dimensão urbana e a dimensão regional são insuficientes para sua compreensão.

O conceito de cidade-região é adotado no caso brasileiro por Lencioni (2006), que aprofunda a re-

<sup>1</sup> CASTELLS, M. *Globalisation, networking, urbanisation: reflections on the spatial dynamics of the information age. Urban Studies*, v.47, n.13, 2010, p.2737-2745, *apud* De Mattos et al., 2012.

flexão teórico-conceitual para a (macro)metrópole paulista, e por Soares (2010), que o aplica ao arranjo polarizado por Porto Alegre. Para Lencioni (2006, p. 71), a cidade-região coloca-se como “condição, meio e produto fundamental para a reprodução social nos dias atuais”. Ela exprime com mais nitidez que a região constituída pela expansão territorial da metrópole é distinta da “região metropolitana relacionada ao processo de industrialização e urbanização que caracterizaram grande parte do século XX” (Lencioni, 2006, p. 74). Mesmo assim, diferentemente dos mentores do conceito, mantém a dispersão territorial da indústria como o componente indutor dessa configuração. Enfatiza que é impossível delimitar a cidade-região, já que se constitui em espaço de fluxos pela interconexão de várias redes, e sua extensão guarda relação com os transportes, que viabilizam os deslocamentos cotidianos, conferindo-lhe “um sentido de conjunto e de unidade” (p. 73).

Tais leituras mantêm aberta a lacuna quanto a situações menos complexas que o dessas consagradas metrópoles nacionais, identificadas em território brasileiro e discutidas em detalhe na sequência deste trabalho. Ao mesmo tempo, as categorias apontadas contrariam a hipótese de que as novas tecnologias de informação e comunicação destituíram de sentido as aglomerações. Na afirmação de uma dinâmica global, baseada na expansão de uma multiplicidade de redes, cujos fluxos operam com autonomia em relação aos lugares, “*cuando tienen tierra, muestran una marcada preferencia por las aglomeraciones urbanas*” (De Mattos, 2010, p. 266). Nelas, a mancha urbana com limites relativamente nítidos de cidades compactas cede lugar a “*una aglomeración difusa de dimensión regional, parcialmente discontinua, que es lo que se cristaliza como nueva forma urbana*” (p. 266). Em sua dimensão macrorregional, apoiada em uma organização multicentrada, passa a oferecer condições mais amplas e diversificadas para a localização de uma variedade de cadeias globais, o que torna “*lógico concluir que resulta difícil lograr imponer límites a su expansión territorial.*” (De Mattos, 2010, p. 266)

Nesse contexto, a metrópole encerra o ciclo de ser o lugar, por excelência, da indústria e das possibilidades de emprego. Conforme Lencioni (2011), abre-se um novo ciclo capaz de enfrentar as contradições que comprometem a reprodução do capital, fundado na importância dos negócios oriundos da produção imobiliária e das condições de infraestruturas indispensáveis para que se efetive a metropolização e a valorização do espaço metropolitano.

A forma que a metrópole assume, de maior escala territorial, ao expandir sua região, é central para a acumulação porque ela vem acompanhada da pos-

sibilidade de oferecer sobrevida às relações capitalistas, uma vez que a valorização imobiliária que acompanha o espraiamento territorial da metrópole se constituiu numa das principais estratégias para a produção e concentração da riqueza social, uma vez que o predomínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital. A sua forma descontínua, por assim dizer, é a expressão, no limite último, da força desmedida do espaço-mercadoria, instrumentalizado pela valorização imobiliária do capital. [Essa] se coloca como possibilidade de (...) superar o estrangulamento que pode comprometer o fôlego necessário para dar continuidade ao processo capitalista de desenvolvimento. (p. 55, 56)

## DINÂMICAS TERRITORIAIS DA POPULAÇÃO NO BRASIL

No âmbito dos processos socioespaciais, a metropolização brasileira vem se caracterizando pela configuração de aglomerações urbanas cada vez mais extensas e descontínuas, que se desenvolvem fundamentalmente a partir da rede de metrópoles (12, segundo IBGE, 2008) e de capitais (não metropolitanas) de unidades da federação (UFs). A crescente participação da população dessas aglomerações na população total do território, o padrão mais elevado de crescimento e incremento populacional, assim como a incidência dos maiores fluxos de pessoas em movimentos pendulares para trabalho e ou estudo revelam a significativa presença dessas configurações como expoentes da dinâmica socioeconômica no Brasil. Configurações que se expandem, articulando-se a outras aglomerações, compondo arranjos espaciais complexos. Com base em informações que se valeram do Censo Demográfico de 2010, e do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2007), ambos do IBGE, aglomerações e arranjos espaciais são discutidos na sequência.

### Crescimento e distribuição da população

Análise de Moura e Cintra (2011) confirma a hipótese de que a metropolização vem consolidando e ampliando a configuração de espacialidades de aglomeração no Brasil. Tal desenho concentrador desconstrói, ao menos na realidade brasileira, a hipótese de desmetropolização ou desconcentração da população, em face de novas tecnologias de informação e comunicação, posto que se confirmam no país o adensamento e a expansão física das principais aglomerações urbanas/metropolitanas e se reforçam as principais centralidades da rede urbana brasileira.

Nessa análise, o crescimento e a distribuição da população foram analisados sob dois conjuntos de

POPULAÇÃO	ACP		DEMAIS MUNICÍPIOS.		BRASIL	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
População total 1991	66.986.620	45,62	79.838.855	54,38	146.825.475	100
População total 2010	91.488.927	47,96	99.266.872	52,04	190.755.799	100
População urbana 2010	89.058.663	55,34	71.867.129	44,66	160.925.792	100
Incremento população total 2000/10	11.106.349	53,00	9.850.280	47,00	20.956.629	100
Grau de urbanização 2010		97,34		72,4		84,36
Crescimento pop. total 1991/00 (% a.a.)		2,07		1,28		1,64
Crescimento pop. total 2000/10 (% a.a.)		1,3		1,05		1,17

FORNTE: IBGE - Resultados do Universo do Censo Demográfico. Elaboração: IPARDES.

municípios: um que se apoia nas Áreas de Concentração da População (ACPs) – unidades de pesquisa adotadas pelo REGIC 2007 (IBGE, 2008) – que correspondem às principais aglomerações urbanas brasileiras, sejam de natureza metropolitana ou não; outro que se compõe dos municípios não inseridos em ACPs.

O IBGE criteriosamente identificou 46 ACPs para finalidades estatísticas. Embora concentradas na porção Centro-Sul do Brasil, as ACPs evidenciam que o fenômeno da aglomeração urbana se manifesta em todo o território nacional, em diferentes escalas. Associa-se particularmente ao município que desempenha a função de capital estadual, a partir do qual se expandem manchas contínuas de ocupação. Poucas são as ACPs localizadas no interior das UFs, e quando ocorrem são notadamente de menor porte.

Em 2010, os 337 municípios das ACPs<sup>2</sup> reuniam 91.488.927 habitantes, correspondentes a 48% da população brasileira (tabela 1). Entre 1991 e 2010, a população residente nesse conjunto de ACPs teve um incremento de 24,5 milhões de habitantes e sua urbanização aproxima-se da condição plena (97,3%). O conjunto dos demais municípios abrigava em 2010 quase 100 milhões de habitantes, sendo 20 milhões a mais do que em 1991. O grau de urbanização desses demais municípios também se elevou de forma expressiva nos últimos 20 anos, passando de 60% para 72%.

Ressalta-se que, ao mesmo tempo em que se mantém o padrão concentrador da população nas ACPs, observa-se uma expressiva urbanização horizontalizada nos municípios brasileiros, particularmente em áreas de expansão da ocupação – em municípios das proximidades das ACPs; em municípios litorâneos;

e, no interior do país, regiões do agronegócio, mineração e grandes projetos de infraestrutura –, que seguem incorporando parcelas crescentes de população nos núcleos urbanos, elevando a participação de municípios não inseridos em ACPs no conjunto da população urbana brasileira.

Há que se destacar a ampla diversidade do conjunto de ACPs, não só pela dimensão como pelo grau de centralidade exercida, e também a influência de algumas, de forma mais contundente, nos processos em análise, com destaque para a ACP de São Paulo, que concentra 14,4% da população em 2010, as ACPs do Rio de Janeiro (6,4%) e de Belo Horizonte (2,5%). Além dessas, apenas as de Belém, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife e Salvador têm participação no total da população em mais de 1%. Nas 46 unidades, a participação da população total vem crescendo ou permanece estável no período, exceto nas do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, entre as metropolitanas.

O crescimento da população total apresenta taxas mais elevadas no conjunto das ACPs que no dos demais municípios, entre 1991-00 e 2000-10, e o incremento da população brasileira entre os períodos considerados ainda se situa em mais de 50% no conjunto relativo às ACPs, com supremacia na absorção pela de São Paulo (na ordem de 2,9 milhões de habitantes entre 2000-10). Entre as 28 ACPs e subACPs com crescimento acima da média do conjunto, entre 1991-00 e 2000-10, predominam as de natureza metropolitana, as polarizadas por capitais de Estado e as que integram arranjos espaciais de natureza urbano-regional. Anota-se que os polos dessas unidades, com raras exceções, apresentam taxas de crescimento inferior ao do conjunto da ACP entre 2000-10.

O comportamento individual dos municípios das ACPs revela que o padrão de crescimento elevado é recorrente nesses aglomerados, salvo poucos e localizados majoritariamente nas ACPs de São Paulo e Rio de Janeiro, que, longe de representarem estagnação,

Tabela 1 - População total e urbana, incremento, grau de urbanização e taxa de crescimento anual - ACPs e demais municípios - Brasil - 2010

<sup>2</sup> A metodologia de identificação foi aplicada pelo IBGE para o REGIC 2007, portanto anteriormente ao Censo Demográfico de 2010, o que pode implicar na elevação do número de ACPs e de municípios integrantes.

sugerem mudanças no perfil produtivo e funcional, cada vez mais qualificado dessas metrópoles. A qualificação dos polos e o crescimento inconcluso das periferias metropolitanas são percebidos também nas demais aglomerações urbanas, independente do porte populacional, o que sinaliza que as aglomerações seguem crescendo e ampliando seu alcance territorial, que acompanha tentacularmente eixos viários – certamente juntando em manchas contínuas condomínios horizontais residenciais ou empresariais, ocupações periféricas pobres, plantas industriais, comerciais e de serviços, entre outras ocupações.

Esse fenômeno é percebido em muitos países. Nos latino-americanos assume características específicas, pois metrópoles e grandes cidades seguem, ao mesmo tempo, densificando seus interstícios e se expandindo em territórios indelimitáveis. Nesse sentido, confirma-se reflexão de De Mattos et al. (2012) acerca da falsa disjuntiva de que a redensificação de algumas das partes mais antigas de aglomerações urbanas excluiria a tendência de sua expansão externa em direção à urbanização generalizada. Os dois fenômenos são componentes complementares dessa mesma metamorfose urbana.

Consolidam-se, portanto, as dinâmicas concentradoras de população, iniciadas nas décadas anteriores, e se desenvolve uma lógica comum, emanada da articulação capital/estado/sociedade, que impulsiona processos de valorização/desvalorização do solo, criando espaços desiguais. A incorporação de áreas para ocupação e usos, com aumento da densidade e da confluência de fluxos, desprovida de políticas públicas compatíveis, tem colocado em situação de vulnerabilidade populações e ambiente e avançado em direção contrária ao almejado desenvolvimento.

### Mobilidade pendular para trabalho e estudo

Um indicador fundamental para inserção de município em ACP é a mobilidade pendular. No Brasil, 15.472.863 pessoas deixam o município de residência para trabalho, estudo ou ambos em outro município, em fluxos de origem (ou saída) em 2010 (Delgado *et al.*, 2013). Em 2000, eram 7.403.456, o que aponta um elevado incremento de pessoas em deslocamento. Os fluxos de destino (ou de chegada) correspondem a 13.946.545 pessoas, com incremento também elevado em relação às 7.030.250 que se deslocavam em 2000. Esses fluxos correspondem, respectivamente, a 2000 e 2010, a 6,7% e 10,6% do total de pessoas dos municípios ocupadas ou estudando, no caso das saídas, e a 6,4% e 9,6%, no das entradas.

A ordem de grandeza do aumento do número de

pessoas em deslocamento evidencia a importância da mobilidade para alimentar o mercado de trabalho, assim como reforça e faz surgir algumas centralidades a partir da oferta de serviços de educação e pesquisa. A elevação da proporção das pessoas que se deslocam em relação aos ocupados e estudantes dos municípios, seja nas entradas ou nas saídas, também revela que, cada vez mais, as oportunidades se dispersam no território e se tornam atrativas a não moradores, implicando na adequação de políticas que deem sustentação a tais movimentos.

Os municípios com os maiores volumes de fluxos de origem para trabalho e/ou estudo e os conjuntos mais expandidos e que envolvem um maior número de municípios correspondem às aglomerações de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Quanto aos fluxos de destino, observam-se densificações em torno das principais centralidades (receptoras), ressaltando uma mancha ampliada de grande extensão, conjugando municípios receptores de volumes elevados de população para trabalho e/ou estudo no entorno de São Paulo, incluindo áreas de aglomerações próximas, e do Rio de Janeiro.

Dos municípios com fluxos de mil pessoas e mais, 10,7% se encontram em ACPs; 9,2%, no entorno das ACPs, em território de unidades institucionalizadas (RMs, AUs e RIDEs); 21,4% correspondem àquelas, fora dos recortes anteriores, com alguma classe de centralidade definida pelo REGIC 2007 (Centros de Zona, Centros Sub-regionais, Capitais Regionais). Nas ACPs encontram-se tanto municípios receptores de fluxos pendulares, caracterizados como melhor dotados de atividades e funções atrativas para trabalho e estudo quanto municípios evasores, que funcionam como dormitórios de trabalhadores, assim como municípios em equilíbrio entre recepção/evasão. Correspondem, portanto, às áreas com maior mobilidade da população.

Poucas são as unidades onde há maior intensidade e multidirecionalidade de fluxos. O território paulista apresenta-se como aquele em maior mobilidade entre as UFs brasileiras; a metrópole São Paulo incorpora em uma mancha contínua de fluxos multidirecionais centros e unidades institucionalizadas vizinhas. Há fluxos multidirecionais também pelo território contínuo ao Rio de Janeiro. Observam-se alinhamentos de municípios com movimentos significativos que, tendo as metrópoles como focos de atração, acompanham sistemas viários e criam configurações espaciais expandidas. Exemplo notório se tem nos três estados do sul, ao longo das BRs 116 e 101, e ao longo das principais rodovias que acompanham a costa do Nordeste brasileiro, conformando uma região de elevada mobilidade. No interior do país, destacam-se a RM

de Goiânia e a RIDE do DF e entorno, que desenharam uma configuração com alta mobilidade.

### Arranjos/conglomerados espaciais

A disposição territorial das espacialidades mais representativas dessa etapa da metropolização corresponde a configurações identificadas por Moura (2009) e Moura *et al.* (2012) como arranjos espaciais. O território brasileiro cada vez mais se faz permear por essas configurações que inserem em uma unidade, contínua ou descontínua, áreas metropolitanas, aglomerações urbanas e centros urbanos em proximidade, porém com nítida articulação interna. Tais configurações resultam de dinâmicas concentradoras e da alta densidade de deslocamentos pendulares, envolvendo conjuntos com elevado número de municípios. Transcendem a noção de simples aglomerações urbanas por se apresentarem como estruturas morfológicas mais complexas, cuja influência ultrapassa os limites administrativos dos municípios componentes e assume uma abrangência regional, que pode desconsiderar, em muitos casos, limites estaduais e até nacionais. Em geral, estendem-se sem limites nítidos, em raios de aproximadamente 200 km, ao longo de eixos viários estruturais (rodoviários ou vias urbanas), em configurações tentaculares.

Entre os arranjos espaciais, os urbano-regionais situam-se como os principais responsáveis pela inserção regional na divisão social do trabalho. Guardam relação com a presença de aglomerações industriais, firmas industriais com potencial exportador e serviços avançados, que reforçam as articulações internacionais, e os elegem como localização privilegiada, ao mesmo tempo em que reforçam o padrão concentrador e a escala de polarização desses arranjos. Os urbano-regionais também se distinguem pela elevada participação no total da população e do produto interno bruto dos respectivos estados e regiões; maiores e mais intrincados movimentos de população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência; alta capacidade científica e tecnológica; presença de infraestrutura viária comparativamente de melhor qualidade; elevada densidade urbana; forte articulação regional e extrema complexidade, devidos à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder que perpassam seu interior; estruturação da unidade a partir das principais centralidades da rede urbana do Brasil e alcance de suas regiões de influência funcional, econômica e técnico-científica, ultrapassando os limites dos estados/regiões onde se inserem (Moura, 2009).

Foram identificados nove arranjos urbano-regionais, que se desenvolvem a partir de São Paulo, expandindo ainda mais a macrometrópole; do Rio de Janeiro, compondo um *continuum* com o litoral fluminense e vetores em direção à Juiz de Fora e à Vitória; Brasília/Anápolis/Goiânia; Porto Alegre e Caxias do Sul; Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa; Belo Horizonte e Vale do Aço; Salvador e Feira de Santana; Recife/João Pessoa, apontando vetores para Natal e Maceió; assim como no Leste Catarinense, absorvendo as aglomerações de Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis, com vetores em direção ao litoral sul do Estado.

A natureza urbano-regional pode caracterizar também aglomerações que escapam à classificação de arranjos, posto que sua condição morfológica expressa uma configuração simples, contínua a partir do polo, casos de Manaus e Fortaleza. Arranjos singulares reproduzem essas condições, porém com menor intensidade, e se posicionam hierarquicamente articulados à região de influência de um arranjo urbano-regional. Os arranjos desenvolvem-se no entorno das metrópoles classificadas pelo REGIC 2007 (IBGE, 2008), além de outras capitais não metropolitanas e em algumas posições interioranas, particularmente nos estados de São Paulo e Paraná.

Esses arranjos sinalizam as morfologias metamorfoseadas apontadas por De Mattos *et al.* (2012) e Lencioni (2011), pois configuram metrópoles territorialmente expandidas, regiões urbanas em grande escala territorial. Sua natureza urbano-regional, atribuída em Moura (2009), foi reiterada com base em estudos publicados nos anos subsequentes, como de Haddad (2011), sobre o eixo Goiânia/Brasília; de Siebert (2010), sobre o leste catarinense; de Emplasa (2011), sobre a macrometrópole paulista; de Abrahão (2010), sobre o arranjo Curitiba/Paranaguá. Além desses, os resultados do Censo Demográfico de 2010 confirmam a manifestação de áreas contínuas de elevada concentração e crescimento populacional, correspondentes aos arranjos e aglomerações identificadas, destacando-se no cenário demográfico brasileiro.

## METROPOLIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS

A apreensão desses processos socioespaciais por políticas públicas que deem conta do complexo desafio da gestão articulada entre instâncias de governo, capital e sociedade e formulem estratégias de desenvolvimento regional não tem mostrado resultados

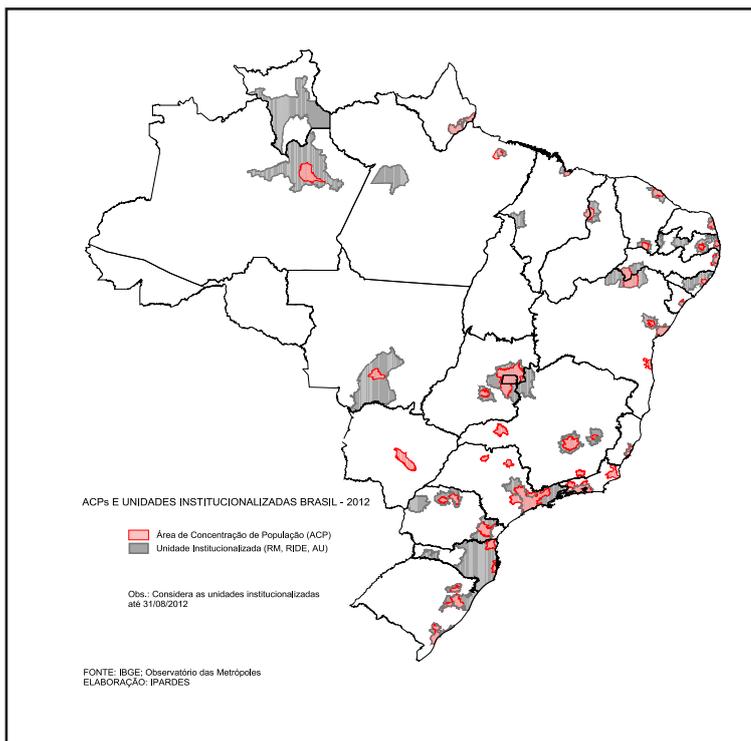
adequados. Exemplo claro se extrai da instituição de unidades regionais – RMs, AUs e RIDEs –,<sup>3</sup> que deveriam contemplar o universo de aglomerações e arranjos espaciais identificados em território brasileiro. Não obstante, observam-se consonâncias e incongruências nos limites e na natureza das unidades institucionalizadas em comparação às configurações espaciais resultantes do processo de metropolização. Por um lado os limites legais não se ajustam às configurações espaciais, a maioria das vezes agregando maior número de municípios e bastante diversificados, outras vezes restringindo-se a pedaços da aglomeração; por outro, a institucionalização das unidades regionais se deu majoritariamente adotando a categoria “metropolitana”, independentemente da natureza dos respectivos polos,

o que banaliza e tergiversa tão preciso conceito. Isso mostra disjunção entre o processo de metropolização, com formação de aglomerações urbanas, e o processo de institucionalização de unidades regionais, conforme preconizado constitucionalmente. Tal disjunção decorre, fundamentalmente, da sobreposição dos interesses políticos aos interesses de ordem administrativa na criação de unidades regionais e, o mais grave, da desconsideração das dinâmicas e morfologias resultantes do fenômeno da metropolização, pelos formuladores de políticas públicas.

O conjunto de 59 unidades institucionalizadas, levantadas pelo Observatório das Metrôpoles (2012)<sup>4</sup>, reúne 51 RMs (das quais só 11 têm natureza metropolitana), três RIDEs e cinco AUs, que se localizam em todas as grandes regiões brasileiras.

<sup>3</sup> Até a Constituição federal de 1988, foram institucionalizadas por lei complementar federal nove RMs. A nova Constituição facultou aos estados federados “instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.” A mesma Constituição, em seu Art. 43, previu mediante lei complementar a criação de RIDEs, nos seguintes termos: “Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.” Estas se compõem de municípios de diferentes estados.

<sup>4</sup> Foi demarcado 30/08/2012 como data limite das institucionalizações, dado que há um contínuo processo de institucionalização de unidades na maioria das UFs, como confirmam os inúmeros projetos sobre o tema em tramitação nas Assembleias Legislativas Estaduais.



Do total de 945 municípios inseridos nessas unidades institucionalizadas, 28% estão em unidades com natureza metropolitana; 30,6% integram ACPs; ao mesmo tempo, 46 municípios que integram ACPs (ainda) não se inserem em unidade institucionalizada (figura 1).

As unidades institucionalizadas que não são polarizadas por ACPs têm seus núcleos formados por cidades de porte médio ou aglomerações urbanas de menor porte. Ocorrem fundamentalmente em Santa Catarina, onde o processo de institucionalização de unidades metropolitanas aparenta preencher a lacuna de uma política regional, mas também em outros estados do Norte e Nordeste. Inversamente e por inúmeros motivos ligados a condições locais, algumas ACPs não foram objeto de institucionalização em unidades regionais, destacando-se Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

O território das unidades institucionalizadas é nitidamente heterogêneo, como mostram os resultados da análise dos níveis de integração dos municípios à dinâmica da metropolização brasileira (Observatório, 2012). Tabulação avançada do estudo realizado aponta que apenas 34 dos 945 municípios inseridos em unidades institucionalizadas têm nível “altíssimo” de integração, o que sequer corresponde à totalidade dos polos dessas unidades. Apenas 27,4% do total dos municípios das unidades representam efetiva integração à dinâmica da metropolização brasileira, classificando-se nos níveis muito alto e alto, com indicadores de tamanho e concentração de população, renda da economia, renda pessoal, mobilidade pen-

dular e padrão funcional entre os mais elevados do país. No nível médio de integração, ou num momento de transição para a condição de integrado, tem-se 18,3% dos municípios. Entretanto, a maioria dos municípios dessas unidades (54,3%) classifica-se nos níveis baixo e muito baixo, participando embrionariamente do processo – heterogeneidade que complexifica o desafio da gestão dessas unidades.

Quando a análise volta-se à natureza, tem-se que 71,7% dos municípios pertencem a unidades não metropolitanas. Entre os inseridos em unidades metropolitanas, 49,1% classificam-se nos níveis considerados integrados à dinâmica da metropolização; 25,1%, no nível médio, estão em transição para a condição metropolitana. Outros 25,8% de municípios classificam-se entre os não integrados – possivelmente são municípios situados nos limites das unidades, que mais cedo ou mais tarde passarão a participar mais ativamente do processo. Os municípios de unidades de natureza não metropolitana são majoritariamente classificados nos níveis baixo e muito baixo de integração, compondo 64,7% do total de municípios dessas unidades.

Em qualquer das unidades formais, percebe-se um efeito atrativo, posto que seus territórios compreendem municípios com elevado crescimento demográfico e intensa mobilidade da população, desenhando vetores de expansão das aglomerações existentes ou impulsionando novas. Tais constatações demarcam a necessidade de se repensar finalidades e critérios de institucionalização, assim como a construção de arranjos institucionais compatíveis à heterogeneidade, à intensidade e à mobilidade intrínseca a essas unidades, e que subsidiem a necessária gestão cooperada nesses espaços. Esse processo de institucionalização deve, obrigatoriamente, estar conjugado a uma política de desenvolvimento urbano e regional, considerando o território em sua totalidade, que garanta às unidades perspectivas financeiras, orçamentárias, programáticas, vantagens tarifárias e, fundamentalmente, o diálogo articulado entre as múltiplas e diversas escalas que operam nesses espaços.

## TENDÊNCIAS E DESAFIOS

A análise realizada confirma que se consolida o processo de metropolização no Brasil, ampliando a extensão territorial da concentração e mobilidade populacional. Expandem-se as porções já densamente povoadas, particularmente grandes cidades e aglomerações urbanas, que se redesenham em espacialidades mais descontínuas e complexas, ou seja, o desenho da ocupação concentrada e com alta mobilidade deixa de ser o de uma aglomeração singular, passando

a configurar arranjos espaciais, muitos com natureza urbano-regional. Sua natureza híbrida, que transcende a dimensão urbana, urbana aglomerada e assume a dimensão regional, lhes confere um desafio ainda maior, o de considerar tanto a gestão de funções públicas de interesse comum na porção aglomerada quanto a gestão do desenvolvimento regional. Além desses, surgem poucas, mas importantes, novas aglomerações no interior do país – todas a exigir o difícil exercício das funções públicas de interesse comum.

Esses movimentos, que repercutem na densificação de espaços historicamente concentradores e na ocupação de novos espaços, ao acontecerem sem planejamento e suporte de políticas públicas apropriadas provocam efeitos socioambientais de difícil controle e superação com equidade. Tal cenário salienta questões que carecem tornar-se objeto de pesquisas e de políticas públicas, particularmente no que se refere à definição precisa de estratégias de desenvolvimento regional e à qualificação de estruturas administrativas e de segmentos da sociedade para a gestão cooperada.

Espacialidades tão heterogêneas tornam imprescindível a pactuação de acordos regionais transescalares e a formulação de políticas integradoras entre as porções que melhor representam a inserção na divisão social do trabalho e as que se mantêm na retaguarda, na medida em que essas estão interconectadas, como parte de novas dinâmicas econômicas que combinam a necessidade de áreas dispersas. É necessário distinguir ainda que em alguns casos o apogeu de conceitos e novas noções de cidades expandidas e conectáveis faz parte de narrativas escalares que buscam justificar transformações na localização de processos sociopolíticos, articulados por corporações transnacionais, redes financeiras, de negócios e outras forças do mercado (González, 2008). A escala regional recoloca-se na agenda teórica e política internacional, tanto por sua localização estratégica à atividade econômica quanto por ser uma escala para integração da sociedade civil. Assim, a figura da região, de regiões urbanas ou cidades-regiões, em suas variadas denominações, reemerge como referência a novos espaços para desencadeamento de processos econômicos e políticos, para maiores articulações globais. Resta combater o desenvolvimento desigual que acompanha tais processos.

No caso brasileiro, a escala regional institucionalizada em unidades como as RMs, AUs e RIDEs, como prática meramente formal, está aquém das necessidades de produção de arranjos de gestão que garantam o exercício articulado e participativo das funções públicas de interesse comum ou a formulação de estratégias de desenvolvimento, deixando livre o território aos movimentos do capital.

Essas unidades espaciais, pressionadas pela intensificação dos fluxos e das dinâmicas de crescimento,

precisam se estruturar o bastante para atender às crescentes demandas por infraestruturas e serviços, como também capacitarem-se ao diálogo cooperativo e democrático entre instâncias de governo, forças do mercado e segmentos atuantes. A falta de estrutura dá margem a espaços marcadamente desiguais, precários, excludentes e ingovernáveis.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, C. M. de S. (2010). Análise da territorialidade do sistema portuário da cidade de Paranaguá, vista pelo prisma dos arranjos espaciais contemporâneos. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná.
- ASCHER, F. (1995). *Metápolis ou l'avenir dès villes*. Paris: Ed. Odile Jacob.
- BORJA, J; CASTELLS, M. (1997). Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madri: Taurus : Pensamiento.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. (2003) Espaços urbanos: uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro: IBGE.
- CASTELLS, M. (2000). A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra.
- DAVIS, M. (2004). Planet of slums. *New Left Review*, London, n.26, p.5-34, mar./apr.
- DE MATTOS, C. A. (2004). Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.
- DE MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis urbana en América Latina. Quito: OLACCHI : MDMQ, 2010. (Textos Urbanos, v. 4)
- DE MATTOS, C. et al. (2012). Notas sobre una falsa disyuntiva: redefinición de las áreas centrales v/s dispersión urbana. Tendencias recientes, evidencia empírica. Documento de Trabajo Fondcyt N°1110387. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales. PUC Chile.
- DELGADO, P.R.; CINTRA, A; MOURA, R. (2013). Tipología dos deslocamentos pendulares para trabalho e/ou estudo – Brasil 2010. Relatório preliminar, IPARDES, jan. 2013, 12 p. (Não publicado).
- DEMATTEIS, G. (1998). Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. (Ed.). *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona.
- EMPLASA. (2011). Estudo da Morfologia e da Hierarquia Funcional da Rede Urbana Paulista e Regionalização do Estado de São Paulo. Documento 1 – Metodologia. São Paulo: SEP, EMLASA, SEADE.
- GONZÁLEZ, S. (2008). Las narrativas escalares de la globalización. Coloquio Dinámicas urbanas y regionales desde la perspectiva de las escalas. In: Congreso Nacional sobre Problemáticas Sociales Contemporáneas, 5. Universidad Nacional del Litoral. Santa Fe, oct. (Não publicado).
- GOTTMAN, J. (1970). A urbanização e a paisagem americana: o conceito de megalópole. In: COHEN, S. B. (Org.). *Geografia humana nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fórum. (Estante de Ciências Sociais).
- HADDAD, M.B. (2010). Eixo Goiânia–Anápolis-Brasília: estruturação, ruptura e retomada das políticas públicas. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano. Observatório das Metrôpoles, Anais... Natal, setembro 2010 (1 CD-ROM).
- IBGE. (2008). Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE.
- INDOVINA, F. (1990). *La città diffusa*. Venezia: Daest (Dipartimento di Analisi Economica e Sociale del Territorio) Ed.
- LEFEBVRE, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes.
- LENCIONI, S. (2003). A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPUR, maio 2003. (CD-ROM).
- LENCIONI, S. (2006). Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume.
- LENCIONI, S. (2011). Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P.C.X. (Orgs.) *Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago*. São Paulo: FAUUSP.
- LEROY, S. (2000). Sémantiques de la métropolisation. *L'Espace géographique*, Montpellier: Éditions Belin, n.1, p.78-86.
- LIMONAD, E. (2007). No todo acaba en Los Angeles ¿Un nuevo paradigma: entre la urbanización

- concentrada y dispersa? Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. (Serie documental de Geo Crítica), v.12, n.734, 10 jul. 2007. Universidad de Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-734.htm>. Acesso em: ago. 2008.
- MEYER, R. M. P.; GROSTEIN, M. D.; BIDERMAN, C. (2004). São Paulo Metrópole. São Paulo: EDUSP : Imprensa Oficial.
- MOURA, R. (2009). Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- MOURA, R; CINTRA, A. (2011). Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do Censo 2010. Nota Técnica Iparde n.22, dez. 2011, 71p. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT\\_22\\_Primeiros\\_Resultados\\_Censo\\_2010.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/NT_22_Primeiros_Resultados_Censo_2010.pdf) Acesso em: jan. 2013.
- MOURA, R; LIRA, S.A.; CINTRA, A. (2012). Arranjos espaciais: concentração e mobilidade que redesenham aglomerações e centros. Cadernos IPARDES. Estudos e Pesquisas. Curitiba, v.2, n.2, p.51-67, ago./dez. 2012. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/536>. Acesso em: jan. 2013.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2012). Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Relatório de Pesquisa. 108 p. Disponível em [http://observatoriodasmetropoles.net/download/relatorio\\_integracao.pdf](http://observatoriodasmetropoles.net/download/relatorio_integracao.pdf). Acesso: fev. 2013.
- SASSEN, S. (2007). El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza. EURE (Santiago), v.33, n.100, p.9-34, dez.
- SCOTT, A.J.; AGNEW, J.; SOJA, E.W.; STORPER, M. (2001). Cidades-regiões globais. Espaço e Debates, n.41, p.11-25.
- SIEBERT, C. (2009). A rede urbana de Santa Catarina: abordagem transescalar. Encontro Nacional da Anpur, 13. Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPUR, maio 2009. (CD-ROM).
- SOARES, P.R.R. (2010). A cidade-região de Porto Alegre: análise da desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul. Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, Anais... UFRN, Natal, 2010, 16p. Disponível em [http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST1\\_Paulo\\_Roberto\\_Soares.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST1_Paulo_Roberto_Soares.pdf) Acesso: out. 2012.
- SOJA, E.W. (2002). Postmetropolis. Critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell Publishing. ■

Nelson Diniz

# De Pereira Passos ao Porto Maravilha

colonialidade do saber e transformações  
urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro

## Resumo

A colonialidade do saber, constitutiva das formações sociais latino-americanas, se manifesta em múltiplas dimensões do pensamento e da prática sociais. Neste artigo, essa perspectiva é utilizada para compreender as formas como se produzem representações e intervenções urbanas, tomando como exemplo a comparação entre dois momentos históricos da Região Portuária do Rio de Janeiro. O primeiro diz respeito às circunstâncias da execução do Plano de Embelezamento e Saneamento, iniciado em 1903. O segundo se refere à emergência do projeto de revitalização denominado Porto Maravilha, no final da primeira década do século XXI. O objetivo é demonstrar como a colonialidade do saber ainda é característica do modo como são pensadas e vividas as cidades latino-americanas.

**Palavras-chave:** Teorias pós-coloniais; Colonialidade do saber; Região Portuária do Rio de Janeiro.

## Abstract

The coloniality of knowledge, constitutive of social formations in Latin America, manifests itself in multiple dimensions of thought and social practice. In this paper, this perspective is used to understand the ways in which urban representations and interventions are produced, taking as example the comparison between two historical moments of the waterfront of Rio de Janeiro. The first relates to the circumstances of the execution of the Beautification and Sanitation Plan, initiated in 1903. The second refers to the emergence of the revitalization project called Porto Maravilha, at the end of the first decade of this century. The purpose is to demonstrate how the coloniality of knowledge is still characteristic of the way they are designed and lived the Latin American cities.

**Keywords:** Postcolonial theories; Coloniality of knowledge; Waterfront of Rio de Janeiro.

**Nelson Diniz**

*é geógrafo e mestrando em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ.*

nelsondiniz@hotmail.com

---

Artigo submetido em 24/05/2013

Versão modificada do trabalho "De Pereira Passos ao projeto Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da região portuária do Rio de Janeiro", apresentado ao XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, 2012.

## INTRODUÇÃO

*(...) organizaram seus hábitos quotidianos na cidade colonial e para ela importaram e a ela impuseram os costumes da metrópole, onde passam regularmente suas férias, de onde recolhem suas inspirações administrativas, políticas e culturais, é para a metrópole que seus olhos permanecem constantemente voltados.*

*Albert Memmi*

Com as teorias pós-coloniais busca-se superar obstáculos do pensamento eurocêntrico na interpretação da modernidade e das formações sociais latino-americanas (Porto-Gonçalves, 2005). Para os autores que sustentam essas concepções, compreender a modernidade exige considerar a colonialidade, pois são duas faces da mesma moeda (Mignolo, 2005).

Desse ponto de vista, a modernidade não surgiu na Europa e se difundiu, mais tarde, para o restante do mundo. A modernidade emergiu quando a expansão europeia atingiu os demais continentes, fundamentalmente o americano (Quijano, 2005). O advento do sistema-mundo moderno e da economia-mundo capitalista concretizou-se em virtude dos fenômenos do colonialismo. Após o fim do colonialismo, a colonialidade permaneceu como elemento das relações de poder assimétricas e das formações sociais do sistema-mundo moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2006).

A colonialidade caracterizou a formação das sociedades latino-americanas. O que é verdadeiro para a economia, a organização espacial, as instituições políticas e os saberes (Lander, 2005). Na América Latina, produziram-se saberes a partir da colonização dos imaginários, o que o pensamento pós-colonial denomina colonialidade do saber. O objetivo deste artigo é demonstrar como se tem elaborado representações, formas de pensar, planejar e produzir as cidades latino-americanas que expressam a colonialidade do saber.

## PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SISTEMA-MUNDO MODERNO-COLONIAL: A COLONIALIDADE CONSTITUTIVA DAS FORMAÇÕES SOCIAIS LATINO-AMERICANAS

Discursos sobre a globalização afirmam a crescente interdependência dos espaços. Inovações nos campos da telemática, da microeletrônica, das tecnologias de comunicação e transporte são destacadas como o suporte material desse período histórico. Entretanto, seu entendimento não pode se limitar à avaliação das condições técnicas.

O advento da globalização neoliberal associou-se à crise da acumulação capitalista iniciada no final dos anos 1960. O excesso constante de capacidade e produção fabril e o acirramento da competição intercapitalista provocaram uma crise de produtividade do capital e queda das taxas de lucro, principalmente no chamado mundo capitalista avançado (Brenner, 1999). O esgotamento do padrão taylorista-fordista de acumulação, a financeirização, a concentração e centralização de capitais, a crise fiscal do Estado, as privatizações, desregulamentações e a flexibilização dos processos produtivos foram traços desse contexto crítico (Antunes, 2006). A crise econômica foi, igualmente, crise de dominação. Para Holloway:

*A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido (...) Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação (apud Antunes, 2006, p. 31).*

Desse modo, é possível compreender a emergência da globalização neoliberal como consequência dos conflitos sociais desencadeados entre 1956 e 1968-69 (Porto-Gonçalves, 2006). Da revolução húngara de 1956 aos protestos estudantis de 1968 e à Primavera de Praga – entremeados por lutas de libertação nacional, contra o machismo e o racismo, críticas ao produtivismo, ao consumismo e à própria noção de desenvolvimento –, o que esteve em jogo foi o questionamento do modelo civilizatório que regulava as relações de poder no mundo. De acordo com Porto-Gonçalves (2006), “como resposta política, veremos uma profunda revolução tecnológica como parte de uma contraestratégia visando a reprodução das assimétricas relações sociais e de poder” (p. 19).

A globalização neoliberal, portanto, deve ser entendida como conjunto de transformações impostas pelo desenvolvimento crítico da acumulação capitalista. Entretanto, não se pode reduzi-la à dimensão econômica. A reestruturação do capitalismo revelou-se, do mesmo modo, como reorganização do sistema ideológico, técnico-científico e político de dominação. Para Lander (2005):

*(...) o neoliberalismo é debatido e combatido como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao*

progresso, ao conhecimento e à boa vida (p. 21).

Considerar o neoliberalismo síntese dos valores da sociedade moderna conduz à reflexão sobre as conexões históricas e geográficas remotas da globalização. Desse ponto de vista, a globalização neoliberal é um período do processo mais amplo de conformação do mundo moderno.

A conquista da América foi o ponto de partida para a constituição do mundo moderno. A própria noção “mundo moderno” deve ser problematizada, na medida em que manifesta duplo limite. Por um lado, “na expressão mundo moderno a palavra forte acaba sendo moderno e não a ideia de um sistema-mundo que lhe está associada” (Porto-Gonçalves, 2006, 24). Por outro, fundamenta a narrativa sobre a modernidade que negligencia a colonialidade.

Em resposta, autores das teorias pós-coloniais preferem a denominação sistema-mundo moderno-colonial. Em artigo de 1992, *Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system*, Quijano e Wallerstein afirmam que:

*The modern world-system was born in the long sixteenth century. The Americas as a geosocial construct were born in the long sixteenth century. The creation of this geosocial entity, the Americas, was the constitutive act of the modern world-system. The Americas were not incorporated into an already existing capitalist world-economy. There could not have been a capitalist world-economy without the Americas<sup>1</sup>* (Quijano; Wallerstein, 1992, p. 23).

O que se convencionou denominar globalização é resultado da expansão de um padrão de relações assimétricas de poder, ao menos desde 1492<sup>2</sup>. Para Quijano trata-se da “culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”<sup>3</sup> (Quijano, 2005, p.

<sup>1</sup> “O sistema-mundo moderno nasceu ao longo do século XVI. As Américas como construção geosocial nasceram ao longo do século XVI. A criação dessa entidade geosocial, as Américas, foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno. As Américas não foram incorporadas em uma já existente economia-mundo capitalista. Não haveria economia-mundo capitalista sem as Américas” (Quijano; Wallerstein, 1992, p.23, tradução nossa).

<sup>2</sup> O que hoje chamamos de “globalização” tem existido, com esta ou aquela roupagem, há muitíssimo tempo – pelo menos desde 1492, se não antes (Harvey, 2009, p.37).

<sup>3</sup> Em sua exposição da “construção do sistema-mundo moderno-colonial numa perspectiva ambiental”, Porto-Gonçalves (2006) apresenta a seguinte periodização para o processo “mais amplo” de globalização, nos limites do qual se inscreve a globalização neoliberal: “1. O Colonialismo e a Implantação da Moderno-colonialidade (do século XV-XVI ao século XVIII... até hoje); 2. O Capitalismo Fossilista e o Imperialismo (do século XVIII ao início do século XX... até hoje);

277).

O conceito de sistema-mundo moderno-colonial, que amplia a ideia de sistema-mundo elaborada por Wallerstein<sup>4</sup>, sugere que a colonialidade é dimensão constitutiva da modernidade. A economia-mundo capitalista e o padrão mundial de poder que lhe corresponde, isto é, o sistema-mundo, dependem do estatuto colonial das relações assimétricas de poder que os regem.

O colonialismo foi a primeira expressão da conformação do sistema-mundo que é, concomitantemente, moderno e colonial. O desenvolvimento econômico da Europa, dos séculos XV e XVI em diante, fundamentou-se nas relações assimétricas de poder e de comércio com os novos domínios da América e demais continentes. A exploração dos recursos naturais do continente americano, o trabalho escravo para fins de produção mercantil e a ideia de raça permitiram a construção da modernidade europeia.

A colonialidade é característica do padrão de poder e do modelo civilizatório que acompanham a reprodução das relações sociais capitalistas; perpassam relações de poder em todos os lugares do sistema-mundo, em especial nos países que foram submetidos à colonização, destacando-se, aqui, o caso dos latino-americanos.

É necessário sublinhar que as independências nacionais puseram fim ao colonialismo, não à colonialidade. Desse modo, é possível deduzir que, mesmo que se interpenetrem, há diferenças entre colonialismo e colonialidade. De acordo com Quijano (2012):

*Colonialidad es un concepto diferente de, aunque vinculado a, Colonialismo. Este último se refiere estrictamente a una estructura de dominación/explotación donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad y cuyas sedes centrales están además en otra jurisdicción territorial (...) La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal (pp. 342-381).*

Portanto, as assimétricas relações de poder identificadas com os valores básicos da sociedade liberal

3. O Capitalismo de Estado Fossilista Fordista (de 1930 aos anos de 1960-70... até hoje); 4. A Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional (dos anos de 1960 até hoje) (p. 23).

<sup>4</sup> Wallerstein desenvolveu o conceito de sistema-mundo em *The Modern World-System*, obra em três volumes publicados sucessivamente em 1974, 1980 e 1989.

moderna (Lander, 2005), com a constituição do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado (Quijano, 2005) ou com a emergência do processo de globalização (Porto-Gonçalves, 2006) fundamentaram-se em classificações intersubjetivas hierárquicas organizadas em termos “antropológicos” de racialidade, nacionalidade, etnia etc.

Como no sistema-mundo moderno-colonial a colonialidade opera em âmbitos materiais e subjetivos, também se produziu uma classificação hierárquica dos saberes. Em geral, os saberes das “raças”, “etnias” e “nacionalidades” subordinados são colocados num patamar de inferioridade ou “atraso” em relação aos saberes dos dominadores.

A conquista e colonização da América foram acompanhadas por uma violência epistêmica que destruiu ou subordinou os conhecimentos dos povos originários e fez emergir o eurocentrismo como manifestação da superioridade dos saberes produzidos no continente europeu. Trata-se de etnocentrismo<sup>5</sup> que se deslocou com a hegemonia, o que faz com que, hoje, os conhecimentos anglo-saxônicos estejam no topo da organização hierárquica de saberes.

A colonialidade do saber acompanhou a constituição do discurso científico moderno. As pretensões de neutralidade, universalidade e objetividade da ciência moderna, assim como a naturalização das relações sociais que seu discurso produz, são construções coloniais. Essas características do pensamento científico moderno, o modo como se articulam com as relações coloniais de poder, contribuem para explicar sua eficácia neutralizadora (Lander, 2005). Eficácia que sustenta a colonização do imaginário dos dominados e é fundamental para a estabilidade do padrão assimétrico de relações de poder.

Os saberes sobre a cidade e o planejamento urbano também se formaram sob a influência da colonialidade. Os dois momentos destacados neste artigo, o princípio do século XX, com a modernização do Porto do Rio de Janeiro no âmbito da reforma Pereira Passos, e o princípio do século XXI, com o “sonho tornado realidade” da “revitalização” da Região Portuária do Rio de Janeiro, são exemplos da constituição colonial dos saberes sobre a cidade.

## INTERDEPENDÊNCIA E URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Relações de interdependência entre formações sociais

<sup>5</sup> “O etnocentrismo passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do ‘outro’ nos termos da cultura do grupo do ‘eu’” (Rocha, 1988, p.12).

não são exclusividade da globalização neoliberal. Embora transformações desse período tenham tornado mais complexas essas relações, elas existiram antes, constituíram o sistema-mundo moderno-colonial.

O sistema-mundo moderno-colonial, resultado do processo de “globalização” iniciado com a conquista da América, organizou-se de acordo com relações assimétricas e hierárquicas de poder. Essas relações resultaram em padrão de dominação-subordinação entre formações sociais. Esse padrão foi descrito em termos de países dominantes e dominados, imperialistas e (semi)coloniais, centrais e (semi)periféricos, hegemônicos e dependentes etc. Neste artigo, as denominações “dependente” e “dependência” são utilizadas para identificar a situação das sociedades latino-americanas no sistema de interdependência.

Para a compreensão dos processos de mudança das sociedades latino-americanas, é necessário considerar as transformações dessas formações sociais do ponto de vista da questão da dependência. As relações de dependência, ao lado das singularidades derivadas das matrizes histórico-sociais, configuram, assim, o quadro de reflexão. De acordo com Quijano:

As sociedades nacionais latino-americanas (...) pertencem, individualmente e em conjunto, ao sistema de relações de interdependência formado pelos países capitalistas e ocupam, dentro dele, uma situação de dependência. Do ponto de vista das nossas sociedades, trata-se antes de mais nada de um sistema de relações de dependência. (...) Esse sistema de relações de dependência, em interação com as singularidades de cada uma de nossas sociedades nacionais, constitui um dos núcleos de fatores determinantes das tendências básicas da sua existência e mudança (Quijano, 1978, pp. 12-13).

As relações de dependência não são um conjunto de obstáculos externos impostos ao desenvolvimento de países débeis por países poderosos, ações unilaterais desses sobre aqueles. Trata-se de sistema de relações de interdependência, no qual um setor é dominante sobre os demais<sup>6</sup>. As relações de dependência pressupõem correspondência de interesses entre os setores dominantes da sociedade dependente e do centro “metropolitano”. Mais que isso, interesses dominantes “das sociedades dependentes correspondem aos interesses do sistema total das relações de dependência e do sistema de produção e de mercado em seu conjunto” (Quijano, 1978, p. 14).

A dependência constituiu as sociedades da Amé-

<sup>6</sup> Para Porto-Gonçalves (2006): “Estamos, sim, diante de um sistema-mundo moderno-colonial, que é um mundo cada vez mais interdependente – sistema-mundo, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – moderno-colonial” (p. 25).

rica Latina. Isso significa mais que a subordinação econômica aos centros metropolitanos. Há uma dependência histórica que atravessa todas as ordens institucionais (Quijano, 1978), isto é, dimensões das sociedades latino-americanas – econômica, social, cultural, política, espacial etc.

A ideia de “dependência histórica” assemelha-se àquela da colonialidade como padrão de poder que opera em todas as dimensões, materiais e subjetivas, da existência social. Assim, no que diz respeito à urbanização, Quijano afirma que:

(...) é um processo dependente. Isto é, que as suas tendências e características mais salientes estão regidas pelas do processo das relações de dependência de nossas sociedades. Convém insistir, todavia, que não se trata de uma mera vinculação mecânica e unidirecional, uma vez que as singularidades e especificidades da matriz histórico-social de cada uma das nossas sociedades atuam permanentemente como um sistema de intermediação (...) e das modificações produzidas pela urbanização derivam-se também efeitos de mudança nas próprias relações de dependência (Quijano, 1978, p. 20).

Isto é, às mudanças nas relações de dependência correspondem transformações “nas tendências fundamentais que a estrutura interna de poder adota” (Quijano, 1978, p. 15).

As intervenções na Região Portuária do Rio de Janeiro relacionadas à formação da Comissão de Melhoramentos e à execução do Plano de Embelezamento e Saneamento, no final do século XIX e início do XX, corresponderam ao contexto da dissolução das relações de escravidão, de modernização da economia brasileira e de estabelecimento do regime republicano. Do ponto de vista técnico, o Porto do Rio de Janeiro e sua região passaram por mudanças associadas à articulação entre as ferrovias e a navegação a vapor (Lamarão, 1991). Essas mudanças expressaram novo posicionamento do Brasil na rede de relações de interdependência do sistema-mundo moderno-colonial.

As políticas de embelezamento e melhoramentos da região portuária, assim como do conjunto da cidade, foram pensadas tendo como referência os projetos da Paris de Haussmann. Pereira Passos, integrante da Comissão de Melhoramentos e, em seguida, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, conheceu e estudou profundamente o modelo de Paris (Benchimol, 1990). Os ideais de progresso e modernização assimilados da realidade europeia foram suportes ideológicos dessas iniciativas. O pretexto de romper o passado colonial perpetuou a colonialidade.

Um século depois, as circunstâncias do Porto Maravilha são as da preparação do Rio de Janeiro para grandes eventos esportivos, sob condições de globali-

zação neoliberal, em que governos locais são levados a ações “empreendedoras” para atrair o fluxo de capitais e negócios. A gestão e o planejamento da cidade reproduzem técnicas do planejamento empresarial (Vainer, 1999). A noção de parceria público-privada torna-se referência na concepção das políticas urbanas (Harvey, 1989).

Grandes projetos de revitalização destacam-se entre as principais formas assumidas por políticas urbanas competitivas. No caso do Rio de Janeiro, na passagem do eurocentrismo a um “globocentrismo” (Coronil, 2005), projetos de reestruturação de regiões portuárias como os de Inner Harbor, em Baltimore; Port Vell, em Barcelona; Victoria e Alfred Waterfront, em Cidade do Cabo; Porto Madero, em Buenos Aires; Kop van Zuid, em Roterdã e West Kowloon Reclamation, em Hong Kong, entre outros, são apresentados como exemplos de sucesso na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social (Andreatta, 2011).

## A COLONIALIDADE DO SABER NAS REFORMAS DE PEREIRA PASSOS E NO PORTO MARAVILHA

Na paisagem da Região Portuária do Rio de Janeiro há rugosidades<sup>7</sup> que testemunham transformações de suas formas e funções. Episódio recente ilustra a importância da região e as marcas da colonialidade do saber na formação da sociedade brasileira.

Em março de 2011, em meio à realização das obras de drenagem do Porto Maravilha na Avenida Barão de Tefé, foram encontrados pavimentos dos cais do Valongo e da Imperatriz. Do final do século XVIII, o Cais do Valongo foi edificado para o desembarque de escravos. Estima-se que, de 1790 a 1831, quando aumentaram as restrições ao tráfico internacional de escravos, cerca de setecentos mil tenham sido trazidos ao Rio de Janeiro, e a maioria deles desembarcou no cais do Valongo<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> “As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transforma em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem (...) restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares (...), assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas pré-existentes enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas (...) quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se” (Santos, 2004, pp. 173-174).

<sup>8</sup> As informações e números estimativos do desembarque de escravos no Cais do Valongo foram extraídas de reportagem

Por sua vez, o Cais da Imperatriz, de 1840, foi construído sobre o Cais do Valongo, durante reforma para recepção de Tereza Cristina, que se tornaria Imperatriz, após casar-se com Dom Pedro II. Na ocasião, o idealizador do projeto foi o arquiteto francês Grandjean de Montigny, exilado no Rio de Janeiro em virtude da queda de Napoleão. Posteriormente, em 1910, o Cais da Imperatriz foi aterrado, no contexto das reformas de Pereira Passos.

Pois bem, o cais do Valongo foi uma materialidade produzida em função da posição do Brasil no sistema-mundo moderno-colonial. As características da economia brasileira, baseadas no trabalho escravo e na exportação de produtos primários, corresponderam a um momento da divisão internacional do trabalho, sobre a qual se funda a economia-mundo capitalista.

O Cais do Valongo foi um exemplo de como a produção do espaço urbano brasileiro acompanha o desenvolvimento das relações de dependência. A transformação dessas relações, assim como o estado da matriz histórico-social no período do Império, explicou porque o regime de Dom Pedro II pretendia apagar da história e do espaço parte do passado escravocrata, ao edificar o Cais da Imperatriz. E o fez, emblematicamente, a partir do projeto de um arquiteto francês, que buscou reproduzir as feições das cidades europeias. Por seu turno, as reformas de Pereira Passos destruíram parte das marcas coloniais e imperiais pretéritas. Uma vez mais, a partir de referências e saberes eurocêntricos. Paris era o modelo.

No início do século XX, as mudanças da cidade do Rio de Janeiro estavam associadas às transformações da formação social brasileira. Inscreveram-se na modernização econômica e social que marcou a passagem do Império à República. De acordo com Leitão Junior e Anselmo (2011), tinham como “princípio atender as funções políticas do Rio enquanto sede do Estado brasileiro, consolidando-o economicamente como periferia agroexportadora na divisão internacional do trabalho” (p. 442).

Naquele momento, a cidade já desempenhava papel fundamental na hierarquia urbana, pois, além da centralidade política e administrativa, era o maior centro comercial, populacional e o nó principal das redes ferroviária e de navegação de cabotagem. Mesmo tendo perdido preponderância nos fluxos de exportação para o Porto de Santos, com o deslocamento dos cafezais do Vale do Paraíba para o Oeste paulista, o Porto do Rio de Janeiro recebia a maior

parte do comércio de importação.

Além das intervenções de embelezamento e saneamento, as reformas de Pereira Passos possuíam entre seus objetivos a reordenação da lógica de mobilidade, principalmente no que se refere às conexões entre sua área central e o porto. A abertura da Avenida Central, em 1905, foi um exemplo. Por sua vez, a própria estrutura portuária foi modernizada. A construção do Cais da Gamboa e o aterro de 170 hectares da Baía de Guanabara foram responsáveis pela “correção” da sinuosidade dessa parte do litoral da cidade.

A violência caracterizou as reformas de Pereira Passos. Seu sucesso dependeu de medidas autoritárias e de exceção. Durante os seis primeiros meses de mandato como prefeito do Rio de Janeiro, Passos governou a cidade com a Câmara Municipal fechada. A construção da Avenida Central e a maioria das intervenções urbanas foram realizadas à custa do desalojamento e remoção de milhares de pessoas que viviam no Centro. No entanto, a compreensão das transformações urbanas se limita às suas manifestações materiais. Ainda segundo Leitão Junior e Anselmo (2011):

[foi] necessário realizar uma “metamorfose” que atingisse as essências físicas e morais da urbe para edificar uma imagem que inspirasse a credibilidade dos investidores e imigrantes europeus. A ordem do momento era, então, acompanhar o progresso, colocando o Brasil sob o status de país civilizado (p. 440).

Essas metamorfoses expressaram a colonialidade do poder e dos saberes. Em primeiro lugar, pela imposição de uma forma eurocêntrica de pensar a cidade. Desde as circunstâncias da criação da Comissão de Melhoramentos, em 1875, da qual Passos participou como um de seus membros mais importantes, a cidade europeia era o modelo a ser reproduzido. Mais precisamente, Paris, arquétipo da cidade ocidental moderna. A imagem ideal pode ser deduzida da negação do seu contrário – isto é, a cidade oriental – nas palavras do prefeito:

Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas (Passos apud Leitão Junior; Anselmo, 2011, 442).

Por outro lado, a colonialidade manifestou-se pelo estabelecimento de um sistema de classificação que removeu do Centro aqueles e aquelas cujo modo de ser e pensar se identificava com matrizes de racionalidade que não a europeia. Trabalhadores pobres em geral, principalmente negros, foram deslocados do centro da cidade, pois aquele não seria o lugar de

do sítio eletrônico do Jornal O Globo, de 10/03/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/cariocas-turistas-poderao-ver-de-arquibancadas-como-eram-os-cais-da-imperatriz-do-valongo-descobertos-em-escavacoes-2813539>.

suas práticas sociais. Nas linhas críticas do cronista Lima Barreto: “(...) o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. (...) O Rio civiliza-se!” (Barreto apud Leitão Junior; Anselmo, 2011, p. 448).

Um século após as reformas de Pereira Passos, no contexto da preparação da cidade para grandes eventos esportivos, a prefeitura estabeleceu o projeto de revitalização Porto Maravilha. Por intermédio da Lei Municipal 101/2009, criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Trata-se de cinco milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho. Com a justificativa de atrair investimentos para o financiamento das obras, o projeto aumentou o potencial construtivo e estabeleceu um conjunto de isenções fiscais. Ao se referir às reformas do Porto do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, o prefeito Eduardo Paes afirma que:

Naquele momento, não por acaso, o porto do Rio sofria uma imensa obra de aterro, urbanização e modernização que, ao ser concluída em 1910, o transformaria na instalação portuária mais moderna da América Latina e uma das mais modernas do mundo. (...) Mais de cem anos se passaram e hoje, em 2010, o porto do Rio está prestes a se transformar em um novo paradigma para o país, dessa vez, integrado ao movimento das cidades mundiais (Paes, 2011, p. 5).

No início do século XXI, a formação social brasileira e a cidade do Rio de Janeiro são distintas daquelas do início do século XX. Não obstante, o posicionamento do Brasil no sistema de relações hierárquicas e assimétricas de poder, isto é, as relações de dependência a que está submetido, ainda podem oferecer um caminho para a explicação dos processos de produção do espaço urbano.

No período da globalização neoliberal, o imaginário da modernização foi substituído pelo da inserção competitiva na economia mundializada. O Porto Maravilha objetiva reposicionar a região portuária para a atração do fluxo de investimentos e negócios da economia-mundo capitalista. Isso cria uma nova qualidade para as relações de dependência, mas não as elimina.

No entanto, o que se destaca na comparação entre os dois períodos históricos é a manutenção da colonialidade dos saberes que sustentam as transformações da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Contemporaneamente, mais que o eurocentrismo, manifesta-se o globocentrismo dos saberes sobre a cidade. Para Coronil (2000), com a globalização

neoliberal, a diferença e subordinação entre saberes “se basa menos en fronteras territoriales que a través de vínculos de identificación y diferenciación con el orden occidental tal como éste aparece difundido a través del globo”<sup>9</sup> (p. 105). Com o Porto Maravilha busca-se reproduzir as condições materiais e imateriais das chamadas cidades globais. Referências a projetos de revitalização de regiões portuárias em todo mundo são tomadas como modelos para as transformações da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Andreatta (2011):

Estima-se que, atualmente, existam no mundo quinhentas cidades portuárias com movimento de cargas e que contam com mais de 300 mil habitantes. Mais de trinta delas já passaram ou estão passando por projetos de reconversão de seus waterfronts, o que resulta em uma expressiva amostragem de experiências, com seus erros e acertos, bem como em um elenco de práticas que podem orientar cidades que aspirem mudanças (p. 13).

Novamente, a transformação dos modos de ser dessa fração do Rio de Janeiro obedece a formas preconcebidas em espaços cujas posições no sistema-mundo moderno os tornam exemplos de superioridade. A diferença reside no fato de que essa assimilação é naturalizada como efeito necessário da competição entre cidades. A naturalização de relações sociais é propriedade da colonialidade do saber.

Por último, apesar da ambiguidade dos termos utilizados para expressar as transformações urbanas às quais deve ser submetida a Região Portuária do Rio de Janeiro, destaca-se a designação revitalização. Por si só, a expressão é marca da colonialidade do saber. Pois a necessidade da revitalização sugere espaço sem vida. A partir do final dos anos 1960, a região portuária efetivamente iniciou processo de declínio econômico. O que não autoriza que se afirme que perdeu sua vida, que agora precisa ser resgatada – não há vida nos bairros da Saúde, da Gamboa e de Santo Cristo, nos morros da Providência e da Conceição?

Sob a economia-mundo capitalista, a luminosidade ou opacidade (Santos, 2006) dos espaços estão determinadas por sua funcionalidade para a acumulação em dado momento. O que não significa dizer que os espaços negligenciados pelo capital sejam espaços sem vida.

<sup>9</sup> “El globocentrismo, como modalidad del occidentalismo, también se refiere a prácticas de representación implicadas en el sometimiento de las poblaciones no occidentales, pero en este caso su sometimiento (igual que el sometimiento de sectores subordinados dentro de Occidente) aparece como un efecto del mercado, en vez de como consecuencia de un proyecto político (occidental) deliberado” (Coronil, 2000, p.105).

## CONCLUSÃO

Apesar das transformações da sociedade brasileira, nos dois momentos históricos destacados neste artigo, a colonialidade manifesta-se em sua dupla dimensão. Em primeiro lugar como colonialidade do poder. Pois tanto na modernização do princípio do século XX quanto na integração competitiva do século XXI o que está em jogo é o posicionamento de uma fração da cidade do Rio de Janeiro na rede de relações de poder hierárquicas do sistema-mundo. Esse reposicionamento, em ambos os casos, foi definido pelas relações de dependência a que está subordinada a formação social brasileira.

Manifesta-se, igualmente, a colonialidade do saber. Transformar o Rio de Janeiro na Paris dos Trópicos ou revitalizar sua região portuária, como fração destacada de uma cidade “global”, representam saberes e fazeres coloniais sobre a cidade. No passado, estritamente eurocêntricos; hoje, “globais”. Os dois períodos possuem em comum o fato de que as ideias urbanas estão fora do lugar (Vainer, 2011). A colonialidade do saber ainda é característica do modo como são pensadas e vividas as cidades latino-americanas.

## REFERÊNCIAS

- ANDREATTA, Verena. Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Biblioteca Caricoca, 1990.
- BRENNER, Richard. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? In: Outubro, nº3. São Paulo: Xamã, 1999.
- CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, 2000.
- HARVEY, David. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. In: Geografiska Annaler, Series B 71(1), pp. 3-18, 1989.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.
- LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LEITÃO JUNIOR, Artur Monteiro e ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. A reforma urbana do Rio de Janeiro no início do século XX: opções e escolhas a partir do debate Olavo Bilac/Lima Barreto. In: Geografia/Associação de Geografia Teórica, volume 36, nº 3. Rio Claro: AGETEO, 2011.
- MIGNOLO, Walter. La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2005.
- PAES, Eduardo. Apresentação. In: ANDREATTA, Verena. Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da Edição em Português In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- \_\_\_\_\_. Aglobalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, Fernando (Org). A questão urbana na América Latina: textos. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- \_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- \_\_\_\_\_. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. Journal of World Systems Research, VI, 2, Summer/Fall 2000. Disponível em: <http://jwsr.ucr.edu>. Acessado em 01/04/2012.
- QUIJANO, Aníbal e WALLERSTEIN, Immanuel. Americanness as a concept or the Americas in the modern world-system. In: International Social Science Journal, nº 134. Paris: UNESCO, 1992.
- ROCHA, Everaldo Guimarães. O que é etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: EDUSP, 2004.
- \_\_\_\_\_. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2006.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico. Encontro Nacional da Anpur, 8. Porto Alegre, 1999.
- \_\_\_\_\_. Prefácio - As ideias urbanas fora do lugar. In: LIMA JUNIOR, Pedro Novais. Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

Michael Chetry

# A ciência e a cidade

entrevista com Christian Topalov

**C**hristian Topalov é sociólogo e diretor de estudos na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS). Durante a primeira parte de sua carreira acadêmica, ele atrelou intimamente trabalho intelectual e engajamento político, contribuindo nesse período para o desenvolvimento da sociologia urbana marxista francesa, da qual ele ainda é um representante reconhecido na América Latina. Desde o fim dos anos 80, ele trabalha com a história das políticas de reforma urbana e social, a sociologia das ciências sociais relacionada com as questões urbanas. Sua obra, que se inscreve em uma postura reflexiva, representa uma abordagem original interrogando em particular a construção histórica das categorias e os objetos da sociologia nas suas relações com a ação.

Christian Topalov recebeu-nos com amabilidade em sua casa em Paris para retratar a sua trajetória, intelectual e pessoal, que o levou a refletir sobre a sua própria prática científica e sobre

as relações entre o mundo acadêmico e a sociedade. Com este testemunho, a revista e-metropolis deseja divulgar no campo da pesquisa urbana brasileira as reflexões de um intelectual, cuja obra nos traz a necessidade de tomarmos consciência de mantermos uma distância crítica em relação a nossos objetos de investigação.

**Michael Chetry - Depois de estudos de sociologia, os seus primeiros trabalhos se inscrevem no campo da pesquisa urbana. Como você veio a trabalhar este tema?**

Christian Topalov – Foi Pascal, eu acredito, que disse que o trabalho é a coisa mais importante do mundo e o acaso decide-o. O acaso: outro substantivo fundamental para nós sociólogos. Trabalhar sobre a questão urbana é um perfeito acidente biográfico na escala individual e um fato coletivo na escala da geração de pesquisadores que saíram da Universidade na década de

**Michael Chetry**

é pesquisador do Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ). Possui doutorado em Geografia e Planejamento Urbano pela Université Jean Moulin - Lyon 3 (França) e mestrado em Planejamento Urbano pela Institut d'Urbanisme de Lyon (2004).

chetrym@hotmail.com

1960. A pesquisa urbana, que estava crescendo fortemente na França no sentido de que havia instituições e administrações públicas com recursos bastante consideráveis na época para financiar contratos de pesquisa, atraiu dezenas de pessoas para esta temática que ninguém gostava, especialmente quando estava estudando. Meu primeiro emprego, eu não estava esperando. As pessoas do Ministério das Obras Públicas confiaram aos economistas de grandes escritórios privados a importação para a França do modelo de desenvolvimento urbano fabricado para as cidades americanas, tipo *East Lansing – Michigan*. Numa época, da qual preciso dizer também, os Estados Unidos estavam num período de planificação das áreas metropolitanas em larga escala: era um mundo diferente de hoje. Então, os economistas estadunidenses se puseram a trabalhar para formalizar o crescimento urbano, tentar transformá-lo em equação. As pessoas da nossa administração seguiram esse movimento. Elas tinham fé nos economistas, mas, ao mesmo tempo, se diziam com um ponto de vista diferente sobre tudo isso que poderia ajudá-los, especialmente em relação às questões fundiárias que são sempre um pouco mais complicadas, já que a terra não é um bem como qualquer outro. É nesse contexto que eles vão oferecer um trabalho, através do Centro de Sociologia Urbana, a um jovem sociólogo para estudar os empreendedores imobiliários e tentar entender as suas lógicas de ação<sup>1</sup>. De forma bastante natural, muitos de nós começaram a responder a este tipo de questão: como entender sociologicamente o comportamento dos agentes econômicos e, em especial, dos agentes econômicos dominantes, aqueles que faziam a cidade. Outros se interessaram por temas um pouco diferentes, examinando como o poder público (se dizia naquela época “o Estado”) é ator do desenvolvimento urbano. A gente podia muito bem usar o dinheiro que eles nos deram para estudar eles próprios! Daí surgiu toda uma série de trabalhos de Lojkine, Preteceille, Castel, Godart sobre as políticas urbanas. Porém minha área foi mais sobre os atores econômi-

<sup>1</sup> O Centro de sociologia urbana (Centre de sociologie urbaine - CSU) nasceu em 1966 nas bases do Centro de estudo dos grupos sociais (CEGS) criado em 1954 pelo sociólogo Paul-Henry Chombart de Lauwe que tinha como objetivo fundar na França a sociologia urbana. A mudança de nome coincidiu com a saída deste último e uma evolução das questões de pesquisa – do estudo da moradia, da vida de bairro, do uso da cidade para uma sociologia aplicada ao serviço da administração – e do seu funcionamento baseado, a partir de então, essencialmente no mercado de contrato. Entre os pesquisadores que trabalharam no CSU podemos mencionar Paul Rendu, Edmond Preteceille, Monique Pinçon-Charlot, Michel Pinçon, Christian Topalov. O CSU mudou recentemente de denominação para « *Cultures et sociétés urbaine* ».

cos e, portanto, o mercado imobiliário, o mercado fundiário etc.

#### MC - E, a partir da sua experiência, como você analisa a evolução desta disciplina na França?

CT - Primeiro, temos que levar em conta que os períodos de expansão da pesquisa urbana, como de contração, são fortemente marcados pelas preocupações administrativas sobre essas questões. Estamos atualmente na França, num momento de expansão da pesquisa urbana depois de quinze anos de vacas magras. Mas, não se trata mais da mesma cidade ou da mesma pesquisa que atraiu a minha geração ao sair da faculdade. Em ambos os casos, a cidade estava concebida como em crise, mas a forma que esta crise estava descrita não tinha nada a ver com os enunciados de hoje. É muito interessante, mas pouco animador, constatar que a orientação dos trabalhos de pesquisa é determinada, em todos os casos, por aqueles que têm a profissão de enunciar os problemas, dentre

**A orientação dos trabalhos de pesquisa é determinada, em todos os casos, por aqueles que têm a profissão de enunciar os problemas, dentre os quais alguns sociólogos sem dúvida, mas, sobretudo os jornalistas e os políticos.**

os quais alguns sociólogos sem dúvida, mas, sobretudo os jornalistas e os políticos. É bem conhecido: na política, aquele que deu um nome a um “problema” já ganhou.

Esse contraste me parece merecer atenção, gostaria de descrevê-lo em algumas palavras. Para entender a pesquisa urbana que se desenvolveu na França entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1980, deve-se observar que, na administração do urbanismo, havia alguns altos funcionários preocupados e desejando compreender a crise social em curso: havia o Maio de 1968, havia uma cidade que estava crescendo a um ritmo alucinante e, para eles, na desordem. Eram pessoas que pertenciam a um mundo diferente deste em que nós estamos: eles acreditavam que o Estado tinha um papel importante para introduzir um pouco de racionalidade, de justiça em tudo isso. São essas pessoas que acionaram as ciências sociais para tentar ver como se poderia racionalizar o desenvolvimento urbano. Quando essa onda de pes-

quiza terminou, seus temas centrais, a política urbana e atores econômicos, desapareceram completamente da agenda intelectual. Os sociólogos pensaram que não cabe a eles estudar o econômico e o político, mas sim os modos de vida, as práticas do cotidiano. Estes são temas muito importantes e que haviam sido negligenciados, mas dedicar-se exclusivamente significava também abandonar o campo da economia aos economistas, o que, tal como os militares à guerra, é extremamente imprudente. A sociologia recuou em seu domínio, enquanto no período anterior da pesquisa urbana as fronteiras, tais como as disciplinas as constituem, estavam abertas. Portanto, há uma sociologia econômica que está renascendo, mas que, por razões bastante compreensíveis, não se interessa pelas questões urbanas. Os economistas do *mainstream*, por seu lado, abandonaram o estudo das instituições econômicas, da divisão do trabalho, das cadeias de produção para fazer nada mais do que microeconomia formalizada: então abandonaram também o estudo da cidade. Mesmo que alguns ainda trabalhem com as questões urbanas, regionais, fundiárias, são especialidades pouco consideradas dentro da disciplina. Se você quer ganhar um Prêmio Nobel não é nada disso que se deve fazer. De forma bastante curiosa, a cidade como um objeto econômico quase desapareceu da pesquisa urbana na França. Então, isso significa que não existe mais a economia urbana? Isso quer dizer que a economia não tem mais importância para a cidade? Que os mercados, os preços e os atores não desempenham um papel motor? Claro que não. Significa simplesmente que a agenda mudou.

A nova agenda na pesquisa urbana hoje, nós conhecemos bem. Há pessoas que decidiram que a questão social era uma questão urbana: o “problema das periferias” ou dos “bairros sensíveis”<sup>2</sup>. Não são os primeiros a fazer uma operação intelectual desse tipo claro, sabemos isso desde 1830 mais ou menos, de forma recorrente. Ainda assim, sociólogos e jornalistas decidiram que a nova crise social é uma crise urbana. Desde a década de 1980, uma nova linguagem foi inventada. Os sociólogos - especialmente os discípulos de Alain Touraine na França, aqueles do Antony Giddens do lado britânico - têm desempenhado um papel extremamente importante por dizer que, hoje, o problema da exclusão substituiu aquele da exploração – como o disse o Touraine durante uma jornada de estudo bastante crucial sobre essas

<sup>2</sup> Tradução das expressões amplamente difundidas “*problème des banlieues*” e “*quartiers sensibles*”. As “*banlieues*” e os “*quartiers sensibles*” designam os bairros populares localizados “fora” da cidade-centro, ou seja, nos municípios periféricos, e que hoje são identificados como os lugares por excelência da exclusão, das desigualdades sociais e da violência.

**Uma pesquisa submetida às ordens é uma ideia ruim para a ciência, mas também para a sociedade.**

questões em 1990<sup>3</sup>. Então, estas pessoas decidiram, sem realmente dizer, que o único assunto realmente relevante da pesquisa urbana são os jovens que assustam. Provenientes de famílias populares, eles vivem nas periferias urbanas, eles deixaram a escola sem qualificações, eles têm grandes dificuldades para encontrar qualquer trabalho, seus pais tinham sido trazidos para a França para trabalhar numa fábrica que está fechada hoje: conhecemos muito bem esse quadro apocalíptico. Mas, nos explicam que a gente tem que olhar para isso como um problema “urbano”, um problema de exclusão espacial. Se quisermos financiamentos, se queremos também ser ouvidos, se queremos que os editores publiquem nossos trabalhos, temos que nos dedicar ao “problema das periferias”. É impressionante a maneira como os sistemas sociais nos quais somos envolvidos ditam finalmente aos pesquisadores o que se deve pesquisar e com quais questões e quais categorias de análise deve ser feito. Há pesquisadores que recusam essas obrigações assumidas, decidem estudar outra coisa ou retornam a questão investigando como é que se fala nesses termos do “problema das periferias”. Mas, há, sobretudo, pesquisadores e doutorandos (que não têm escolha se querem obter uma bolsa) que fazem o que lhes é pedido e que vão estudar as periferias e, claro, eles acham o que esperavam encontrar. Devo dizer que isso me deixa irritado porque eu acho que uma pesquisa submetida às ordens é uma ideia ruim para a ciência, mas também para a sociedade. Em vez formular novas questões, que podem ser questões críticas, nós respondemos a questões colocadas pelos outros, isto é, essencialmente pelos políticos e pelos jornalistas. Na reestruturação que enfrenta atualmente a pesquisa na França esta dependência é exacerbada,

<sup>3</sup> Alain Touraine é um sociólogo francês cuja obra se inscreve na sociologia da ação. Seus trabalhos se interessaram pela sociologia dos atores e dos movimentos sociais. Nos anos 90, ele participou do surgimento da noção de exclusão na França com o artigo famoso intitulado “*Face à l'exclusion*”, no qual ele avança na hipótese da passagem de uma sociedade vertical, ou seja, de classe, organizada por relações hierárquicas, a uma sociedade horizontal partilhada de forma rígida entre os in e os out, isto é, entre incluídos e excluídos.

Anthony Giddens é um sociólogo britânico conhecido principalmente pela sua releitura do pensamento sociológico clássico, e especialmente pela sua crítica do materialismo histórico de Marx, e pelo desenvolvimento da Teoria da Estruturação, considerada como uma importante contribuição à sociologia contemporânea.

porque a autonomia dos laboratórios, assentada em postos fixos e em recursos recorrentes dados aos laboratórios para ter um programa científico próprio, está desaparecendo a favor de uma única agência que nos faz desenvolver pesquisas por encomenda. Ele tem o monopólio do financiamento, nós temos que obedecer às suas injunções e é assim que nós deixamos de pensar. A nova pesquisa urbana, que produz, apesar de tudo, coisas às vezes muito interessantes, mudou assim totalmente o objeto em relação aos anos 1970-1980. Então, ela também mudou de bibliografia, de metodologia, de antepassados. Quando uma disciplina se reestrutura, imediatamente ela tem que inventar um passado que dá legitimidade ao que ela faz.

**MC - Você é sociólogo, mas a história ocupa um lugar importante na sua trajetória intelectual, especialmente como método. Como se passa da sociologia à história?**

CT - A história é um meio, e os sociólogos não têm muito de se distanciar das questões que nos são feitas. A ciência em sua relação com a sociedade é isso. Um cientista ganhou, eu penso, em seu projeto tanto intelectual como institucional - essas coisas vão sempre juntas - quando ele conseguiu fazer ele mesmo as perguntas às quais ele vai tentar responder. Nosso ideal, na verdade, é fazer as perguntas e as respostas, e é isso que a história me permite fazer. Trabalhar sobre o passado tem esta grande vantagem de nos obrigar a constatar que as coisas mudam e, portanto, de não considerar tanto as evidências de hoje como certas. Eu faço história no sentido que eu trabalho com objetos tomados no passado, minhas investigações se dão sobre os arquivos, que são o meu “campo”, como se diz. Nas instituições científicas francesas, porém, eu nunca serei um historiador, pois não tenho graduação em história. Mas, me convém totalmente ser sociólogo: no fundo, é a mesma coisa.

O passado me interessa por duas razões, uma abstrata e uma mais biográfica. A razão abstrata é aquela a qual eu acabo de me referir, ou seja, que os sociólogos têm poucos meios de tomar a distância correta de seu objeto e mais ainda das perguntas colocadas a este objeto. O que é terrível para nossa disciplina - e Bourdieu finalmente não fez outra coisa que não falar disso - é que todos têm o direito de falar sobre os objetos que falam os sociólogos. Existe uma concorrência intensa para saber quem tem o direito à palavra autorizada ou de autoridade, sobre os objetos dos sociólogos. Essa competição generalizada é a própria democracia, mas coloca a disciplina em dificuldade, pois os meios de serem ouvidos são muito desiguais. Há várias maneiras de lidar com essa situação, uma

delas é ir na direção do vento, outra é praticar a sociologia como um esporte de combate (Bourdieu), outra ainda é recuar-se em sua ciência. Seria mais a minha posição, a tentação a qual eu cedo.

Uma coisa que me impressiona é que as nossas disciplinas “primas”, a história e a antropologia, têm princípios básicos que tocam o sinal de alarme quando o pesquisador está prestes a cometer erros cruciais. Os historiadores sabem que eles devem evitar o anacronismo, que é segundo o Marc Bloch “o pior pecado para uma ciência do tempo”<sup>4</sup>. O historiador, quando aprende seu ofício e quando o exerce, sabe do erro a não ser cometido: aplicar ao passado categorias de análise que são as nossas de hoje e que nos impedem de ver o passado como era. Ele tem, portanto, um meio de fazer uma ginástica epistemológica quotidiana. Da mesma forma, os antropólogos dispõem da noção de etnocentrismo: não vamos imaginar que os outros povos pensam como nós, senão não podemos mais ouvir o que eles dizem. E os sociólogos, o que eles têm para se proteger contra suas piores ilusões? Nada. Esse é um grande problema de disciplina. Mas, existem, felizmente, sociologias reflexivas, críticas, construtivistas, provenientes de várias matrizes teóricas que são, em minha opinião, de uma grande fertilidade. Para mim, a solução que adotei foi trabalhar sobre o passado. O passado permite constatar que o presente não é a eternidade e compreender que a maneira de falar do presente é ela própria historicamente determinada. Essa é a história como ferramenta de descoberta, como meio de manutenção de uma postura crítica para um sociólogo.

Há outro aspecto, mais biográfico, que convém mencionar para ser honesto: é a experiência do fracasso do militante comunista que eu era. Meu engajamento com o partido comunista foi posterior a 1968, foi contemporâneo à ascensão da união da esquerda na França. O partido comunista foi a força principal na época, ele queria ter acesso ao governo para mudar o país. Isto é o que chamamos o “programa comum de governo”<sup>5</sup>. Eu suei a minha camisa com muito en-

<sup>4</sup> Marc Bloch (1886-1944) foi um historiador francês que contribuiu grandemente para o reconhecimento internacional da escola histórica francesa e para a abertura deste campo as outras disciplinas científicas. Militante da resistência durante a segunda guerra mundial foi executado pelos nazistas.

<sup>5</sup> O programa comum de governo foi assinado no dia 27 de junho de 1972, entre o partido comunista francês e o partido socialista, criando uma verdadeira força de esquerda na paisagem política francesa. Ele previa importantes reformas nos campos econômico (redução da jornada de trabalho, aumento dos salários, nacionalização etc.), político (descentralização, participação) e, também, militar (política de paz, redução do serviço militar). Rompido em 1977, o programa desempenhara, no entanto, um papel importante na ascensão da esquerda ao poder em 1981, com a eleição de François Mitterand, que

tusiasmo para tentar que tudo acontece. Mas, quando nós ganhamos, nós perdemos como você sabe: a esquerda chegou ao poder em 1981 e em dois anos o governo socialista começou fazer a política inversa para qual ele foi eleito. Eu tinha na época cerca de 40 anos e, durante todo o primeiro momento da minha carreira profissional, misturei muito intimamente o trabalho científico e o engajamento político. Isso não quer dizer que as coisas que escrevi sejam obsoletas: eu não as escreveria da mesma maneira, mas eu não acho que eu tenho que ter vergonha. Estou vendo esses livros como testemunhas de certa maneira de vincular ciência e política, que me parece inimaginável hoje. Essa dolorosa experiência do fracasso dos ideais de esquerda na França é anterior à queda da União Soviética - União Soviética sobre a qual minha geração de comunistas franceses não colocou nenhuma crença, nenhum investimento afetivo. Enfim, tudo isso para dizer que em algum momento, a meio percurso de minha trajetória, foi necessário refletir seriamente: “e agora, o que eu faço?” Esse é o momento do fim da época da pesquisa urbana francesa, aquela na qual os temas da economia urbana e da política pública estavam no centro das interrogações, elas mesmas orientadas para a mudança política.

A partir daí, eu me retirei para a torre de marfim do pesquisador, eu me tornei um professor. Mas o passado, claro, é sempre presente. É uma pergunta que me fez pela primeira vez no Rio, há alguns anos, em 1988 eu acho. Uma moça, claramente perturbada por uma aula que eu dei, veio me perguntar: “Sr. Topalov, você ainda é marxista?” Muito vagamente, eu a respondi: “Moça, por que é tão importante para você ter uma resposta para esta pergunta?” Sua pergunta, no entanto, me perseguiu e me fez pensar muito. Continuam me perguntando, sobretudo na América Latina, onde ainda se lê a *Urbanização Capitalista*. Agora, eu dou uma resposta mais justa, eu acho: respondo que “eu não sou mais marxista, mas ainda sou comunista”. Eu não posso mais acreditar na relação que o Marx e muitos outros cientistas imaginam entre a ciência e a ação, eu desconfio como da praga de uma política que se pretenderia científica: nem para fazer a revolução, nem para fazer a contrarrevolução liberal em curso. Pois o que é “*there is no alternative*” dos ultras do liberalismo, se não uma “política científica”? Mas eu não quero que uma mudança de ponto de vista intelectual, que uma mudança de epistemologia, seja percebida como uma traição dos ideais nos quais eu acreditava e das revoltas que eu ainda sinto e cada vez mais. Assim, você pode ver bem que, nesse contexto, a minha relação com a história é uma forma de responder ao programa intelectual que eu

o aplicara apenas em parte.

mencionei, mas também de escapar do presente, isto é, de não ter que me encontrar na situação de responder às demandas, de responder às perguntas que eu me oponho em seu princípio, e, sobretudo, para as quais eu realmente não penso em ter uma resposta. Eu não acho que a questão do “o que fazer?” esteja nas mãos dos intelectuais: ela está nas mãos das pessoas, das associações, dos sindicatos, dos partidos políticos de transformação social. Eu os escuto e não tenho o ridículo de querer dar-lhes lições.

**MC- Nesse processo, se poderia dizer que você está interessado pela história das disciplinas e das ideias relacionadas à cidade mais do que pela história das cidades?**

CT - Essa pergunta contém várias dimensões muito interessantes. Trabalhar sobre a história de sua própria disciplina e das ciências sociais em geral é uma espécie de resignação se nos esquecemos o mundo exterior, o mundo real, se você quiser. Eu admito. Ao mesmo tempo, para mim significa continuar minha trajetória anterior em um modo reflexivo, ou melhor, transformar em questões de pesquisa essa espécie de transtorno pessoal que acabei de descrever. Minha pergunta era: “Mas o que aconteceu conosco?” Quando se perde, observe, não é necessariamente porque estava errado, também pode ser porque o adversário era mais forte do que você. Há, em qualquer caso, uma coisa que eu entendi muito rapidamente, refletindo sobre a experiência da década de 1970, e o Michel Amiot me ajudou muito com seu livro *Contre l'Etat les sociologues*<sup>6</sup>. Éramos jovens pesquisadores que criticavam radicalmente o Estado. Ao mesmo tempo, nos respondíamos às perguntas que o Estado nos colocava, ou seja, perguntas que colocam as pessoas que têm uma posição de governo. Éramos então focalizados sobre questões de políticas públicas. Elas pareciam ser questões que surgiam a partir de construções teóricas, mas na realidade, não percebíamos que elas eram dependentes de uma situação histórica, de interações muito precisas entre uma administração e os pesquisadores. É essa situação que fazia com que nós pensássemos de uma determinada maneira, e é essa história que nos guiava quando escrevíamos. Uma vez que descobri isso, achei interessante traba-

<sup>6</sup> AMIOT, Michel, *Contre l'État, les sociologues. Éléments pour une histoire de la sociologie urbaine en France, 1900-1980*, Paris, EHESS, 1986. Este livro analisa a história da sociologia urbana na França no século XX, destacando o papel do Estado na trajetória dessa disciplina e na definição de seus objetos de pesquisa, especialmente pela importância das encomendas de pesquisa pública sobre o tema da cidade, e a relação complexa e ambígua entre este último e a comunidade dos sociólogos.

**Pode-se trabalhar sobre metalúrgicos, sobre médicos, pode-se trabalhar sobre os sociólogos, isso é sempre sociologia.**

lhar a fabricação histórica dos objetos da ciência, a maneira como objetos relevantes surgem nas ciências depois de quais interações sociais entre o mundo científico e o mundo da ação. O programa que eu estou tentando desenvolver em termos de história das ciências é exatamente este. Não é um programa de história das ideias ou do pensamento sociológico, o que não me interessa de jeito nenhum. O que me interessa é estudar os cientistas como atores sociais. Existe um livro que faz isso muito bem, aquele de Jean-Michel Chapoulie, cujo título é *La tradition sociologique de Chicago*<sup>7</sup>. Ele diz basicamente no final do livro: “Eu estudei estes sociólogos como um grupo de pessoas fazendo todo tipo de coisas, inclusive livros”. Isso é um muito bom programa de história da ciência. Trabalhar a história das ciências sociais é, para mim, simplesmente, fazer sociologia. Pode-se trabalhar sobre metalúrgicos, sobre médicos, pode-se trabalhar sobre os sociólogos, isso é sempre sociologia. Trata-se de um objeto em particular, mas sobre o qual se aplicam questões que são comuns à disciplina.

**MC - Seus trabalhos sobre a história da construção da categoria social do desempregado<sup>8</sup> e sobre as categorias linguísticas vinculadas à cidade<sup>9</sup> também fazem parte dessa reflexão sobre a disciplina?**

CT - Tem uma relação, claro. Podemos dizer que, pelo menos no século XX, os cientistas patenteados, a quem é concedida à autoridade da ciência, geralmente por instituições do tipo universitário, têm um papel importante na fabricação dos sentidos comuns, da evidência comum. É um pouco suspeito de afirmar isso da parte de alguém que faça parte desse

<sup>7</sup> CHAPOULIE, Jean-Michel, *La tradition sociologique de Chicago : 1892-1961*, Paris, Le Seuil, 2001. Neste livro, o autor se debruça sobre a Escola de Chicago, estudando a diversidade do perfil dos pesquisadores e dos temas de pesquisa como também as condições da produção sociológica, e avança na tese de que a sua existência resultaria mais de uma lenda do que de uma realidade histórica.

<sup>8</sup> TOPALOV, Christian, *Naissance du chômeur, 1880-1910*, Paris, Albin Michel, 1994.

<sup>9</sup> TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent ; DEPAULE, Jean-Charles ; MARIN, Brigitte (dir.), *L'aventure des mots de la ville*, Paris, Robert Laffont, 2010.

meio, pois é talvez dar um peso excessivo ao discurso dos cientistas, enquanto existem outras forças sociais em jogo. Mas é realmente impressionante constatar que há maneiras de falar e de pensar que saem desse mundo muito estreito que é o nosso e que são retomadas pelos atores sociais para fazer alguma coisa. Os exemplos são infindáveis, eu tomarei um no pensamento neoliberal que nos governa doravante. Um pensador como Milton Friedman, nos anos de 1960-1970, considerava-se como um marginal incompreendido que pregava no deserto perante os economistas completamente perdidos na idolatria de Keynes. Esses economistas neoliberais permaneceram algum tempo isolados e, um dia, houve o golpe de Estado no Chile. Tudo estava pronto, intelectualmente e tecnicamente, para que os *Chicago Boys* chegassem à Santiago e comesçassem a sua primeira experiência de liberalização violenta. Virão a seguir Thatcher, Reagan, Mitterrand, Helmut Schmidt. Não quero dizer que foi Milton Friedman que deu o poder a finança mundializada: é a finança que o tomou. Esse economista foi apenas o “homem certo, no lugar certo” porque ele tinha fabricado as ferramentas cognitivas que permitiam agir. Poderíamos mencionar outros exemplos de menor magnitude. Quando eu trabalhei na criação da categoria “desemprego”, é o mesmo tipo de problemática que pode ser utilizada. Mesma coisa para o programa *Les mots de la ville*, que se interrogou sobre como as categorias lexicais contribuem para organizar a experiência humana da cidade e, portanto, como os atores se colocam em relação aos objetos urbanos, os compreendem, os categorizam, os avaliam e, em seguida, agem.

**MC - Nesse contexto, a criação da revista *Génèses* é uma etapa importante para consolidar este campo de pesquisa<sup>10</sup>. Qual é a origem do projeto?**

CT - Isto é verdade. A revista *Génèses* mostra de forma concreta que o que eu estou falando aqui não é uma história individual, mas concerne a muitas pessoas em diversas disciplinas. A antropologia, por exemplo, ilustra muito bem essa postura reflexiva. Tradicionalmente, quando o antropólogo faz seu trabalho de

<sup>10</sup> A revista *GÉNÈSES* (“Gêneses”) é uma revista francesa de ciências sociais e de história fundada em 1991. Seus fundadores, dos quais faz parte Christian Topalov, são provenientes de disciplinas variadas tais como a história, a sociologia, as ciências políticas, a economia ou ciências jurídicas. Com o objetivo de contribuir a uma história social das ciências da história e da sociedade, a revista procura compreender as sociedades contemporâneas à luz da história, restituir os processos que as moldaram e desenvolver uma história das ciências sociais.

campo, ele se emerge numa aldeia, numa sociedade, numa cultura, e esforça-se para ser esquecido, fazer como se não estivesse ali. Ele encontra um informante que lhe diz coisas, ele observa o que acontece, ele está feliz. Mas o que os antropólogos têm entendido doravante é que quando eles chegam numa aldeia ao norte da Costa do Marfim, por exemplo, eles se tornam imediatamente um ator político para essa aldeia. Isso parece óbvio dito desta forma, mas não o foi para uma antropologia tradicional pouco reflexiva. Essa conscientização, de que o campo é uma situação interativa, teve consequências maravilhosas para o trabalho dos antropólogos e desempenhou um papel muito importante por refração sobre outras disciplinas. De forma análoga, os historiadores da estatística conseguiram produzir um grande choque, dizendo que isso com o que estamos medindo são ferramentas de natureza convencional forjada pela história<sup>11</sup>. Então a reflexividade surgia em toda parte. Isso foi a origem de *Gênese*. Aliás, eu tenho algumas dificuldades para perceber quais seriam os movimentos científicos que teriam ocorrido desde então e que teriam implicado uma mudança de mesma magnitude. Talvez isso seja um ponto de vista de geração, mas acho que o surgimento das ciências sociais reflexivas foi um momento muito importante, e não apenas na França. Alguns dos melhores trabalhos de antropologia reflexiva vêm do Brasil.

O título dessa revista, quando pensamos nisso, é epistemologicamente duvidoso. Basicamente, “Gênese” sugere que vamos nos dar como tarefa compreender a gênese do tempo presente. É interessante porque permite tornar esse tempo presente histórico, isto é, relativizá-lo, ter uma postura crítica em relação às evidências do momento. Mas, ao mesmo tempo, trata-se de uma relação com o passado que pode ser criticada, porque, no final das contas, os atores da vida social ou política, há um ou dois séculos, imaginavam como possíveis outros futuros do que aquele que se produziu. E se olharmos o presente deles apenas como aquele que gerou o nosso, perdemos de vista o campo de possibilidades que os faziam agir e esquecemos no programa de investigação empírico de tentar entender o que eles queriam fazer. Pode haver aqui uma verdadeira tensão intelectual, esse título não po-

<sup>11</sup> Um dos iniciadores deste movimento foi Alain Desrozières (1940-2013), historiador, sociólogo e estatístico, que ingressou na revista *GÊNESE* em 1995. Este pesquisador desenvolveu uma reflexão crítica sobre a fabricação e os usos das estatísticas, em particular as categorias sociais, como ferramentas de conhecimento e de governo, chamando para uma análise socio-históricas da quantificação. Seus trabalhos tiveram uma influência importante na sociologia, na economia, como em todos os campos científicos que mobilizam o uso das nomenclaturas e classificações.

deria ser melhor. O que se queria promover era um lugar de expressão e de desenvolvimento das ciências sociais do tipo reflexivo, atentas à gênese histórica de categorias de descrição e de constituição do mundo social, de categorias cognitivas próprias de nossas disciplinas, também atentas à inscrição dos cientistas no mundo social.

**MC - Nós descrevemos a evolução da pesquisa urbana e, em particular, do caso francês. Como se pode explicar a trajetória de mudanças na maneira de pensar, mas também nos objetos de reflexão sobre a cidade?**

CT - Eu prefiro o termo “compreender” ao termo “explicar” porque eu fico mais à vontade com um programa científico que consiste em tentar entender o que aconteceu em vez de decidir porque isso aconteceu desta maneira. Eu acredito que há duas famílias de resposta, para tentar entender as mudanças de objetos da pesquisa urbana. Há coisas que se passam dentro da ciência, no pequeno mundo dos cientistas, e que podem ser descritas esquecendo o resto do mundo. Em relação à sociologia e às ciências humanas em geral, podemos falar, por exemplo, da ascensão na década de 1950 de um paradigma enraizado na linguística saussuriana, que foi chamado de “estruturalismo” e era associado às abordagens extremamente globais do mundo social<sup>12</sup>. Enquanto não analisávamos o conjunto do sistema, pensávamos que não tínhamos feito nada. Levis Strauss precisou de todos os mitos do mundo para poder começar a deduzi-los a partir de uma combinatória, de um sistema de transformação generalizado<sup>13</sup>. Precisa-se descrever um grande número de sistemas de parentesco peculiares para poder entender como eles também resultam de uma combinatória. Hoje, na própria linguística, esse tipo de abordagem deu lugar a uma linguística pragmática que se interessa exatamente por aquilo que Saussure havia deixado de lado, ou seja, a fala, o ato da linguagem. Então, houve um deslocamento epistêmico, o momento estrutural do estudo da linguagem dando lugar a um estudo dos

<sup>12</sup> Ferdinand de Saussure (1857-1913) foi um linguista suíço que fundou o estruturalismo em linguística que procura entender toda língua como um sistema, ou seja, um conjunto formal de relações.

<sup>13</sup> Claude Levi-Strauss (1908-2009) foi um antropólogo francês que transpôs o estruturalismo à análise dos fenômenos na antropologia contribuindo assim ao desenvolvimento dessa corrente nas ciências humanas. Seus principais trabalhos focaram-se na análise das relações de parentesco nas sociedades « primitivas » e, em seguida, nos mitos do mundo pelos quais ele desenvolveu um modelo de interpretação global.

contextos e das situações de elocução, de formas não linguísticas de comunicação etc. Poderíamos observar para a sociologia um movimento bastante paralelo no qual, digamos, o estudo de macroestruturas sociais - e neste aspecto o vocabulário do marxismo é nada mais do que uma das modalidades de descrição disponíveis para esta escala - foi substituído por uma sociologia mais etnográfica, mais local, mais micro. Coisas semelhantes têm acontecido na história: a história econômica e social, considerada esgotada, deu lugar a abordagens micro-históricas. Podemos, eu creio, tentar responder à sua pergunta observando, tão finamente quanto possível, esses movimentos, suas cronologias, seus efeitos e sua difusão.

Mas também podemos ver as coisas a partir de uma perspectiva totalmente diferente, e olhar os tipos de demandas que são submetidas às nossas disciplinas no mundo social. Entretanto, eu não acredito de jeito nenhum que existe uma “demanda social” dirigida à ciência: como já disse, os cientistas no século XX fazem as perguntas e as respostas ou, pelos menos, constroem as demandas com o poder estabelecido. Oppenheimer trabalhava na fissão nuclear bem antes de ser solicitado para fazer uma bomba atômica. Esse é um exemplo extremo dessa circularidade, mas mesmo em relação a objetos menos explosivos, estamos numa situação semelhante. O que é interessante, não é apenas olhar como os cientistas colocam seus paradigmas em crise e os reconstróem, mas como eles se engajam nos processos de reforma, isto é, nos processos que conduzem a fechar o espaço dos possíveis em política. De acordo com as épocas estabelecem-se gamas de possibilidades que são radicalmente diferentes. Como isso se produz? Para tomar um exemplo atual, a geografia é particularmente afetada por esse tipo de deslocamento. É o surgimento da temática do meio ambiente. Já houve a religião do progresso e da justiça, hoje há a religião da natureza e do meio ambiente. Isso tem consequências significativas nas ciências, especialmente na geografia. Quantos programas de ciência social sobre o desenvolvimento sustentável? Todos concordam que se deve cuidar disso prioritariamente, mas por que esse acordo? A resposta parece simples: o planeta está se aquecendo e se continuar vamos todos morrer. Como esta resposta não satisfaz um espírito científico cabe perguntar como esses novos sentidos comuns foram construídos? Esse é um objeto de investigação das ciências sociais: os sentidos comuns. Como você pode ver, eu uso o vocabulário de Bourdieu, que, aliás, contribuiu muito para a minha formação.

**MC - Na América Latina, vários dos seus trabalhos foram publicados,**

**incluindo *La Urbanización Capitalista*, em 1979<sup>14</sup>. Como você analisa o importante desenvolvimento da sociologia urbana marxista na América Latina?**

CT - *La Urbanización Capitalista* é, na verdade, um curso de três meses que eu lecionei no México em 1978. Como eu não falava espanhol quando aceitei fazê-lo, eu escrevi o curso e fiz a tradução com a ajuda de amigos. Colocaram-me um pouco como representante da sociologia urbana marxista francesa, então, fiz uma síntese dos trabalhos recentes dessa “escola”. A sociologia urbana marxista francesa tornou-se um recurso valioso para muitas pessoas, certamente no México e na Argentina e, eu creio, durante algum tempo também no Brasil. Voltando à sua pergunta, eu faço parte dos sociólogos que sabem responder “eu não sei”. Nosso trabalho consiste em fazer investigações e uma vez que a investigação foi feita, nós temos coisas a dizer, antes, é melhor ficar calado. Então, eu não sei muito bem o porquê do sucesso dessa sociologia na América Latina. Porém, tenho algumas intuições. Existiu uma escola de sociologia urbana marxista francesa. Como essa escola nasceu? Acontece que algumas pessoas se sentam em torno de uma mesa, um professor e estudantes muitas vezes, e formam uma escola: Durkheim, Bourdieu etc. Mas esse não foi o caso dessa escola. Ela nasceu, poderíamos dizer, em 1970 no Congresso Mundial de Sociologia de Varna, na Bulgária, quando pesquisadores britânicos e estadunidenses, sociólogos, geógrafos,

**Eu faço parte dos sociólogos que sabem responder “eu não sei”. Nosso trabalho consiste em fazer investigações e uma vez que a investigação foi feita, nós temos coisas a dizer, antes, é melhor ficar calado.**

economistas, olharam para nos e disseram: “mas vocês são a nova sociologia urbana marxista francesa!” É frequentemente através de um tal jogo de espelho, de olhares cruzados transfronteiriços, que “escolas” tomam forma. Isso também acontece, mais recentemente, entre a França e os Estados Unidos, de um modo mais engraçado, com a *French Theory*. Trata-se de uma mistura, nesse caso completamente surpreen-

<sup>14</sup> TOPALOV, Christian, *La urbanización capitalista*. Algunos elementos para su análisis, Mexico, Edicol, 1979. Disponível em : <http://fr.scribd.com/doc/52839153/Topalov-La-Urbanizacion-Capitalista>.

dente, Lacan, Foucault, Bourdieu, Deleuze etc. que foi fabricada nos departamentos de *cultural studies* dos campus norte-americanos. Tem um livro muito bom de François Cusset que abrange essa fabricação da etiqueta<sup>15</sup>. Nesse domínio, o construtivismo e a refletividade são de grande utilidade. O que se chama de fluxo de ideias é muitas vezes essa fabricação recíproca de objeto em interação transfronteiriça. Na minha opinião, a pesquisa urbana marxista francesa foi fabricada nestas condições: havia radicais nos centros de pesquisa britânicos e nos campus estadunidenses que queriam construir um apoio, dizendo que na França tinha uma escola importante.<sup>16</sup> Todo mundo colabora nessa história. Um dos aspectos do sucesso científico é a fabricação de aliados e as notas de rodapé são um dos locais onde os reunimos. Assim, a “sociologia urbana marxista francesa” é um objeto construído na interação anglófona-francófona que começou a circular. Manuel Castells tem desempenhado um papel muito importante na difusão desse objeto na América Latina, por causa da sua hispanidade. Era então um jovem pesquisador vindo do Estado espanhol e estabelecido na França. Em seu seminário vinham pessoas de toda a América Latina. Outro aspecto desse fenômeno são as relações de forças linguísticas entre o francês e o inglês, que não eram as mesmas na década de 1980 e hoje em dia. Também, a França era um país de refúgio para pessoas fugidas das ditaduras argentinas e brasileiras, em especial: pesquisadores vieram para a França e nos encontraram. Portanto, há muitos elementos que contribuíram para que essa sociologia fosse importada e utilizada na América Latina.

Pode-se observar que, nesse tipo de análise, eu não deixo espaço para a excelência ou para o conteúdo da ciência que circula. Deve-se sempre olhar para esses fenômenos a partir dos lugares de importação. Para que esse objeto serve no país que o importa? Por que, dentro do conjunto de recursos disponíveis, as pessoas iam até lá e faziam suas compras? Para essa pergunta eu não tenho resposta: são mais vocês o seus anciãos que sabem. Outro aspecto da questão é aquele das transformações que os importadores operam sobre o que eles escolheram importar. É importante observar isso porque quando um objeto viaja, ele muda, ele não é o mesmo que no ponto de origem. Daí outro aspecto do fenômeno de circulação: os deslocamentos cronológicos. É a questão que levan-

tei anteriormente: “professor, você ainda é marxista”? Essa é também uma ilustração dos deslocamentos que inevitavelmente acompanham os fenômenos de transposição de objetos culturais, de deslocamentos múltiplos: o objeto mudou de natureza a partir do momento que ele foi importado e não nós encontramos nas mesmas temporalidades no lugar de produção e no lugar de importação. E há muitos exemplos desse fenômeno. Nós não paramos de discutir a “Escola de Chicago” na Inglaterra na França ou no Brasil, mas nos Estados Unidos esse assunto não interessa a quase ninguém. Podemos entender por quê: nas conjunturas europeias, essa “escola” era uma ferramenta relevante para o posicionamento científico de algumas correntes sociológicas.

**MC - Uma última pergunta sobre a posição do pesquisador que você menciona em filigrana nos seus trabalhos é como você percebe a situação do Brasil, onde os mundos da pesquisa e da ação estão fortemente interligados, particularmente no campo da cidade, em comparação com a sociedade francesa onde a segmentação entre essas duas esferas é muito importante.**

CT – Mais uma vez, vou lhe dar minhas impressões, e não resultados de investigações. Sempre me surpreendeu que alguns colegas brasileiros - Luiz César para tomar um exemplo familiar - sejam constantemente entrevistados pelo jornal O Globo etc.<sup>17</sup> Isso não acontece na França, mesmo com pesquisadores da mesma visibilidade. Alguns o lamentam profundamente, mas os meios de comunicação não querem eles, a menos que se digam em dois minutos exatamente as coisas que o jornalista espera. Precisaria haver uma investigação para verificar quais são os pesquisadores que tiveram uma pequena audiência no campo dos estudos urbanos. Parece-me que na França, isso é devido, principalmente, às instituições às quais eles estão ligados e às redes de relações associadas a estas. Existem instituições consideradas úteis pela mídia, como *Sciences Po*. Alguns pesquisadores

<sup>15</sup> CUSSET, François, *French Theory. Foucault, Derrida, Deleuze & Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux Etats-Unis*, Paris, La Découverte, 2003.

<sup>16</sup> Nos anos 1960, os *campi* estadunidenses foram o palco de revoltas estudantis e o ponto de partida de um movimento de contestação chamado de novo radicalismo, dentro do qual o marxismo terá uma influência crescente.

<sup>17</sup> Luiz César do Queiroz Ribeiro é coordenador do Observatório das Metrópoles, grupo de pesquisadores trabalhando em rede que desenvolvem estudos comparativos sobre as 15 principais metrópoles brasileiras. Junto com Christian Topalov, desenvolveu um programa de pesquisa em torno do nascimento do urbanismo, focando-se na trajetória de importação de conceitos, objetos e enunciados da França ao Brasil no campo da questão urbana. Ver RIBEIRO, L.C. de Q., PECHMAN, R. (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo brasileiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

não teriam provavelmente o pequeno sucesso mediático que têm se não tivessem esse ponto de apoio. Há também os centros da nebulosa reformista, que são, por exemplo, a fundação *Saint Simon* ou *Terra Nova*, na esquerda da direita ou na direita da esquerda<sup>18</sup>. Os “especialistas” que a mídia gosta acumulam geralmente vários papéis. Somos professores na Universidade, temos uma vaga na administração, pertencemos a um *brain trust*, combinamos papéis de consultoria, de especialista, de pensador, de profeta. Somos o bobo da corte em alguns aspectos. Os detentores do poder, altos funcionários ou promotores imobiliários, precisam de vez em quando que alguém os desperte. Ter um lugar na Universidade, um lugar na administração e um lugar no Partido Socialista, é uma configuração que faz com que um geógrafo ou um urbanista possa ser ouvido. Talvez seja uma coisa muito boa que os intelectuais sejam ouvidos. Sim-

<sup>18</sup> A Fundação Saint-Simon era um clube de reflexão, fundado em 1982 e dissolvido em 1999, que reuniu a elite dirigente liberal (personalidades políticas, altos funcionários, tecnocratas, jornalistas e empresários) com o objetivo de desenvolver a análise do mundo contemporâneo.

Terra Nova é um think tank progressista, independente, fundado em 2008 e tendo como objetivo produzir e disseminar soluções políticas inovadoras na França e na Europa.

plesmente, quando tentamos fazer história, ficamos menos entusiasmados porque percebemos que para sermos ouvidos temos que falar a língua que convém. Os especialistas no campo da cidade têm a impressão que em um ou dois pontos, o que eles dizem é muito importante, o que eles dizem não é ouvido e deveria ser. Todos os nossos colegas que entram nesse jogo da competência intelectual têm todas as suas ideias apresentadas. É talvez um sinal de liberdade, mas, novamente, para ser ouvido, tem que ficar dentro da conversa reformista: se jamais aborda assuntos que estão fora do escopo, então, não é ouvido. Na economia isso é espetacular, existem aqueles que têm o direito de falar e aqueles que falam em vão. Os economistas heterodoxos, os institucionalistas, os regulacionistas que podiam falar antes foram marginalizado pelo *mainstream*. Nas instituições da ciência econômica, aqui na França, se estabeleceu um dogmatismo radical. Hoje, na televisão, são sempre os mesmos especialistas que dizem aquilo que se espera deles. Mais eles erram, mais eles são convidados novamente. Em urbanismo, é um pouco diferente: claro, é melhor falar sobre o desenvolvimento sustentável, mas enfim, tudo bem, há um pouco menos de terrorismo do pensamento único! ■

## Rios e cidades RUPTURA E RECONCILIAÇÃO

Maria Cecília Barbieri Gorski

Pablo Pimentel Pessoa

# Corpos d'água, caixões de concreto

Rios são as cicatrizes no semblante da paisagem urbana às quais a sucessão de cirurgias plásticas de produção do espaço jamais lograrão apagar. Maria Cecília Gorski delinea em seu livro *Rios e cidades: ruptura e reconciliação* o percurso lento e tortuoso de aprendizado dessa lição ao longo do século passado e do princípio deste. O livro é derivado de sua dissertação de mestrado defendida em 2008 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, SP).

Gorski faz um apanhado histórico de como os centros urbanos, em especial, brasileiros e norte-americanos, foram se desenvolvendo e percebendo, nos traços de natureza residuais, problemas a serem equacionados: inundações, desbarrancamentos, proliferação de vetores, insalubridade e contaminação hídrica. As soluções encontradas para tais entraves ao desenvolvimento, quase sempre pensadas de forma setorial nas instâncias administrativas,

resultavam em supressão da complexidade patente. Assim, é retratado um capítulo - comum à história de muitos aglomerados urbanos - de ruptura dessa relação rio-cidade. Entregues à pastas disciplinares do conhecimento e à setorização burocrática decisória, sistemas fluviais e cadeias intrincadas de fluxos de matéria e energia foram reduzidos a canais, leitos retificados, diques de proteção, dragagens e aterros empobrecidos ou destituídos de cobertura vegetal.

A obra é dividida em duas partes. A primeira aborda os cursos d'água e o meio urbano em dois momentos, como sugere o subtítulo: "do convívio à ruptura" e "em busca do reencontro". São caracterizadas a forma e as funções ecológicas, econômicas e culturais dos rios, reconhecendo nos serviços lóticos a fonte daquilo que Jane Jacobs<sup>1</sup> chama de importações necessárias à largada do

<sup>1</sup> Jacobs, Jane. *A natureza das economias*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

- criar corredores de vegetação ripária;
- melhorar a conexão intra-urbana e o acesso ao rio (ver figura 26 na página anterior);
- melhorar o tratamento das águas do rio Los Angeles e seus tributários;
- alargar a área de várzea do rio Los Angeles (ver figura 27);
- melhorar os espaços públicos, incentivando tipologias diversas (figura 27);
- criar oportunidades para gerar novos empregos em galerias, lojas de serviços, cafés, restaurantes, etc.



GORSKI, Maria Cecília Barbieri. *Rios e cidades: ruptura e reconciliação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. ISBN 978-85-7359-977-0

Resenha submetida em:  
18/03/2013

### Pablo Pimentel Pessoa

é biólogo e mestrando em *Desenvolvimento Sustentável (CDS-UnB)*. Desenvolve pesquisa nas áreas de *ecologia urbana, história ambiental, cidades sustentáveis, serviços ambientais urbanos, sistema de informações geográficas (SIG) e análise espacial com ênfase em planejamento ambiental e sustentabilidade urbana*.

pabloppessoa@gmail.com

processo de desenvolvimento. Com a modernização tecnológica e o *boom* demográfico, particular à segunda metade do séc. XX, esses sistemas sofreram grande degradação. Em parte pela arrogância que emerge, entre técnicos e tomadores de decisão, dos ganhos em poder de domínio e transformação da paisagem e em parte pelos efeitos colaterais das soluções propostas. A tônica desse período nebuloso começa a sofrer declínio com a emergência do debate moderno sobre os limites do crescimento, nas conferências mundiais sobre meio ambiente. É sobre essas novas bases paradigmáticas que Gorski acredita se sustentar o cenário futuro favorável à proposição e implementação de alternativas de desenvolvimento sustentável. Uma forma de relação pautada pelo respeito às capacidades regenerativas e de provimento dos sistemas fluviais urbanos. A esse momento ela chama de reencontro.

A segunda parte do livro é dedicada à análise de estudos de caso, nacionais e internacionais. Gorski selecionou seis planos de recuperação de cursos d'água de cidades de médio e grande porte concebidos entre 1991 e 2006. Isto a fim de garantir a contemplação de cenários de elevada complexidade, nos quais são manifestos a intensidade de pressões sobre o meio ambiente, as disputas e os conflitos de interesses por espaço e recursos.

Para os casos internacionais, foram tomados exemplos de transformações significativas planejadas ou empreendidas no tecido urbano de países desenvolvidos, requalificações de *brownfields* (bairros industriais abandonados) e de áreas centrais ou portuárias carentes de vitalidade. Compõem o grupo os planos de recuperação dos rios Los Angeles e Anacostia, que cortam as cidades de Los Angeles (Califórnia) e Washington, D.C., nos Estados Unidos, e o do rio Don, que banha Toronto, pertencente à província canadense de Ontário.

O Brasil, pela centralidade de sua posição nos fóruns internacionais, tão ou mais imerso em questões ambientais quanto os países desenvolvidos, conta ainda com um universo restrito de experiências nesse sentido. Foram escolhidos o Plano da Bacia do Rio Cabuçu de Baixo (região metropolitana de São Pau-

lo) e o Projeto Beira-Rio (município de Piracicaba), ambos no estado de São Paulo, e a experiência de implementação do Parque Mangal das Garças, em Belém, avaliada como de sucesso, porém de menor escala.

O objetivo da análise de Gorski é extrair, a partir da sistematização das experiências, referências passíveis de aplicação em planos e projetos brasileiros do gênero. Essa tarefa me parece ter sido cumprida, pois, ao final do livro, são apresentadas dez recomendações para projetos futuros de recuperação de rios urbanos. Uma das conclusões interessantes desse estudo diz respeito à constatação de uma visão unânime de ideal para os planos. Em todos os casos, sempre que possível, dever-se-ia buscar descanalizar, destampionar e renaturalizar os leitos. A autora apoia-se no conceito de recuperação, entendendo-o como a busca de melhoria das qualidades dos rios sob múltiplas e necessárias dimensões, não propriamente como um retorno a uma condição original. Dessa forma, a autora abre um flanco amplo de debate acerca do que viria a ser uma cidade sustentável do séc. XXI.

Em tempos assombrados por fantasmas de tragédias naturais, mudanças climáticas e eventos extremos, repensar os centros urbanos é uma tarefa primordial. Cidades modernas são centros de consumo por excelência (tanto em termos de produção de matérias-primas à economia quanto em termos de produtividade líquida de ecossistemas) e, portanto, motores da atividade econômica global que produz a ambiguidade do bem-estar e do risco<sup>2</sup>.

Parece-me de um potencial transformador enorme esse debate que põe em xeque os limites materiais intraurbanos e o respeito primeiro às bases locais de suporte à vida e à prosperidade. Quem sabe a cidade redesenhada nesses moldes possa, então, ser capaz de ensaiar uma segunda e ainda mais urgente sensibilidade: aquela solidária às demandas que lança sobre os sistemas de provimento longínquos, distantes dos bilhões de olhos, estômagos e corações consumidores. ■

<sup>2</sup> Beck, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

especial

Keren Moscovitch e Marianna Olinger

# Colapso econômico, catástrofe ecológica, tecnologia e arte

à beira do apocalipse  
ou no limiar  
de transformações  
tecnológicas sem  
precedentes?

## Keren Moscovitch

é artista, curadora, mestre em Belas Artes (SVA) e professora na School of Visual Arts (SVA - Nova York).

<http://kerenmoscovitch.com>

## Marianna Olinger

é artista, doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

<http://mariannaolinger.com>

Somos pequenos e nossos problemas imensos. A destruição se aproxima, medos atravessados em nossas gargantas, ansiedade é a doença desse início de século. O cheiro da morte está no ar. No mês de maio passado o MoMA PS1, uma das mais antigas e maiores Instituições sem fins lucrativos de arte contemporânea nos Estados Unidos, localizada em Nova Iorque, abriu a EXPO 1: New York, uma exploração dos desafios ecológicos no contexto de instabilidade econômica e sociopolítica do início do século XXI.

A instituição escolheu o período do ano em que recebe o maior número de visitantes para convidar um conjunto de pessoas de campos diversificados para colaborar não só na produção de arte mas na produção de conhecimento envolvendo outros campos – como arquitetura, física, sociologia e tecnologia, deslocando assim o discurso do Museu como espaço de exibição ou conservação para o lugar do Museu como produtor de conhecimento. O caráter multidisciplinar ganha ainda maior relevância quando se vê as diferentes áreas de conhecimento abordando questões similares a partir de óticas distintas. Apesar de o caráter interdisciplinar da EXPO 1: New York não estar tão explícito como seu caráter multidisciplinar, o esforço da curadoria merece atenção especial, e a necessidade de pensar diferente para abordar problemas cujas resoluções são cada vez mais



(p. 60-61)  
**Olafur Eliasson.**  
**Your waste of time.**  
 2013.  
 foto:  
 Matthew Septimus

complexas parece estar no centro desse esforço.

Ao unir cientistas de diversas áreas de conhecimento e artistas, a EXPO 1: New York pode ser vista como uma metáfora de como nos comunicamos em uma era digital na qual as fronteiras são cada vez menos nítidas e o compartilhamento de informação é crescente e rizomático – para usar a expressão do filósofo Gilles Deleuze. Somos inundados de informações muitas vezes duvidosas, mas também podemos cada vez mais colaborar para a formulação de novas ideias através de fronteiras territorialmente longínquas. É cada vez mais difícil continuar a pensar dentro de nossos pequenos quadrados em uma única área de conhecimento. A tecnologia é cada vez mais central na vida de boa parte das pessoas do

MoMA PS1's  
 "VW Dome 2" in  
 Rockaway Beach,  
 March 2013.  
 foto:  
 Charles Roussel



planeta. Nessa proposta, ao invés de apontar para as disfunções que o rápido crescimento das novas tecnologias tem em nosso cotidiano, a EXPO 1: New York propõe tirar proveito desse contexto e construir uma nova conversa. A arte é colocada aqui como um importante meio de produção de conhecimento, e o museu deixa de ser apenas espaço de contemplação para ser espaço de produção de ideias, característica que perpassa os múltiplos núcleos da EXPO 1.

Na EXPO1, a situação da humanidade se torna uma metáfora para a bomba relógio existencial que cada um de nós enfrenta. A humanidade está em perigo. Somos uma espécie consciente de nosso risco de morte permanente – e também de nosso legado para as gerações futuras. Talvez essa consciência contribua para uma tentativa desesperada de conhecer-nos a nós mesmos antes de desaparecermos da face da terra, um desespero que existe em competição com as mais fúteis tentativas de regeneração e invencibilidade.

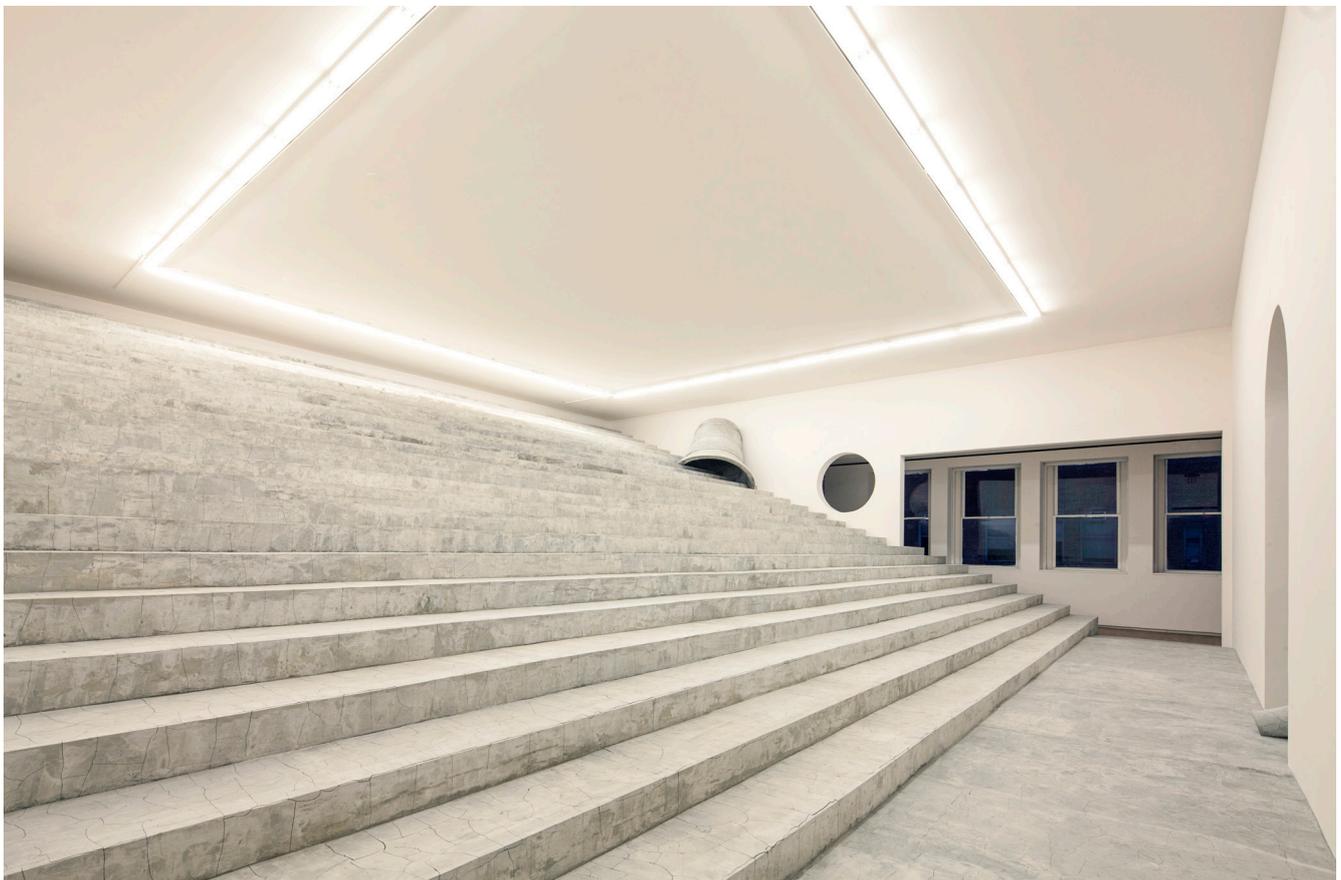
O conceito do projeto foi desenvolvido pelo curador chefe do MoMA e diretor do MoMA PS1 Klaus Biesenbach com o curador Hans Ulrich Obrist e um conselho consultivo que envolveu outros curadores, cientistas, arquitetos e teóricos. Em entrevista recente Klaus Biesenbach explica, “a EXPO 1 é baseada em muitas das práticas performáticas e participativas da arte contemporânea dos últimos anos, mas as traduz e canaliza para a prática social” (*EXPO 1 is informed*

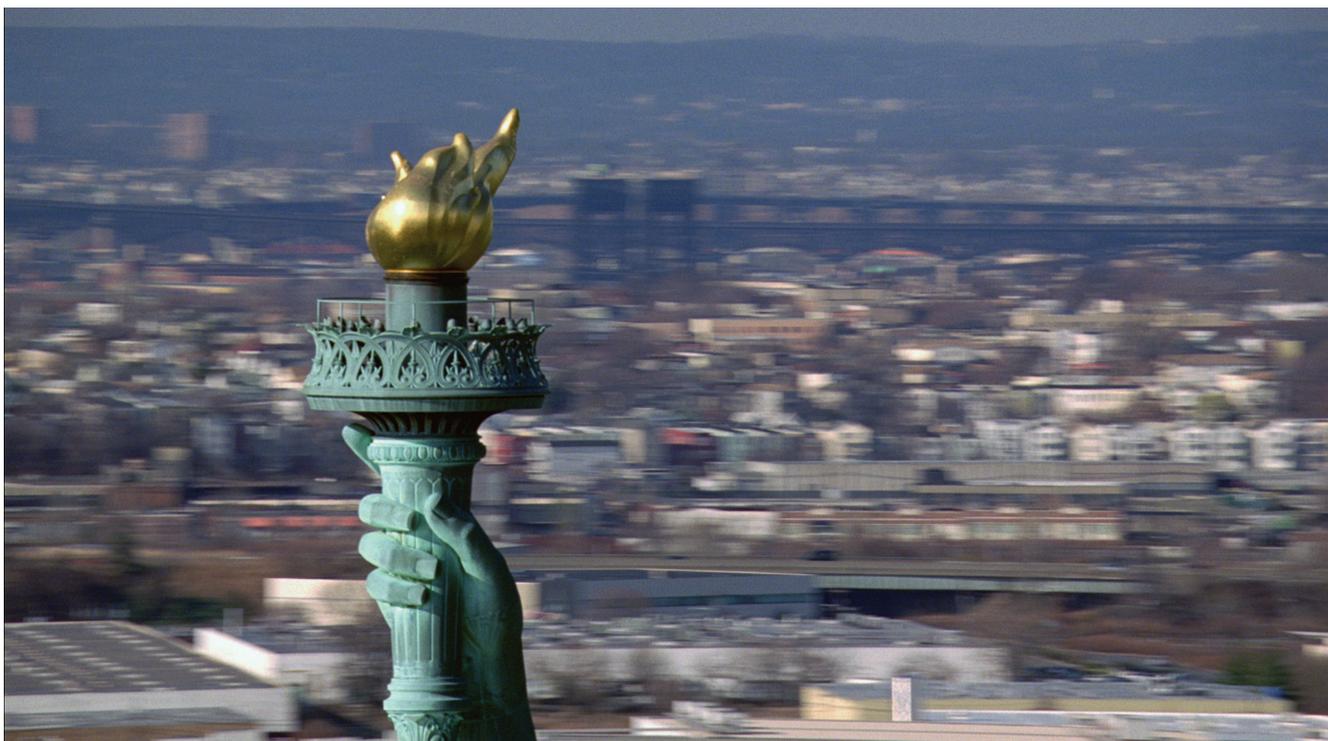


*by many of the participatory and performative practices of contemporary art in recent years, but translates and focuses them into social practice*”). Biesenbach também chama atenção para a arquitetura em sua construção e uso como de caráter performativo e experiencial através da construção de uma colônia vivencial dentro do pátio do MoMA PS1. A Colônia, ou *The Colony*, como é chamada em inglês, foi organizada por Pedro Gadanho, curador do Departamento de Arquitetura e Design do MoMA, em parceria com o escritor alemão e teórico da arquitetura Niklas Maak. A companhia argentina de arquitetura a77 foi convidada a criar uma colônia nos jardins da instituição onde artistas, pensadores, arquitetos e outros agentes culturais são convidados a viver juntos, propondo um

Adrián Villar Rojas. *La inocencia de los animales*. 2013.

foto:  
Matthew Septimus





modelo de vida para o futuro, uma utopia comunal.

A EXPO 1: New York ocupa o prédio inteiro do MoMA PS1 com exposições de grande escala, projetos individuais sob o título *Dark Optimism*, uma exibição de fotografias de Ansel Adams sob a curadoria de Roxana Marcoci, uma exposição coletiva chamada *ProBio*, com curadoria de Josh Kline, uma escola de verão, um cinema, a colônia e uma instalação chamada “a chuva” no MoMA. A preparação para a exposição começou como uma chamada aberta para ajudar as comunidades das costas ameaçadas pelas mudanças climáticas, bem como para a construção de um centro cultural e de ajuda temporário localizado em Rockaways - uma das comunidades afetadas severamente pelo furacão Sandy, chamado de *VW Dome 2* (Duomo VW 2). Em um esforço para promover um debate criativo sobre a recuperação urbana após o furacão, MoMA PS1 e o departamento de arquitetura e design do MoMA solicitaram ideias para o planejamento e a construção de uma beira-mar mais sustentável no formato de vídeos curtos. Artistas, arquitetos, designers e outros foram convidados a apresentar ideias para modelos de habitação alternativos, criação de espaços sociais, intervenções urbanas, novos usos do espaço público, a reconstrução do passeio, a proteção da costa e ações para engajar comunidades locais. Um júri que incluiu arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos e designers fez uma seleção das melhores ideias a partir da chamada pública. Vinte e cinco propostas foram selecionadas para serem exibidas no *VW Dome 2*, que também incluiu uma longa lista de atividades educacionais organizadas em par-

ceria com organizações locais – segundo informações fornecidas pela equipe do MoMA PS1.

Para as apresentações temáticas no MoMA PS1, a EXPO 1: New York faz uma abordagem a partir da ideia sensível e pragmática do *Dark Optimism* (otimismo escuro) como posição. Para os curadores, essa posição consiste em reconhecer as falhas dos ideais utópicos do modernismo, enquanto mantém a esperança de que a inovação humana traz consigo o desejo por um amanhã melhor. A exibição e os projetos que fazem parte do guarda-chuva *Dark Optimism* tra-

**Steve McQueen.**  
*Static.* 2009.  
35mm color film  
transferred to  
HD, sound. 7  
min, 3 sec.



**Paweł Althamer and Paweł Buchholz, Marcin Leszczynski, Michal Mioduszewski, Slawomir Mocarski, Julia Matea Petelska, Jędrzej Rogozinski.** *Bródno People.* 2010. Mixed media, sound. 99 1/4 x 236 1/4 x 65 inches. *foto:* Thomas Dashuber, Munich



Agnes Denes. *Wheatfield - A Confrontation: Battery Park Landfill, Downtown Manhattan.* 1982. Vintage Cibachrome print

zem trabalhos de mais de trinta artistas, incluindo figuras expoentes da arte como Joseph Beuys e Gordon Matta Clark e artistas contemporâneos como Anna Betbeze, Agnes Denes, Olafur Eliasson, refletindo sobre os usos do território, a produção das cidades e a condição humana.

Na mostra *ProBio*, o corpo se torna uma criatura estrangeira, uma forma alienística cheia de possibilidades e perigos. Abdômens grávidos – típica simbologia da esperança pela sobrevivência – nos seduzem como sereias, prometendo grandeza e o infinito potencial de uma gestação bem sucedida. Ao mesmo tempo, contorcendo-se de maneira estranha, nos confronta com deformações protuberantes, toca nossos medos de nossos próprios corpos, nosso desgosto por nossas próprias disfunções.

O *Drowning Room* (sala de afogamento – ou sala afundando) apresenta a ansiedade e complacência que permeia a vida contemporânea em um mesmo trabalho, o corpo e a alma em perigo. As dicotomias do caos e ordem se revelam bíblicas em seu escopo e domésticas em escala.

A EXPO1 parece guiar-nos através de diferentes estágios de consciência – desde os reflexos de sobrevivência mais elementares disparados pelo frio insuportável (presente na obra de Olafur Eliasson), medo e desconforto à arquitetura da civilização. Passeando pelos cômodos da Exposição somos presos entre nossos terrores mais profundos e nossas possibilidades. Somos confrontados pela agorafobia, claustrofobia e vertigem enquanto o tempo urge. Nessa exposição – que pode ser encarada como um complexo projeto envolvendo exposições –, o MOMA PS1 em vez de destacar a arte exclusivamente como representação, um reflexo do que existe, traz artistas, curadores e cientistas para reconfigurar nossa interação com o mundo. As peças nesse projeto não são para serem vistas, mas sim vivenciadas. ■

## A Escola

O MoMA PS1 convidou a *Triple Canopy*, uma revista e plataforma editorial curatorial para organizar um programa diário de aulas, debates e discussões durante a EXPO 1. Para o programa escolar da EXPO 1, que foi nomeado *Speculations - The future is* (Especulações – O Futuro é), a *Triple Canopy* convidou artistas, escritores, economistas, teóricos, ativistas e outros profissionais para trazerem suas especulações e apostas sobre o futuro. Entre os participantes incluem-se a socióloga **Saskia Sassen**, que discutiu a questão da migração e o futuro da cidade global e o escritor **Samuel Delany**, que, ao falar sobre o estado da ficção científica hoje, se referiu ao sociólogo Emile Durkheim para sugerir que para fazer “especulações educadas” sobre o futuro é necessário pensar sobre correlações entre fatos que podem muitas vezes parecer não relacionados.

\*O MoMA PS1 foi fundado em 1971 por Alanna Heiss como Institute for Art and Urban Resources Inc. (Instituto de Arte e Recursos Urbanos), uma organização voltada para planejar exposições em espaços abandonados e subutilizados na cidade de Nova Iorque.

\*\* Expo: New York 1 pode ser vista entre 12 de maio e 2 de setembro de 2013.

ensaio

André Mantelli

# Devolvam o Rio de Janeiro



**D**urante muito tempo no meu imaginário suburbano – e também através dos anos em que vivi longe do Rio de Janeiro – a cidade sempre me inspirou o ideal libertário que ela representava: as ruas eram o ambiente propício para a sua constante reinvenção. Um dia o sertão viraria mar e o mar ia virar sertão.

A característica marcante que diferenciava o Rio das outras cidades em que morei era um notável uso do espaço público, sempre cheio, escancarado, muitas vezes identificado com a praia ou o carnaval mas que igualmente pulsava em tardes de Maracanã ou em pracinhas de bairro, na Quinta da Boa Vista ou na Floresta da Tijuca, nos sambas de roda nos bares, nos becos e travessas do Centro, no Aterro e nos inúmeros parques, trilhas e outros templos ritualísticos do cotidiano carioca.

À parte da velha tradição oficial da província elitista que sempre combinou serviços ruins para muitos e loteamento de privilégios para poucos, pensava que de Norte a Sul até a zona Oeste havia uma relação de pertencimento com a cidade.

Quando voltei ao Rio vivi a experiência ‘gringa’: era um estrangeiro na minha própria cidade e isso significava, portanto, que estava morando na sua ‘zona cenográfica.’ Foi também a revelação da Egópolis. Percebi alguma coisa fora do tempo ali.

Encontrei um carioca que ao ouvir qualquer crítica mais pontual sobre a cidade reagia como se eu houvesse dito uma heresia inominável. Falar mal do metrô-cobrinha era ofensa. Até a mais alta das malandragens se rendia sempre à beleza exuberante da paisagem na justificativa de sempre: “ah, viver na cidade maravilhosa é uma bênção e isso tem o seu preço.” Péraí. Que preço?



O preço da exclusão? Do mesmo movimento de marginalização de toda a história desta cidade?

O Rio das oportunidades não sustenta a sua própria propaganda. – Cadê o Rio que tava aqui? Perguntou o narciso sonolento. Não tá somente na entropia do trânsito e do concreto especulativo que destrói coisas belas (não, a citação aqui não foi um acaso – como aliás nada é). Mas já tinha desabado faz tempo nas remoções, despejos e chacinas nas favelas, na privatização constante e vergonhosa da cidade, na máfia antimobilidade e na violação de tudo quanto é direito em nome dos chamados megaeventos. Então veio o capital pra descer o pau.

No meu imaginário suburbano, penso que o sentido desta cidade é de não ser apenas um Rio, mas vários, e nessa complexidade é que criamos e amadurecemos nossas referências simbólicas, nossa mitologia além-sobrevivência. Em algum momento as diferenças estariam mais esclarecidas e capazes de disputar seus espaços. De volta.

Neste desequilíbrio todo de uma força apolínea que se diz ordem e se fez violência, as bombas de gás lacrimogêneo despertaram os mistérios dionisíacos. Libertaram a verdadeira alma encantadora das nossas ruas, a nossa vocação ao caos: a partir de agora, como resposta ao erro primário e fatal de tentar apagar a identidade de um povo, cada cidadão terá o seu próprio redemoinho e o direito inalienável de ser saci.

No meu imaginário suburbano não existe subúrbio. Porque aqui a cidade é nossa e ninguém tasca. ■









REALIZAÇÃO



APOIOS

